



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 177 SEXTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2016

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Hélio Lopes de Azevedo

Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 160ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE OUTUBRO DE 2016	4
1.1 – ABERTURA	4
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	4
1.2.2 – Oradores	
SENADOR PAULO ROCHA - Defesa da integridade e da importância do Partido dos Trabalhadores; e outros assuntos.....	5
SENADORA ANA AMÉLIA - Registro do Dia de Prevenção à Psoríase e do Dia de Combate ao Acidente Vascular Cerebral, em 29 de outubro; e outros assuntos.....	11
SENADORA GLEISI HOFFMANN - Considerações sobre a política atual e sobre o ex-Presidente Lula, que comemora 71 anos hoje; e outros assuntos.....	16
SENADOR JOSÉ MEDEIROS - Reflexões acerca dos problemas da educação no Brasil; e outros assuntos.....	20
1.3 – ENCERRAMENTO	25

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 160ª SESSÃO	
2.1 – EXPEDIENTE	
2.1.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 921/2015, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.362/2016 (TC 007.310/2016-1), em resposta ao Requerimento nº 127/2016, do Senador Ronaldo Caiado.	26
2.1.2 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 101/2016 (nº 586/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão, e à República Islâmica do Afeganistão.	26
Nº 102, de 2016 (514/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação Sr. WILLIAM DIB para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.....	57

PARTE III

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	135
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	137
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	140
6 – LIDERANÇAS	141
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	144
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	164
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	169
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	222



160ª Sessão, Não Deliberativa, em 27 de Outubro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência da Srª Gleisi Hoffmann e do Sr. Paulo Rocha

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 17 minutos e encerra-se às 16 horas e 32 minutos.)

ATA

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Saúdo aqui todos os que nos acompanham pela Rádio Senado e também pela TV Senado, Srs. Senadores, Srªs Senadoras.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(Vide Parte II do sumário)**

Na lista de oradores inscritos, o primeiro orador é o Senador Paulo Rocha, a quem convido para fazer uso da palavra.

Entretanto, queria pedir, Senador Paulo Rocha, antes de passar a palavra a V. Exª, para fazer um comunicado ao Senado da República, como também a toda Nação que nos acompanha, que nos escuta, de algo que considero extremamente relevante e preocupante para a democracia brasileira.

Hoje, 26 estudantes de uma escola ocupada, Escola Dona Filomena Moreira de Paula, sendo 11 menores de idade, foram presos no Estado do Tocantins, Município de Miracema. A polícia entrou na escola sem documento de reintegração e mantém os jovens presos impedindo a entrada inclusive dos familiares.

Aqui temos a reportagem que mostra os jovens sendo levados. Os que são menores de idade, nós não podemos mostrar o rosto. Mas os jovens foram algemados. Não tem uma justificativa uma desocupação de escola de segundo grau, de jovens de 15 anos, crianças, sendo levadas à delegacia algemadas. Aqui estão os jovens na delegacia lá em Miracema, Tocantins.

Eu recebi um telefonema da Presidente da Ubes, Camila Lanes, muito preocupada com essa situação, porque ela me disse que não é só em Tocantins que isso está acontecendo. Na cidade, agora, de Goiás, temos cinco estudantes presos. No Paraná, que é o meu Estado, temos quase 800 escolas ocupadas, o Conselho Tutelar está se prestando a um papel, que lamentavelmente que não podia ser o dele, de ir para dentro das escolas, inclusive ameaçar os estudantes – quem me falou isso foi uma professora de lá – para que eles desocupem a escola. Nós não podemos permitir que isso aconteça num Estado democrático de direito. Aqui em Brasília, no Cean, que é uma das escolas ocupadas, também há polícia na frente.

Eu queria fazer um apelo às forças de segurança, fazer um apelo particularmente ao Governador do Estado do Tocantins. Tentei falar diversas vezes com o Governador Marcelo Miranda, que é do PMDB. Liguei para o Palácio do Governo, liguei para celular, para ajudante de ordem, não conseguimos falar. Consegui conversar com a Senadora Kátia Abreu, que é do Tocantins, e pedi-lhe que entrasse em contato com a Defensoria Pública para prestar assistência aos estudantes, para ir até a delegacia. Ela já se dispôs a fazer isso. Mas eu gostaria muito que o Governador Marcelo Miranda atendesse os telefonemas. Várias pessoas estão tentando falar com ele. O Senador Requião está tentando falar com ele. Nós não podemos permitir que esse tipo de fotografia seja o retrato da democracia brasileira. Nós já estamos vivendo uma situação de exceção no Brasil com tantas regras, normas, leis do Direito sendo vilipendiadas. E aí nós vamos expor as nossas crianças a uma situação dessas?

A ocupação das escolas tem sido pacífica e é legítima. Ela não pode ser considerada um movimento que atrapalha a educação, porque ela está chamando exatamente para fazer a discussão da medida provisória que faz a reforma do Ensino Médio e exatamente para fazer a discussão da PEC nº 241, que congela e reduz os gastos com educação e saúde. Essa juventude está preocupada com a escola deles, com a educação, está preocupada com o futuro deles.



Ontem nós tivemos, Senador Paulo Rocha, no Estado do Paraná, na Assembleia Legislativa, uma audiência pública em que os estudantes foram falar por que estavam ocupando suas escolas. Isso porque, no dia anterior, os Deputados fizeram uma sessão em que disseram que a ocupação dos estudantes nas escolas do Paraná era uma ocupação motivada pelos Partido dos Trabalhadores, pelos movimentos de esquerda e por quem queria desestabilizar as escolas, por quem tinha o objetivo de não deixar haver aulas; e que isso iria bagunçar, que iria atormentar o ambiente escolar. Não é verdade! Aí os estudantes foram para a Assembleia Legislativa ontem. Inclusive a Ana Júlia, uma estudante que está famosa nas redes, porque fez um discurso brilhante, uma aula de cidadania aos Deputados, falou por que estavam ocupando. Disse que se sentia constrangida ao saber que os Deputados ou que algumas autoridades do Estado estavam dizendo que eles eram manipulados para ocupar escolas, que eram manipulados por partidos políticos. Ela deixou claro: “Nós não somos manipulados. Nós estamos entendendo o que está acontecendo na educação brasileira. E nós queremos discutir, sim, porque é do nosso direito, é do nosso interesse”. Fez uma defesa bonita do movimento.

Então, eu queria deixar isso registrado. Lamentar novamente, fazer um apelo ao Governador Marcelo Miranda, para que não permita isso. Esse é um movimento que precisa de mediação – mediação, e não de polícia. A gente não manda a polícia para dentro de uma escola para tratar com estudantes. Se o Ministério Público do Tocantins tinha preocupação com a escola ocupada, queria que a escola fosse desocupada, estava preocupado com a diretora ou com os professores, deveria ele ir lá, Ministério Público, ou acionar o Conselho Tutelar e conversar com os alunos, fazer uma mediação, estabelecer um processo de negociação. Mas não é assim que a gente trata movimento social, não é assim que a gente trata movimento estudantil, não é assim que a gente trata a nossa juventude.

Eu queria aqui lamentar, deixar o nosso protesto no Senado da República. Não dá para a gente concordar com isso. Lutamos muito para ter a democracia neste País. Lutamos muito para que os movimentos sociais fossem reconhecidos. O que nós estamos vendo no Brasil ultimamente é uma ação para desestruturar os movimentos sociais, para não deixar ter luta, discussão, por aquilo que consideramos justo.

Eu queria pedir novamente ao Governador Marcelo Miranda que, por favor, tome uma atitude; ao Ministério Público de Tocantins que, por favor, tome uma atitude. Assim também como peço ao Governo do Estado de Goiás para que solte os meninos que foram presos em Goiás. Peço também ao Governo do Estado do Paraná, às autoridades do Paraná, ao Conselho Tutelar do Paraná, aos conselhos tutelares para que não vão para dentro das escolas desestabilizar o movimento desses meninos.

Não é um movimento pequeno: 800 escolas no nosso Estado sendo ocupadas demonstram a força do movimento dos estudantes em defesa da educação e não podemos permitir que esse movimento seja criminalizado, desrespeitado dizendo-se que é um movimento manipulado. Eu faço um apelo aos diretores, aos professores, para que mediem, estabeleçam um canal de negociação, de debate, de discussão. É assim na democracia. Mais uma vez, faço um apelo para que as forças de segurança não sejam enviadas para essas escolas. Se têm o objetivo de desocupar a escola, comecem um processo de negociação, de mediação. Por favor, não mandem a polícia para dentro da escola. A polícia não é para algemar estudante, a polícia não é para levar estudante de camburão, estudante que está lutando pela educação. Não é para isso que a polícia nos serve, não é para isso que os contribuintes brasileiros, contribuintes de cada Estado pagam seus impostos para dar sustentação à força policial.

É um apelo que nós fazemos e eu quero deixar aqui registrado no Plenário do Senado da República o que está acontecendo com os nossos estudantes. Quero também deixar o nosso apoio irrestrito: o nosso apoio, Camila, a você que é Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; o nosso apoio aos estudantes do Paraná. Faço isso em nome da Ana Júlia, faço isso em nome de todos os estudantes que já entraram em contato conosco para conversar sobre essa situação que está lá; nosso apoio aos estudantes do Tocantins, de Goiás, de Brasília, enfim, dos 19 Estados da Federação que hoje tem movimento de estudantes ocupando escolas e também de professores que estão apoiando esses estudantes. O que está em debate nesse País é o futuro da educação e é pela educação que esses meninos, essas meninas, esses jovens estão lutando.

Passo a palavra então ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqueles que estão nos ouvindo pela nossa rádio Senado e aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, queria, inicialmente, me somar aos protestos e ao chamamento de V. Ex^a, Sr^a Senadora, nessa questão do movimento dos estudantes brasileiros na defesa da educação contra o plano do ensino básico que está sendo implementado pelo Governo; e do movimento também que resiste, dar energia positiva aqui para dentro do Senado no caso agora do enfrentamento da discussão sobre a PEC 241.



O movimento dos estudantes brasileiros, além de estar lutando por uma boa educação, soma-se à luta daqueles que querem lutar pela continuidade e a consolidação da democracia no nosso País. Por isso, Sr^a Presidente, queria me somar aos seus protestos, ao seu chamamento das nossas autoridades, principalmente dos Governadores dos nossos Estados.

Eu venho aqui hoje para falar, de um modo geral, do meu Partido, do Partido dos Trabalhadores, porque tenho uma justificativa muito grande hoje, que é o aniversário da nossa maior liderança política, do nosso companheiro Lula. Hoje ele faz 71 anos de idade. Portanto eu queria fazer esta intervenção aqui em sua homenagem, e ao homenageá-lo, na verdade falar em sua defesa, da sua história, da sua luta e na defesa do Partido dos Trabalhadores.

Fui provocado, porque ontem eu assisti de longe – não estava aqui no Plenário – a intervenção de uma Senadora que, aproveitando talvez da nossa ausência, baixou o pau no PT. Estou usando “baixou o pau” porque foi isso que ela fez, falou mal. Não foi crítica, porque uma coisa é criticar, outra coisa é falar mal, principalmente na ausência daqueles que poderiam estar defendendo ou emitindo uma opinião diferente daquela que ela exigia. Pois bem, quando nós fundamos o Partido dos Trabalhadores, nossa primeira insígnia, nossa primeira palavra de ordem foi: “É a nossa vez! É a nossa voz!” Nós criamos um instrumento político, a partir do movimento social organizado, do movimento sindical, que lutava lá contra as questões econômicas de então, as políticas de arrocho salarial implementadas pelos governos militares, mas também a falta de liberdade e de democracia. Isso movimentou para que os trabalhadores deixassem de brigar só por uma pauta econômica, mas também pela ideia de criar um instrumento político que desse vez e voz para os trabalhadores, aqueles que não tinham vez e voz no País – portanto, uma voz política para poder processar essa disputa que está sendo estabelecida.

Chegou a Senadora Ana Amélia. Foi ela quem fez a intervenção ontem em relação ao nosso Partido e eu queria dizer então por que eu venho falar sobre o Partido dos Trabalhadores aqui.

O nosso Partido foi criado como um instrumento para dar vez e voz àqueles que não tinham vez e voz no nosso País, enfrentando a ditadura, a falta de liberdade, a falta de organização, de deixar o povo se organizar. E fomos construindo instrumentos de defesa dos interesses, até porque nós vivemos numa sociedade de interesses, naquele tempo então numa luta acirrada de classes. Fomos construindo esse processo. Metemo-nos na política e começamos a eleger um vereador ali, um prefeito acolá, um governador, até que nós fizemos eleger o Presidente da República do País, um operário saído do seio da luta e do âmago da organização da luta do povo, dos trabalhadores, e processamos isso, enfrentando uma visão – até então dominante no País, de 500 anos – elitista de pensar o País.

Quando nós implementamos o governo, foi exatamente para corrigir uma visão elitista de como pensavam em organizar o País. E pensavam um país só para eles, só para os grandes. Foi assim que, por exemplo, a minha Região Amazônica foi pensada: só a partir dos grandes projetos, a partir dos grandes projetos minerais, a partir dos grandes projetos agropecuários. Tudo das políticas de governo – financiamento dos bancos e favores de governo – era só para os grandes. Essa visão sempre dominou o País. As universidades eram só para os filhos dos grandes, as oportunidades de trabalho eram só para os filhos dos grandes. Enfim, era uma concepção que até então dominava o País.

E a elite brasileira – toda vez que as organizações populares se organizavam e, através do seu representante, chegavam ao poder –, ao longo do tempo, derrubava esse poder instalado. Foi assim com Getúlio Vargas, foi assim com Juscelino Kubitschek. As coisas se acirraram mais ainda na década de 60 e no início da década de 70, e tiveram de usar o golpe militar para derrubar o poder popular que estava implementado a partir da força da organização do povo. Foi assim que o nosso companheiro Lula se tornou Presidente da República do País – aliás, um dos melhores e maiores Presidentes da República do País, que hoje está aniversariando. Esta minha intervenção aqui é para homenagear e resgatar um pouco a história do Partido dos Trabalhadores.

Em pleno século XXI, as elites, de novo, retomam o poder dos velhos métodos que eles sempre usaram quando as forças populares chegam para governar.

Foi assim que o Partido dos Trabalhadores chegou ao poder no País: através da força da organização do povo, avançando ali e acolá em governos municipais e em governos estaduais. Implementamos políticas – políticas econômicas, políticas sociais e políticas públicas – que iam ao encontro da concepção elitista que até então a classe dominante tinha construído no nosso País. A política, por exemplo, do Bolsa Família, é uma política de inclusão, uma política de renda mínima para aqueles que foram massacrados ou foram isolados através das políticas implementadas por essa visão elitista de pensar o País, e é criar oportunidades de aquela família sair daquela condição subumana em que estava pelas políticas de exclusão, para ter oportunidade de ser incluída em um processo de País, de desenvolvimento, de inclusão social. Daí a condição de o Bolsa Família ser coordenado por mulheres, pela chefe da família, mãe de família, que criava as condições para o



seu filho estudar, ter oportunidade de estudar, manter o filho na escola. Isso possibilitou a esses primeiros que receberam o Bolsa Família hoje serem doutores. Há um monte de exemplos disso por aí fora. Este é um processo de recuperação, de dar oportunidade para todos.

A criação de projetos da educação como o Prouni, o Fies e a criação de mais universidades se deu exatamente para dar oportunidade de o filho do pobre ser doutor, de o filho do trabalhador ser doutor.

Eu posso pegar o meu próprio exemplo: sou do interior, de uma família muito pobre e grande, e só tenho o segundo grau; virei Senador por causa da minha luta social, da minha luta política oportunizada pelo sindicato que eu ajudei a construir. Depois, tive a oportunidade de entrar em um Partido, que foi o Partido dos Trabalhadores, para lembrar aquela velha palavra de ordem: dar vez e voz àqueles que não tinham vez e voz no nosso País. Por isso, eu estou aqui, como Senador da República, enfrentando os debates com aqueles que representam a visão elitista do País; com aqueles que representam a visão dos grandes que estão aqui. Isso é um processo que nós ganhamos na democracia. Só a democracia cria condições para que o filho do trabalhador vire doutor ou o operário pobre lá do interior vire Senador da República. Eu não tive oportunidade de estudar, porque, no meu Município, só havia até a terceira série primária. A cidade, a sede do Município só tinha até a quinta série primária.

Foi pela evolução, por causa da luta do povo, através de um governo do PT, um governo operário do Sr. Lula, que criamos universidades pelo interior fora do nosso País para dar oportunidade ao filho do trabalhador rural ser doutor, ter oportunidade de estudar e contribuir com o desenvolvimento do País, sendo pesquisador, sendo professor, sendo um grande profissional qualificado.

Isso é produto de um processo de uma geração de trabalhadores que construíram a perspectiva de viver num País que seja de todos. Um Brasil tão rico como é, se fosse governado com outra visão nesses 500 anos, hoje não teríamos regiões pobres ou ainda gente passando fome ou região como o Nordeste, que ainda vive os problemas da seca, os problemas da miséria, por falta de uma visão para desenvolver este País, criando oportunidade para todos.

Por isso, o que está acontecendo neste País hoje? Toda essa luta para processar um regime democrático, criando oportunidades para todos com governos que dão oportunidade para todos, criando condições para que o nosso País se desenvolva não só a partir do grande, mas também para o pequeno se estabelecer, para que os trabalhadores processem a qualificação de mão de obra para disputar no mercado de trabalho em melhores condições. Por tudo isso, podem agora criminalizar o PT, podem agora derrubar o PT, podem agora fazer tudo isso que estão fazendo com o PT, mas não esconderão da História que fomos nós que mudamos este País, que fomos nós que quebramos uma tradição histórica de dominação, de uma visão de um País elitista, um País com uma visão que só pensava políticas públicas para os grandes, só pensava políticas de oportunidade para os grandes. Fomos nós que quebramos isso. Fomos nós que criamos condições para financiar a agricultura familiar. Fomos nós que criamos condições para fortalecer as micro e pequenas empresas. Fomos nós que criamos uma política econômica com distribuição de renda e com inclusão social. Tiramos 40 milhões de famílias da fome e as colocamos em outros patamares, com condições sociais e com outro nível de classe em nosso País.

O que se passa no nosso País hoje, a bem da verdade... O PT não tem medo de fazer uma autocrítica e de dizer onde nós erramos. Com certeza, quando fomos eleitos prefeitos de algum lugar, erramos em algumas coisas. Com certeza, quando nós governamos os nossos Estados, erramos em algumas coisas. Com certeza, o companheiro Lula e a Dilma erraram em um conjunto de coisas. Ninguém pode errar?

Pode a Rede Globo esconder, podem os grandes grupos de comunicação esconder, mas não esconderão da História que fomos nós que construímos este País. Fomos nós que fizemos a política pública para o cidadão lá embaixo. É só listar nas mãos: o Bolsa Família; o Luz para Todos; o Minha Casa, Minha Vida; o Mais Médicos; os programas de infraestrutura e de Unidades Básicas de Saúde; as creches.

Só para vocês terem uma ideia, na época do Fernando Henrique Cardoso, ele não criou nenhuma universidade pública – e ele era um cientista político, falava cinco línguas. Pois bem, o operário que mal falava o português deixou 16 novas universidades públicas para dar oportunidade ao trabalhador, ao filho do homem do campo, do interior, de estudar.

Na época do Fernando Henrique Cardoso, ele não criou, aliás, proibiu a construção de escolas técnicas. Foi o Lula, operário, que deixou cerca de 264 novas escolas técnicas no Brasil.

Só lá no meu Estado, Presidenta, há 100 anos, só havia uma universidade federal. Na época do Lula, criaram-se mais quatro. Ele transformou uma faculdade rural na Universidade Federal Rural da Amazônia e criou outras duas: uma universidade sediada no interior, mais para o lado de Santarém, e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, com sede em Marabá.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se me



permitir, Senador Paulo Rocha, quero só complementar.

No Paraná, também nós ficamos, por muitos anos, com apenas uma universidade federal: a Universidade Federal do Paraná. No governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, mais três universidades foram implantadas lá: a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que hoje tem *campus* em todas as regiões do Estado; os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; a Universidade Federal da Fronteira Sul. Aliás, tivemos quatro: mais uma, a Unila, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, implantada em Foz do Iguaçu, que atende estudantes do Brasil e dos países latino-americanos.

Então, é para se ver como foi construído o investimento em educação. Em tão curto tempo, foi possível. E nós estamos revertendo essa situação de deixar o povo brasileiro sem a educação superior. É lamentável agora que a PEC 241 venha exatamente no sentido contrário, que é o de retirar recursos para a educação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pois é. Por isso, faço questão de fazer essa diferença, só provocando a minha colega de Senado, a Senadora Ana Amélia, que fez uma intervenção, ontem, defendendo uma posição. É claro que há diferenças na forma de pensarmos o Estado. É claro que há diferenças na forma de como ela pensa o Estado, entre a visão que ela representa aqui e a visão do Partido dos Trabalhadores sobre o Estado. Queremos um Estado brasileiro que crie essas condições que o companheiro Lula criou. Podemos ter errado no processo da economia, em como equilibrar a economia ao Orçamento? Podemos ter errado, mas não da forma como tentam nos incriminar, nos condenar, pois foi na criminalização que se deu o golpe parlamentar, numa combinação da mídia, que tem um papel importante para fazer a tal da formação da opinião, repetindo diuturnamente e nos criminalizando: o Partido dos Trabalhadores é uma organização criminoso, e faz parte dessa aliança alguém do Judiciário para confirmar. A palavra de um juiz no Brasil, hoje, dizendo que você é criminoso, é bandido, é óbvio que isso cria um ambiente de opinião pública para justificar aquilo que a elite brasileira fez no nosso País. Se não conseguem o poder na democracia, vai pelo golpe, golpe político, golpe militar e golpe, agora, nessa combinação midiática, política, jurídica para criminalizar quem estava no poder.

Nós erramos em algumas coisas? Erramos. Acho que o Partido errou em não fazer uma reforma política para resolver o problema do financiamento, e acabamos fazendo a captação de recursos do financiamento das campanhas da mesma forma como eles faziam há séculos. Mas só nós somos os criminosos hoje. Para isso, ele trabalha com o Judiciário, fazendo a seletividade das acusações.

Então, como não conseguiram ganhar quatro vezes da gente no processo democrático, processaram uma conspiração política pela maioria no Congresso Nacional para tirar, num primeiro momento, a Presidenta da República.

O *impeachment* é apenas um passo desse processo que a elite brasileira está implementando no nosso País. O próximo, que já estão fazendo, é condenar o Lula. E, se não puderem prendê-lo, vão tirar, de alguma forma, a candidatura dele em 2018, porque sabem que, se o Lula vier nas condições democráticas da disputa política, não haverá quem dispute conosco e ganhe as eleições. Precisam criminalizá-lo e prendê-lo, e, se não houver força para prendê-lo, vão eliminar a candidatura dele. Esse é um passo. O outro passo maior que a elite brasileira está fazendo é mudar o Estado brasileiro que estávamos implementando, um Estado social, com uma economia com distribuição de renda e com oportunidade para todos.

Infelizmente, eu acho que, no governo Lula, as condições internacionais permitiram serem implementados alguns avanços na nossa economia, mas, já no governo Dilma, principalmente na metade do primeiro governo para o segundo governo, os problemas da economia mundial entraram em crise profunda, acertando muito fortemente a nossa economia, o que criou esses problemas e tudo por aí.

Qual é a nossa saída? Existe diferença entre a saída que a Senadora Ana Amélia propõe e a nossa da saída. A saída deles é o Estado mínimo, é a redução. Aí, vêm com um discurso de que tem que cortar gastos e tem que cortar um conjunto de coisas, porque é a visão do Estado mínimo, para favorecer uma economia baseada na rentabilidade, no processo que o capital financeiro hoje exporta para o mundo, para os países em desenvolvimento etc.

Então, o que acontece? Tem que cortar gastos. Então, fazer universidade para pobre, na visão deles, é gasto; para nós, não, é investimento. Então, existe diferença no Estado que pensamos, na visão de resolver os problemas das crises. Existe crise econômica no nosso País? Existe, mas não é o caos, como pregaram para justificar o *impeachment*. Não é o caos. Está aí: mesmo com o próprio instrumento maior de corrupção que aconteceu por dentro da Petrobras, a Petrobras está viva, criando condições de se transformar, de novo, numa das empresas mundiais, como nós construímos no nosso governo, com a questão do pré-sal e tudo mais.

Qual é a visão daqueles que estão do lado do Governo atual, imposto pelo processo do *impeachment*? É uma visão do Estado mínimo, de que tem que entregar as nossas riquezas, porque tem que chamar os grupos políticos internacionais para virem ajudar a desenvolver o nosso País com o dinheiro deles. Eles vêm tomar



conta das riquezas que nós queremos.

O que custa menos para os Estados Unidos? É gastar trilhões e trilhões de dólares para poder dominar os campos petrolíferos na região árabe, onde há os grandes campos petrolíferos, ou comprar aqui a Petrobras, a preço de banana, e poder dominar o processo do pré-sal? Então, é isso que está em jogo.

Infelizmente se colocou em xeque a democracia do nosso País, porque este processo que eles vão querer impor vai ser dessa forma autoritária. Estão aí os exemplos da forma como tratam os estudantes brasileiros, porque estão brigando por uma educação mais qualificada e melhor para preparar os nossos jovens. Estão se movimentando, porque, se o Governo vem com a discussão de que, para corrigir a economia, tem que cortar gastos na educação e na saúde, é claro que uma sociedade que já conquistou isso, que avançou nessas conquistas tem que se movimentar, tem que brigar para que isso não aconteça, seja de que governo venha.

Agora, a forma de reagir, nessa forma autoritária, coloca em xeque a democracia do nosso País, uma conquista tão fundamental para o processo de resolução de um país como este, deste tamanho, rico e que tem condições de sair das crises econômicas e de dar oportunidades, cidadania e dignidade para todos.

Por isso, é fundamental que a base dessas relações seja a democracia e não um processo autoritário, como as velhas elites fazem e fizeram em nosso País.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, se me permite, gostaria... Fui citada por V. Exª.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Todo o tempo.

Falei em seu nome, porque queria, exatamente, fazer essa diferença, Senadora Ana Amélia. Nós respeitamos aqui, temos uma relação de boa convivência, mas há diferenças fundamentais entre aquilo que a senhora representa aqui, o Estado brasileiro, a visão econômica que a senhora representa, e nós. O que não aceitamos é que essas divergências sejam eivadas de acusações ou de criminalização.

Não acho que o seu Partido, ou PSDB, ou PMDB sejam organizações criminosas. Não acho. O PT não é uma organização criminosa, não sou criminoso. Ao contrário, a senhora nos conhece aqui, na convivência como pessoas. Somos de bom trato, somos pessoas educadas, somos pessoas humanas, temos sentimentos profundos de humanidade. Não aceitamos essa ideia de que, agora, estejamos sendo criminalizados, tratados como bandidos, como criminosos.

Fomos nós que nos movimentamos para conquistar esta democracia, inclusive para estabelecer aqui, ter um operário, uma grande Senadora que a senhora é, para podermos debater os assuntos e os problemas do nosso País, mas não com acusações, com criminalização, como estão fazendo com o nosso Partido e com o cerco que se faz ao companheiro Lula.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Posso falar, Senador?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por isso, o meu discurso, minha intervenção homenageando o companheiro Lula nos seus 71 anos, que hoje faz.

Ouçó, com atenção e com respeito, a Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É possível, Senador Paulo Rocha, que o ex-Presidente Lula me conheça o suficiente para saber qual é o meu lado, qual é o meu caráter e qual é a minha forma de agir, quando era comunicadora e, hoje, como Senadora. Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo. Tenho um enorme respeito por V. Exª, porque tenho a convicção de que tudo que V. Exª disse, nessa tribuna, é no que V. Exª acredita. Eu quero lhe dizer também que sou a filha mais velha de uma família pobre. Eu só cheguei aonde cheguei, Senador Paulo Rocha, trabalhando e ralando muito. Eu saí de casa com nove anos de idade. Fui criada por uma senhora que me deu a primeira oportunidade, estudei em escola pública. Eu sei o que é a dor, eu sei o que é a dificuldade, porque fiz isso, quando muita gente não tinha coragem de fazer. Saí de casa com nove anos de idade, para poder estudar, porque, até então, eu não tinha estudado. Eu quero lhe dizer, Senador Paulo Rocha, que eu estudei em escola pública e só consegui chegar à faculdade também por bolsa de estudos. A primeira concedida por Leonel Brizola, que foi um grande amigo de Lula – Brizola conhecia Lula e Lula conhecia Brizola. Não fosse isso, eu não estaria possivelmente aqui. Fui avaliada pelos eleitores do Rio Grande do Sul quando obtive 13,4 milhões de votos. Se eu tivesse sido uma pessoa sem caráter, uma má profissional, uma pessoa preconceituosa, eu não teria obtido essa votação. Tenho aqui a responsabilidade de representar, com muito orgulho, as eleitoras e os eleitores do meu Estado. As minhas atitudes aqui são cobradas e fiscalizadas por eles e a eles eu devo satisfação, devo e verei sempre. Quero lhe dizer também, Senador, que nunca o senhor ouviu da minha boca que o Brasil precisa de um Estado mínimo, o senhor nunca ouviu. O problema não é um Estado mínimo, ou um Estado máximo, ou um Estado médio, o que os brasileiros, que pagam tanto imposto, Senador Paulo Rocha, querem é um Estado que seja eficiente, porque, mesmo que o governo do Presidente Lula tenha feito tanto investimento em educação, cada exame do Enem demonstrou uma queda na avaliação da qualidade do aprendizado. Não adianta investir muito se



o investimento não dá retorno em qualidade, meu caro Senador. Então, é isso que nós temos que discutir. E eu quero dizer ao senhor também o respeito que eu tenho por tudo de bom que o seu Partido fez. Não sou uma pessoa que ignora os avanços, ele ter continuado o Pronaf, ele ter criado o Bolsa Família, mas faltou a fiscalização, se as pessoas verdadeiramente necessitadas estavam precisando receber aquele recurso. Essa é a questão, Senador, simplesmente essa é a questão. Eu aqui nunca falei que o Partido é um bando criminoso, nunca falei, até porque o meu Partido tem vários Parlamentares envolvidos na Lava Jato, e a minha régua moral, para qualquer partido, a começar pelo meu, é a mesma, é a mesma. A regra é que ninguém, ninguém, nem nós, nem o Presidente da República, nem o Presidente do Supremo Tribunal Federal, nem o Presidente desta Casa ou do Congresso Nacional, ninguém, ninguém está acima da lei. Nós temos que entender que o País é outro, e o que está acontecendo hoje na Venezuela é uma demonstração clara de que o povo se mexe, o povo aprendeu a se mexer, a usar redes sociais, a se manifestar e a dizer o que quer. Eu estou aqui, Senador, com muito orgulho. Quando eu falo – usei a tribuna ontem – é para dizer: eu quero cumprimentá-lo, porque, pela primeira vez, eu estou ouvindo um Líder do Partido dos Trabalhadores, um Senador do Partido dos Trabalhadores reconhecer – eu não diria com humildade, porque não há necessidade disso –, com um senso de realismo, os erros cometidos. Esse é um grande gesto e o senhor é a primeira pessoa que faz isso. Outro que ouvi falar isso foi Eduardo Suplicy, que teve 300 mil votos, eleito vereador no Estado de São Paulo. Então, Senador, quando eu avalio o resultado das urnas do dia 2 de outubro é para dizer que as urnas deram livremente, livremente autonomia pelo voto secreto, pelo voto direto e deram uma demonstração do que pensavam a respeito do seu Partido, simplesmente isso. Eu não disse que o Partido tinha cometido crime; em nenhum momento, falei em Partido criminoso. Eu tenho esse respeito, porque tenho aqui o dever institucional de ter respeito com os meus pares, pois a sua legitimidade é a mesma minha, da Senadora Gleisi Hoffmann, de qualquer Senador aqui: tenha maior ou menor votação, a legitimidade é a mesma. Por isso, eu quero aqui reafirmar o meu compromisso de estar defendendo não isso que se fala, de que eu sou defensora do Estado mínimo, mas, sim, um Estado eficiente. É isso que o brasileiro, que paga tanto imposto, está querendo. E agradeço a V. Exª pela manifestação que fez no reconhecimento dos equívocos cometidos, no que isso tenha seguramente resultado. Não votei no *impeachment* para tirar a ex-Presidente Dilma e colocar o Temer. Não votei por isso. Votei pelos erros cometidos no passado. Se Temer cometer erros como foram cometidos, terá de mim o mesmo tratamento e a mesma postura. Quero lhe dizer também que não há tolerância. Eu não posso. Procure, no Governo Federal, em algum lugar, algum cargo remunerado do Governo que eu tenha indicado. É exatamente para eu ter a independência de poder aqui, de cabeça erguida, ter essas atitudes que eu tenho por convicção e em respeito aos eleitores que me colocaram no Senado Federal. Agradeço muito ao senhor pela oportunidade que me dá de fazer este esclarecimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora Ana Amélia, eu tenho o maior respeito pela senhora, pelo nível do debate em que temos discutido os problemas que caem aqui para nós, principalmente nas comissões. Eu não sou muito de debater aqui no plenário; eu sou lá das comissões, onde estão sendo discutidas as coisas mais tranquilas e concretas para solucionarmos os problemas do nosso País.

Mas é duro, Presidente. E não havia como não ser esse o resultado. A senhora é da área de comunicação. Com o massacre midiático que fizeram contra o PT, não haveria outro resultado que não fosse esse das eleições. Há um objetivo, que é acabar com o PT, mas não vão acabar com o PT.

O PT é um dos únicos partidos ou dos poucos partidos que nasceu de baixo para cima. Mesmo alguns partidos de esquerda no Brasil, os partidos comunistas, foram criados de cima para baixo. O nosso Partido, não, foi de baixo para cima, discutido lá embaixo, com trabalhador, com peão etc. É por isso que criou condições de eu, um operário, de uma família pobre do interior – minha mãe teve 17 filhos, sem condição de sustentar um –, virar Senador da República. Estou aqui no mesmo nível dos grandes Senadores. Por que se deu a oportunidade? Via o processo da democracia.

Então, uma coisa para lhe responder: nós não temos nada a ver, no sentido da concepção, com Venezuela. Nós nascemos críticos de Cuba. Nós nascemos críticos da União Soviética. Sabe por quê? Porque têm essa visão autoritária de governar; e nós decidimos que, no nosso Partido, em 1985, num debate acirrado, nós íamos ser vocacionados pelo poder via democracia. E nós somos exatamente esse processo democrático. Nós brigamos e lutamos pelo processo da democracia no nosso País. Então, nós não queremos, e nós lutamos tanto para isso...

Aproveitando que chegaram os estudantes aqui, nós não concordamos com que, como a Presidenta Gleisi denunciou no início aqui da sessão, os alunos da mesma idade desses aí, 14 ou 15 anos, sejam algemados, carregados num ônibus, porque estavam dentro da escola resistindo por uma educação de qualidade.

Então, somem-se a nós contra isso tudo, contra esse estado de coisas. Implementar uma política de



corte de orçamento da forma como estão implementando, aproveitando momentaneamente uma maioria parlamentar que está sendo colocada aqui, sem nenhum debate mais profundo, sem discutir com a sociedade, com os interesses daqueles que estão colocados...

Isso é uma conquista da sociedade. Educação, mais universidades, mais estruturas para a saúde, o Programa Mais Médicos, isso é uma conquista da democracia e da sociedade. E um Governo de plantão não pode cortar assim de uma hora para outra. Ele tem que discutir saídas com essa própria sociedade. A saída é corte ou resolver o problema de criar uma reforma tributária com as condições: quem tem muito paga muito; quem tem pouco paga pouco; e quem não tem recebe? É esse o grande momento em que tínhamos que avançar na democracia, em governos que nós conquistamos. Mas não. Vem um Governo que, por causa de uma maioria parlamentar, criou as condições do *impeachment* da Presidenta e agora implementa políticas de corte, políticas que estão colocando em xeque não só a democracia, mas os avanços que conquistamos nessa democracia.

Por isso, agradeço o seu aparte. Temos muito a discutir aqui. Senadora Ana Amélia, eu acho que hoje o melhor ambiente para discutir é aqui. Eu chamo a responsabilidade para o Senado brasileiro. Acho que na Câmara Federal as coisas estão muito polarizadas e tumultuadas, com todo o respeito à Câmara Federal. Para enfrentarmos as dificuldades do nosso País, os problemas da nossa economia, do nosso desenvolvimento e os problemas da crise política no nosso País, o lugar é aqui. Acho que o Senado Federal está mais preparado para enfrentar esses desafios que estão impostos ao nosso País.

Por isso, Presidenta, agradeço a atenção e a benevolência do tempo.

Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

ASRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Parabeno V. Exª pelo pronunciamento e me somo a ele, Senador Paulo Rocha. Reconheci-me em várias palavras que V. Exª disse aqui, principalmente pelo histórico do Partido e das lutas que temos travado na sociedade brasileira.

Quero saudar aqui os estudantes do ensino fundamental do Colégio Logosófico de Belo Horizonte, Minas Gerais, e dizer que sou fã do logosófico. Minha filha estuda no Logosófico aqui de Brasília.

Quero saudar também os estudantes do ensino médio da Escola Senador Hermenegildo De Moraes, de Morrinhos, Goiás. Sejam muito bem-vindos ao plenário do Senado da República.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, pela ordem. Eu queria que V. Exª me inscrevesse pela Liderança do Partido ou para comunicação, qualquer uma delas, porque não me inscrevi para falar hoje.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está inscrita, Senadora Ana Amélia. Se quiser ocupar a tribuna, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senadora Gleisi Hoffmann.

Caros colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu ocupo a tribuna hoje não sabendo ao certo se amanhã, sexta-feira, haverá audiência porque estamos às vésperas de um segundo turno em muitas capitais brasileiras. Então, nessa dúvida sobre não haver amanhã sessão diante do pleito, eu antecipo os temas que nós, no dia 28, teríamos de celebrar, como o Dia do Funcionário Público.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se me permite, Senadora Ana Amélia, só para informá-la, a assessoria da Mesa está informando que, amanhã, não haverá sessão, porque é ponto facultativo, em razão, inclusive, do Dia do Funcionário Público.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Melhor ainda. Esse esclarecimento agora justifica mais ainda eu tratar desses temas, Senadora Gleisi Hoffmann.

Então, eu queria começar esta minha presença na tribuna saudando todos os servidores públicos de nosso País, nossos servidores públicos da área federal, os servidores públicos dos Estados, dos Municípios, os servidores públicos que prestam serviço abnegadamente, comprometidamente à sociedade brasileira. É preciso reconhecer.

Associo-me aos cumprimentos que a nossa Diretora-Geral da Casa, Ilana Trombka, fez para o dia do servidor e da servidora pública do nosso País. Associo-me a ela, como Diretora do Senado, estendendo não só aos servidores da Casa, mas aos servidores todos de modo geral e aos que temos recebido.

Hoje mesmo fizemos uma audiência pública para tratar das questões de pesca, e o Senador Paulo Rocha, que é do Estado do Pará, sabe que a pesca é uma atividade muito importante. Fizemos um debate sobre a necessidade de reinspeção dos produtos importados, alguns concorrendo predatoriamente com a produção brasileira. E isso é uma concorrência desleal, primeiro com o consumidor, devido ao risco de produtos às vezes contaminados com substâncias não recomendáveis à saúde, algumas até cancerígenas, com excesso de sódio.

Lá estavam o representante da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério de Agricultura, Dr. José



Luis; a Dr^a Cláudia, da Anvisa; e o Dr. Raimundo, do Inmetro. Trata-se de servidores extremamente abnegados, dedicados à fiscalização da qualidade do produto.

Então, só pelo exemplo de hoje pela manhã, além dos servidores da própria Comissão, posso testemunhar aqui esse envolvimento desses servidores.

Quero também fazer uma referência a duas figuras que foram bastante citadas hoje, por ter sido sancionada a Lei do Simples Nacional. Eu, como participante da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, preciso também fazê-lo aqui. Não estou inovando, mas repetindo o reconhecimento que todas as autoridades fizeram à figura, como homenagem póstuma, do ex-Deputado do Partido dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco Pedro Eugênio, que também, na presidência da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, fez um trabalho extraordinário. Da mesma forma, o Senador José Pimentel, do Ceará, em todos os momentos, como Deputado Federal e como Senador da República, é uma das figuras mais reconhecidas nesse esforço e nesse trabalho.

Nós temos hoje o Jorginho Mello como Presidente dessa Frente Parlamentar, e a sanção dessa Lei Geral do Simples também veio abrigar uma demanda que nós do Rio Grande do Sul, da Bancada do meu Estado na Câmara Federal, aqui tivemos quando a matéria foi votada. Aqui no Senado, a Lei Geral do Simples foi relatada com muita competência pela Senadora Marta Suplicy. A ela nós acrescentamos uma emenda, que teve e tem um impacto extraordinário sobre toda a área de turismo de todos os Estados brasileiros, mas especialmente da Região Sul. Eu cheguei a tomar cerveja, no Estado do Pará, feita à base de chocolate.

Então, é uma inovadora área para o desenvolvimento do turismo, da gastronomia. É necessário ver essa área como uma estimuladora, com um tratamento tributário diferenciado. São cervejarias artesanais ou microcervejarias, produtores de vinhos de agricultura familiar, muito comum na serra do meu Estado, o Rio Grande do Sul, e em Santa Catarina, e agora também em outras regiões. Há também as chamadas cachaçarias ou alambiques.

Portanto, são microempresários trabalhando com grande qualidade em produtos genuinamente brasileiros, que ganham espaço no mercado internacional, permitindo agregar valor, com mão de obra tipicamente familiar.

Feito esse registro, penso que tivemos um ganho em relação a esse processo e também com relação ao sistema de parcerias com os salões de beleza, na área da estética. Um trabalho feito pela Senadora Marta Suplicy e com grande empenho de várias comissões, entre elas, a de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paulo Paim.

Então, é preciso reconhecer o esforço de todos. Eu fiz a minha parte, assim como os demais Senadores, e a Senadora Marta, como relatora, também.

Foi um avanço extraordinário em face de notícias que nos preocupam muito, Senadora Gleisi Hoffmann, em relação à questão social, como o aumento do desemprego, que está chegando a níveis, de certa forma, alarmantes. Quanto mais desemprego, mais a tensão social se agrava e se agudiza. Então, a pequena e média empresa estimulada por um tratamento tributário é realmente importante.

E o Presidente da Frente, hoje, sugeriu a criação de linhas de crédito para esse segmento, cuja inadimplência é sempre destacada como muito pequena.

Já que estou falando de empreendedores, na segunda-feira, tive a honra de participar junto com o Ministério Blairo Maggi da abertura do 39º Congresso Mundial da Vinha e do Vinho.

Trezentos representantes de vários países – Austrália, Nova Zelândia, França, Itália, Portugal, Alemanha, Argentina, Chile, Uruguai e México – estiveram em Bento Gonçalves, onde se pôde mostrar e valorizar aquilo que o Brasil vem fazendo nesse setor, em particular no meu Estado, que hoje é o maior produtor de espumantes do País.

Há dez anos, o mercado brasileiro era dominado por espumantes importados; 90% do espumante consumido no Brasil, Senadora Gleisi Hoffmann, especialmente no Natal, mas também em outras oportunidades de festas ou aniversários, era importado: cava espanhol, o champanhe francês ou prosecco italiano.

Hoje, dez anos depois, graças ao trabalho dos vitivinicultores, das cooperativas de produção – temos muitas vinícolas, algumas com 85 anos de idade, como a Aurora, de Bento Gonçalves, e outras vinícolas em Garibaldi, Farroupilha, Antônio Prado e na região de Flores da Cunha –, a região toda é povoada. Agora Gramado e Canela passam a ser também zonas de produção.

Hoje 90% – diria mais, 95% – do espumante consumido no Brasil é produzido no Brasil.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E não devem nada...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não deixam nada a desejar.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... ao



champanhe, à cava, são de altíssima qualidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente. Agradeço essa sua observação, que faz jus ao esforço que esses nossos empreendedores tiveram. E é extraordinário.

E, ainda, além disso, além dessa qualidade, ele está em um nível igual ou talvez melhor do que os nossos concorrentes. Tem ganho, Senadora Gleisi, prêmios internacionais pela qualidade. Os nossos vinhos brancos, hoje, também já começam a figurar de maneira extraordinariamente destacada no *ranking* dos grandes vinhos brancos mundiais. Não é diferente em relação também aos vinhos tintos.

Mas ganhamos mesmo nesse *ranking* é com os nossos espumantes, o que é hoje, indiscutivelmente, digamos, a melhor notícia que se possa ter. Porque, veja, inverter um percentual de 90% de um mercado que era de importação há dez anos e que hoje é de 90% a 95% de produto nacional é um ganho extraordinário. Para revelar essa capacidade empreendedora que tem a gente brasileira, especialmente no Sul do País, onde os imigrantes italianos, alemães e poloneses, todos eles têm dado essa contribuição.

Então, fico gratificada por isso. E Bento Gonçalves demonstrou sua capacidade de receber bem naquela acolhida.

E também fomos à vinícola Perini, onde foi oferecido um almoço. Cada uma das vinícolas tem a qualidade necessária para conquistar o gosto dos consumidores brasileiros, o que tem ocorrido também.

Quero agradecer à família Perini pela forma como recebeu as autoridades e os convidados. Cumprimento também toda a equipe da Perini pelo que fez lá, e as demais empresas que operam no setor.

Por fim, Senadora, eu queria aqui mencionar duas datas importantes. O dia 29 de outubro é o Dia Mundial de Combate ao AVC.

No ano passado, lembro-me muito bem, o Dr. Octávio Marques Pontes Neto, Presidente da Sociedade Brasileira de Doenças Cerebrovasculares, que cuida dessa área, mandou-me um *e-mail* falando sobre esse assunto, e eu prontamente falei sobre o AVC. Fui procurada agora pela Drª Sheila Cristina Ouriques Martins, que veio, também, como neurologista da Rede Brasil AVC, falar comigo e pedir para lembrar esse Dia Mundial de Combate ao AVC. É no dia 29 de outubro, e nós não teremos sessão amanhã, e depois virão o sábado e o domingo. Portanto, anticipo-me aqui porque considero o tema relevante.

Nosso dever aqui não é só sobre o embate político, mas é também usar uma tribuna para informar as pessoas. Eu falo aqui sempre sobre câncer de mama. Falei aqui sobre fibromialgia, e não tinha ideia do que era essa doença. Fizemos uma audiência pública requerida.

Olha, Senadora, fiquei realmente impressionada. Fibromialgia atinge cinco milhões de brasileiros. E 95% dos pacientes de fibromialgia são mulheres! Essa é uma doença de fundo neurológico, pouco identificada, e o seu portador sobre preconceitos. Imagina-se que a mulher está fazendo fita – desculpe a expressão –, está fingindo que está doente, e as dores são lancinantes. E a doença não tem nenhuma aparência. Nenhum exame de sangue, nem de urina, nem de fezes, a identifica. Nada! É só uma dor insuportável. A pessoa fica paralisada com fibromialgia. Apreendi muito.

Quando eu falei aqui, para minha surpresa, no meu *e-mail* vieram muitas mensagens que diziam: “Que bom que alguém lembrou do nosso sofrimento!”

No mesmo dia, 29 de outubro, é o Dia Mundial de Combate ao AVC, e é também o Dia de Combate à Psoríase, que é outra doença – imagino que tenha várias origens –, que também enfrenta muitos preconceitos, assim como é o caso da fibromialgia.

Vamos falar, então, do AVC brevemente. O Acidente Vascular Cerebral (AVC) é a segunda principal causa de morte no Brasil e a principal causa de sequelas. Estima-se no Brasil que a cada um minuto uma pessoa seja vítima da doença, com registro anual de mais de 100 mil óbitos no nosso País. Sendo considerado uma epidemia, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda a adoção de medidas urgentes com foco na prevenção e tratamento do AVC.

O controle dos fatores de risco pode reduzir em até 90% dos casos. Olhe a importância da prevenção! É preciso, para prevenir, ter informação.

Os principais fatores de risco do AVC são, pela ordem: hipertensão arterial, Diabetes Mellitus, colesterol alto, tabagismo e arritmias cardíacas. Outros fatores de risco que merecem atenção são aquelas pessoas que já têm histórico familiar de doenças cardiovasculares, raça negra e também os idosos. No entanto, deve-se ressaltar que o AVC pode acontecer em qualquer idade, embora seja mais comum a partir da quinta década de vida, ou seja, dos 50 anos.

Outro ponto importante, AVC tem tratamento e é uma emergência médica. Quanto mais rápido o atendimento maior são as chances de se reduzirem sequelas. Pacientes que são atendidos na primeira hora do início dos sintomas reduzem em cerca de 80% a chance de uma sequela permanente, além de também se reduzir a mortalidade pelo AVC, quando for diagnosticado na hora certa e houver o atendimento na hora



certa.

A Linha de Cuidado do AVC foi criada em 2012, pela Portaria 665 do Ministério da Saúde, com o objetivo de se otimizar o tratamento do AVC, incluindo a rede básica de saúde, Samu, unidades hospitalares de emergências, reabilitação e programas de atenção domiciliar. Neste mesmo ano o Ministério da Saúde iniciou a habilitação de Unidades de Cuidado Agudo ao AVC. Mas até o momento somente 46 hospitais foram credenciados pelo Ministério da Saúde em todo o Brasil. Esse número ainda é muito pequeno para a enorme demanda dessa doença, o AVC. O credenciamento de mais unidades de AVC em todo o Brasil é essencial para melhoria do acesso ao tratamento do AVC no nosso Brasil.

A Sociedade Brasileira de Doenças Cerebrovasculares juntamente com a Rede Brasil AVC convida todos a participar da Campanha Nacional de Combate ao AVC 2016, que tem como tema “AVC tem tratamento, vidas podem ser melhoradas com mais consciência, acesso e ação”. O Dia Mundial do AVC 2016 enfatiza que, apesar do AVC ser um problema médico complexo, existem maneiras de reduzir o seu impacto. Uma vez identificado os sintomas do AVC, o tratamento deverá ser instituído o quanto antes.

E aqui há umas regrinhas, Senadora Gleisi Hoffmann. Eu recebi um cartaz muito importante, com um desenho bastante fácil de identificar.

E aproveito vocês – os alunos – que fazem essa visita aqui ao Senado Federal nesta tarde. Estamos falando sobre o Dia Mundial de Prevenção do AVC. AVC é Acidente Vascular Cerebral. Então, normalmente, pessoas acima de 50 anos, mas jovens, como vocês, podem também ter. Às vezes, você vê um atleta, esportista, ter, e isso tem várias origens.

Cuidar, não ser tabagista, não consumir cigarro, a questão da pressão alta, hipertensão....

Mas há alguns sintomas, e os jovens são muito atentos: se a pessoa ficou diferente, manda a pessoa sorrir; se ela não conseguir sorrir, é um sintoma. Se pedir para abraçar você, e ela não conseguir, é outro sintoma. Se você pedir para dizer uma letra de uma música bem simples, uma música conhecida – Ciranda, Cirandinha –, e não conseguir repetir isso, é outro sintoma – ou outra música de que você goste e saiba que a pessoa conhece. E aí, o último, mais importante: urgentemente, chamar a ambulância do Samu, 192.

Então, veja só: um sorriso, se a pessoa não sorrir; ou abraçar, se não conseguir; e dizer uma frase da letra de uma música. Esses são os sintomas que podem o ajudar. Tem que agir rapidamente e levar para o hospital.

Portanto, há AVC na infância, de um mês de vida aos 18 anos.

Alguém tem 18 anos aí? Acho que tem. Com 18 anos, só uma moça.

Há fatores de risco nas crianças e diferentes fatores em adultos. São sinais de alerta: fraqueza ou dormência de um lado do corpo; dificuldade de falar; alteração da visão; tontura ou perda de coordenação; convulsões; preferência do uso de uma das mãos antes de um ano de vida; dor de cabeça súbita, especialmente, com vômitos e sonolências. Riscos em crianças incluem doenças cardíacas congênitas, doenças que afetam as artérias do cérebro, infecções do cérebro e outros órgãos, traumatismo craniano, doença falciforme e doenças autoimunes.

Os fatores de risco são complicações na gestação – e estamos falando de criança no período perinatal: doença cardíaca congênita, distúrbio da placenta, distúrbio de coagulação no sangue, infecções. Mas vamos falar dos adultos, sobre os quais já abordamos aqui.

O AVC tem tratamento, vidas podem ser melhoradas, com mais conscientização, acesso e ação de todos que se envolverem em relação a isso.

Agradeço novamente a nossa entidade, a Sociedade Brasileira de Doenças Cerebrovasculares, e o Presidente da SBDCV, Dr. Octávio Marques Pontes Neto.

Agora falo de outra doença, porque também é, no mesmo dia 29, o dia da prevenção da psoríase.

E a Psoríase Brasil – que é presidida por Gládis Lima, da União das Associações de Portadores de Psoríase do Brasil –, pelo Dia Mundial da Psoríase 2012, compartilha o que fizeram no dia de hoje, lá na Câmara dos Deputados. Além da atenção direta e necessária do Ministério da Saúde, essa entidade promoveu, até hoje, no Espaço Mário Covas, na Câmara dos Deputados, distribuindo material informativo, conversando com o público, projetando vídeos sobre dados da qualidade de vida do paciente, convidando Parlamentares e a sociedade para abraçarem a causa dos pacientes de psoríase.

A União das Associações de Portadores de Psoríase do Brasil esteve ontem, no Ministério da Saúde, reencaminhando os pleitos já apresentados, e ainda não atendidos pelo Governo Federal. Foi realizado também o simpósio, entendendo a psoríase, desmistificando conceitos, as novas perspectivas de tratamento da doença e como alavancar a qualidade de vida desses pacientes. Isso foi no plenário das Comissões da Câmara dos Deputados, até o dia de hoje.

E, no caso da psoríase, recebi aqui também um folheto muito didático. O que é a psoríase? Queria especialmente aproveitar.



A psoríase, para quem não sabe, é uma doença inflamatória crônica, sistêmica, autoimune, relativamente comum, mas não é contagiosa. Em alguns casos, causa um forte impacto estético, afetando a autoestima e a qualidade de vida do paciente. Sabe-se que existe relação com o sistema imunológico, interações com o meio ambiente e também com questões genéticas.

Há muita gente que olha e, por não saber o que é a psoríase, tem medo de abraçar uma pessoa que esteja com psoríase. Pode abraçar. Ela não é contagiosa. E a pessoa portadora da psoríase sofre duplamente o preconceito, porque a doença não é contagiosa, e a pessoa não a abraça por conta de medo do risco.

Já estou terminando, Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É que eu conheço bem, porque tenho um amigo com esse problema sério. É uma doença feia, no sentido externo da coisa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E acaba criando essa condição de preconceito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A pessoa sofre mais. E pior, Senador Paulo Rocha, é que não há cura para a doença. Então, ela tem que conviver e, às vezes, essa doença se alastra pelo corpo, existe apenas um medicamento mais adequado.

E, cada vez que uma pessoa dá um testemunho sobre o que é isso... É muito, muito grave a aparência para quem olha uma pessoa com psoríase. E, às vezes, ela se alastra por todo o corpo, pelos braços, pelos cotovelos, pelo rosto inclusive, mas não é contagiosa.

Os sintomas são manchas vermelhas com escamas secas esbranquiçadas ou prateadas; pequenas manchas escalonadas; pele ressecada e rachada, às vezes com sangramento; coceira, queimação e dor; unhas grossas, sulcadas ou com caroço; inchaço e rigidez nas articulações.

A doença se manifesta geralmente entre os 20 e 40 anos. Porém, em 15% dos casos aparece durante a infância. Não existe um exame específico para o diagnóstico. Geralmente, analisa-se a lesão no próprio consultório, o que dificulta a assertividade, já que pode ser confundida com outras doenças. O diagnóstico adequado pode levar até 15 anos – olhe só! –, e, durante 15 anos, a pessoa sofre do preconceito. Eu vou repetir aqui, porque está bem grande, o mais importante: a psoríase não é contagiosa e o contato com os pacientes não precisa ser evitado. Portanto, pode abraçar uma pessoa que esteja com psoríase.

Os números estimados de psoríase no Brasil: afeta cerca de 5 milhões de brasileiros e brasileiras, e 83% buscaram tratamento; 38% afirmam sofrer preconceito e discriminação; 81% tiveram a autoestima afetada; e 48% mudaram seus hábitos para evitar constrangimento, como passar a colocar roupa toda fechada. A demora no diagnóstico da psoríase e a dificuldade de acesso ao tratamento adequado causam impacto psicossocial na vida desses pacientes.

Quem pode detectar a doença? Como a doença, em geral, começa a se manifestar na pele, o médico mais indicado para diagnosticá-la é o dermatologista. O diagnóstico, na maioria das vezes, é feito no próprio consultório. Alguns poucos requerem a necessidade de biópsia, que é a retirada de um fragmento da pele para um exame mais acurado.

Os tratamentos. Quais são os tratamentos? As terapias podem ser tópicas, pomadas ou cremes, fototerapia, terapia sistêmica, medicamentos via oral ou em forma de injeção, ou terapia biológica, que são medicamentos via subcutânea ou endovenosa.

Então, eu trago hoje aqui, porque 29 de outubro é, ao mesmo tempo, o Dia de Combate à Psoríase no Brasil e também o Dia Mundial de Combate ao AVC. Então, que essas informações possam chegar ao maior número de pessoas, porque assim estaremos prevenindo e salvando muitas vidas!

Muito obrigado pela visita de vocês. Sejam bem-vindos! Tenham um bom fim de semana!

Obrigada, Presidente.

(Durante o discurso da Srª. Ana Amélia, a Srª. Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. O seu pronunciamento será publicado em todos os órgãos da nossa Casa.

Queria saudar a visita dos estudantes de ensino médio e fundamental do Colégio Estadual Professor Akio Satoru, de Urânia, São Paulo. É isso? Sejam bem-vindos!

Prestem bem atenção aqui, porque eu sei que deve haver alguém de vocês por aí que pode ter futuro aqui, porque a boa política, a juventude... É bom estar na boa política. Lugar de jovem consciente é na política.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, do Paraná.



A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente; Srs. Senadores; Srªs Senadoras; os estudantes que estão aqui nos acompanhando hoje, nesta sessão, é um prazer recebê-los; quem nos ouve pela Rádio Senado; quem nos assiste pela TV Senado, hoje eu subo aqui para falar exclusivamente de política e exclusivamente do Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores e do momento que nós atravessamos no nosso País. Queria começar falando do Presidente Lula, dando os parabéns ao nosso Presidente. Hoje Luiz Inácio Lula da Silva completa 71 anos de idade. Parabéns Presidente!

Queria dizer do orgulho, da satisfação, de estar nessa caminhada política ao seu lado, de tê-lo conhecido há tantos anos, de estar no Partido dos Trabalhadores junto contigo desde 1989, construindo propostas para melhorar o Brasil. Tenho muito orgulho do resultado que este País teve em políticas sociais, em políticas econômicas e de desenvolvimento durante a sua gestão, orgulho da sua luta e da sua caminhada.

E quero deixar registrado, aqui no plenário da Casa, deixar registrado aqui, nos *Anais* do Congresso, do Senado da República, um texto escrito por Fernando Morais, “Lula do Brasil”:

No Brasil em que o menino Lula nasceu, em 1945, suas chances de sobreviver e chegar à idade adulta, com educação formal e um trabalho digno, eram mínimas, quase nulas. De cada dez crianças nascidas no Nordeste do País, naquela época, duas morriam antes de completar um ano. Ele [Lula] sobreviveu; como sobreviveria à seca, ao latifúndio e à fome, as três pragas que assolavam a região. No mundo em que Lula nasceu, o destino do Brasil estava condicionado aos interesses do lado norte-americano da Guerra Fria. Era um país com metade da população isolada no campo e 56% de analfabetos (mais de 70% no Nordeste). As elites atrasadas viviam da renda agrícola e financeira, combatendo tenazmente qualquer um que sonhasse com um país desenvolvido e socialmente justo. A vida de Lula se confunde com a luta de toda uma geração de brasileiros que desafiou aquele destino. Ainda criança ele percorreu, com a mãe e os irmãos, o longo caminho de Garanhuns até o litoral de São Paulo, onde conheceriam outras pragas: o desemprego, a favela, a violência. E a fome sempre rondando. Sobreviveram graças à obstinação de dona Lindu, que ensinou os filhos a trabalhar desde cedo e a compartilhar solidariamente o pouco que cada um ganhava.

Lula era um jovem operário quando os militares tomaram o poder no país, em 1964. Nos anos seguintes, trabalhando no coração da indústria brasileira, Lula iniciou o seu aprendizado político pela ação sindical – numa época em que reivindicar salários e direitos podia dar em cadeia, tortura e morte. Liderando greves reprimidas pela ditadura, aprendeu que os trabalhadores precisavam também fazer política, ter seu próprio partido.

Desde a criação do PT, em 1980, a trajetória de Lula é bem conhecida. Construiu o maior partido de massas do país, disputou e perdeu três eleições, desafiou o preconceito, os poderosos, os meios de comunicação, para tornar-se, em outubro de 2002, o primeiro trabalhador eleito presidente do Brasil. Em oito anos de governo, provou que era possível mudar o destino do País.

E mudou. Se hoje nós temos milhões de pessoas que saíram da miséria, se hoje nós temos uma distribuição mínima de renda no Brasil, se hoje nós consolidamos o Estado de bem-estar social mínimo, conquistado pela Constituição de 1988, nós devemos muito a esse homem, muito a Lula, a Luiz Inácio Lula da Silva, que hoje faz 71 anos de idade e que eu quero parabenizar novamente.

Eu quero também aqui dizer que ontem tivemos uma importante notícia que, com certeza, nos dá condições de enfrentar o que o Sr. Presidente Lula vem passando atualmente no Brasil.

É um escândalo, é uma barbaridade, não tem justificativa a perseguição que se faz a Lula. Como se todos os problemas do País, todos os erros cometidos na política e toda a corrupção existente no Brasil fossem de responsabilidade de apenas um homem. O senhor está sendo caçado. Esta é a palavra: caçado. Os seus direitos não são respeitados pelo processo. É como se nós não vivêssemos em um Estado de direito democrático no Brasil. O que fazem com o senhor é uma perversidade, que não fizeram com nenhum outro. Gente que submeteu este País às maiores humilhações, gente que não se preocupou com o povo, gente que não estava preocupado com a política social, gente que entregou o Brasil a outros países, que entregou o Brasil aos americanos, que vendeu as nossas riquezas, esses não tiveram um terço – aliás, um milésimo – desse tratamento desrespeitoso, arbitrário, absurdo que o senhor está tendo. O senhor, que tanto fez pelo povo brasileiro, que tanto fez pelo povo pobre, que tanto melhorou a vida do povo, está recebendo um tratamento como este, está recebendo um tratamento moralista, que, na realidade, não é para procurar saber se o senhor cometeu erros, não é para julgá-lo, é para condená-lo. Já o condenaram!

Ontem, tivemos uma vitória importante. Os advogados do Presidente Lula – aqui eu quero cumprimentar o Dr. Cristiano Zanin e, na pessoa dele, toda a equipe de advogados – obtiveram da Organização das



Nações Unidas – para ser mais exata, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos – a admissibilidade inicial, perante o órgão, do registro de denúncia que os advogados fizeram em julho deste ano. E quais eram as denúncias que foram feitas e levadas à ONU? Foram listadas diversas violações ao Pacto de Direitos Políticos e Cíveis, adotado pela ONU, que foram praticadas pelo Juiz Sérgio Moro e pelos Procuradores da Operação Lava Jato contra Lula. Quem não lembra aquela cena horrorosa do PowerPoint – deprimente, inclusive, para todo o sistema judiciário brasileiro –, em que se acusava Lula de um crime que, depois, não foi objeto da denúncia apresentada?

E o que diz o tal pacto da ONU? O que assegura esse pacto? Dentre outras coisas, o pacto da ONU assegura: proteção contra a prisão ou detenção arbitrária; direito de ser presumido inocente, até que se prove a culpa, na forma da lei; proteção contra interferências arbitrárias ou ilegais na privacidade, família, lar ou correspondência e contra ofensas ilegais à honra e à reputação; e direito a um tribunal independente e imparcial. Todas essas cláusulas do pacto da ONU não foram respeitadas pelo direito brasileiro, não foram respeitadas pelo Juiz Sérgio Moro, não foram respeitadas pelo Ministério Público.

Nós não estamos falando aqui que o Lula não tenha que ser investigado, que as coisas não tenham que ser investigadas, que o Lula não tenha que ser processado. Não é isso. O que nós estamos falando aqui é que, para isso acontecer, isso tem que ser dentro das leis, tem que ser dentro do conjunto do direito, tem que ser dentro daquilo que preconiza o Estado democrático de direito; isso não pode ser à revelia, não pode haver exceção. O direito não pode ser mudado pela condição daquele que é objeto da sua investigação.

Quando os advogados protocolaram na ONU, colocaram exatamente quais foram as violações cometidas pelo Juiz Sérgio Moro e pelos procuradores. E quais foram essas violações?

Primeiro: privação da liberdade por cerca de seis horas, imposta a Lula em 4 de março de 2016, por meio de uma condução coercitiva sem qualquer previsão legal. Quando nós fazemos uma condução coercitiva? Quando, por duas vezes, a pessoa é chamada a vir depor e não comparece em juízo ou na polícia para tanto. Aí se pode fazer uma condução coercitiva. O Lula não havia sido chamado nem uma vez para depor – nem uma vez. Fizeram uma condução coercitiva com espetáculo. Havia várias viaturas da Polícia Federal, helicópteros, gente armada, como se fosse o principal bandido que nós tivéssemos na história do Brasil, talvez um traficante, um assassino. Foi assim que fizeram, foi assim que apresentaram essa história ao mundo e à sociedade brasileira. Por que isso? Qual era o risco que o Lula oferecia? Será que ele, que tantas vezes foi depor em outros processos, se negaria a fazer um depoimento para o Juiz Sérgio Moro? Ou precisa sempre esse Juiz, o Judiciário, que está investigando a Lava Jato, ter um aparato descabido para mostrar poder ao povo brasileiro e à sociedade brasileira, que, aliás, custa muito aos cofres brasileiros? Aí eu pergunto: por que com o Eduardo Cunha não foi assim? Por que, com Eduardo Cunha, não tivemos helicópteros, gente armada? Sequer foi pedido para que ele colocasse os braços para trás. Nós não o tivemos sendo televisionado. Foi tudo muito quieto. Por quê? Por que há esse peso e essa medida? O que fez Lula de tão ruim ao povo brasileiro – pergunto?

Outra situação: vazamento de materiais confidenciais para a imprensa e a divulgação de ligações interceptadas. Quero lhes dizer que, se, nos Estados Unidos, houver uma delação e for vazada qualquer coisa dessa delação, o processo é invalidado, suspenso e anulado. Aqui, no Brasil, não. Aqui, no Brasil, a Polícia Federal vaza, o Ministério Público Federal vaza, colocando nos jornais. As pessoas já são colocadas à execração públicas, já são julgadas e condenadas. Daí, quando vem o veredito final, não interessa se foi absolvido ou não, pois aquela pessoa já foi exposta, já foi condenada. Portanto, isso viola, sim, o Pacto de Direitos Políticos e Cíveis da ONU.

Terceira situação colocada pelos advogados de Lula junto ao Alto Comissariado da ONU: diversas medidas cautelares autorizadas injustificadamente.

Há ainda o fato de o Juiz Moro haver assumido em documento, enviado ao Supremo Tribunal Federal em 29 de março de 2016, o papel de acusador, imputando crime a Lula por 12 vezes, além de antecipar juízo de valor sobre o assunto pendente de julgamento. O Juiz Sérgio Moro é juiz, não é do Ministério Público e, portanto, não é acusador.

Temos, aqui, sim, violações graves ao Estado de direito brasileiro, e o fato de o Alto Comissariado das Nações Unidas ter aceitado essa denúncia e registrado para averiguação consubstancia, sim, que vê indícios de que o Estado de direito foi, sim, vilipendiado. Na prática, significa que a ONU aceita considerar que a queixa de Lula existe e é legítima e que ela dará prosseguimento à análise do caso. Ela não se posicionou ainda sobre o conteúdo. A entidade poderia ter rejeitado o pedido de pronto ou mesmo ter antecipado um exame, mas o recebeu, optando pelo caminho tradicional.

E o que dizem os advogados do Presidente Lula, em especial o Dr. Cristiano?

Avançamos mais um passo na proteção das garantias fundamentais do ex-Presidente com o registro



de nosso comunicado pela ONU. [...] É especialmente importante saber que, a partir de agora, a ONU estará acompanhando formalmente as grosseiras violações que estão sendo praticadas diariamente contra Lula no Brasil.

Temos, agora, um foco internacional; não que não tivéssemos anteriormente, o mundo já estava acompanhando a situação do Presidente. Eu tive oportunidade, com outros Senadores, de estar em eventos internacionais para relatar o que se passava aqui, com o *impeachment* da Presidenta Dilma e também o que se passava aqui com o Presidente Lula.

É um pouco daquilo que o Senador Paulo Rocha falou desta tribuna quando me antecedeu. É a continuidade do golpe; primeiro, um golpe para retirar uma Presidenta legitimamente eleita; e, agora, um outro golpe para impedir que o Presidente Lula possa concorrer, novamente, às eleições de 2018. Se não o prenderem – e não vão prendê-lo, porque ninguém pode prender o Presidente Lula, já que a ONU também tem de avaliar a situação que nós temos aqui no Brasil agora –, com certeza, farão tudo para que os seus direitos políticos sejam suspensos. É isso o que temos sistematicamente denunciado, é isso o que nós temos falado ao Brasil, é isso o que nós temos falado às instituições. Não pode haver uma perseguição desse tipo em um Estado democrático de direito, na democracia brasileira.

Por isso, eu quero aqui fazer o registro de que a ONU aceita, sim, o processo de Lula contra o Juiz Sérgio Moro, contra o Ministério Público, contra as arbitrariedades e os exageros do Poder Judiciário. Temos, sim, de fazer todas as investigações. A Operação Lava Jato é uma operação importante para o Brasil e para a democracia brasileira. Volto a repetir que ela só foi possível, porque o governo do Presidente Lula e o governo da Presidenta Dilma criaram condições para que tivéssemos uma operação dessa envergadura. Não vamos nos esquecer de que a lei das organizações criminosas, que permite a delação premiada, foi enviada para esta Casa pela Presidenta Dilma; de que nós também tivemos a lei do colarinho branco enviada pelo Presidente Lula; e de que tivemos a lei de acesso à informação e o Portal da Transparência. Isso tudo deu condições para que se fizesse a investigação, assim como a autonomia da Polícia Federal e do Ministério Público. Nós queremos, sim, que as investigações aconteçam, mas elas não podem acontecer prescindindo do Estado democrático de direito, porque, senão, elas não serão legítimas e não alcançarão o objetivo que têm de alcançar.

Parabéns, Presidente Lula, pelo seu aniversário! Parabéns pelas conquistas que ajudou o povo brasileiro a obter! Parabéns pelos dois governos, pelos dois mandatos que fez e que tanto orgulho deram ao Brasil!

Parabéns ao Dr. Cristiano e a toda a equipe de advogados que mostram ao mundo que o Brasil, um País que avançou tanto em direitos sociais e que também avançou em direitos humanos, não pode regredir. Não podemos voltar aos tempos em que o Brasil era conhecido no exterior apenas como um País violador dos direitos humanos e dos direitos elementares das pessoas. Por isso, quero deixar esse registro aqui.

Eu queria aproveitar, Presidente, se puder me conceder um pouquinho mais de tempo, para fazer outro registro, aqui, que acho importante. Ontem, nós recebemos da Câmara dos Deputados, infelizmente, a PEC 241, que foi aprovada lá a toque de caixa, sem debates naquela Casa e sem debates com a sociedade brasileira. A PEC 241 é a PEC que limita os gastos públicos, congela os gastos e os reduz para que o Estado faça economia para poder pagar os serviços da dívida, os juros, para que tenha uma redução dívida/PIB, mas ela é perversa com a população brasileira, porque ela vai reduzir recursos para a educação, para a saúde, para a assistência social, para a Previdência. Hoje, no País, há uma demanda maior de recursos para a saúde, a nossa população aumenta. O que vai acontecer se nós reduzirmos os recursos? Como vai ficar essa população? Quem vai pagar a conta do SUS? Os banqueiros?

Nós vamos deixar de colocar R\$100 bilhões na saúde para colocar R\$100 bilhões para pagar juros do banco? Ou nós podemos renegociar, alongar nossa dívida e esperar que volte o crescimento econômico para fazer esse equilíbrio dívida/PIB?

Essas são as perguntas que nós temos que fazer aqui no Senado da República, quando nós votarmos essa PEC. Essa PEC, agora, passa a se chamar PEC nº 55. Ela não é mais nº 241. Quando vêm da Câmara para o Senado, as propostas de emendas à Constituição mudam de número. Então, essa é a PEC nº 55. É a PEC que nós vamos começar a discutir aqui.

Quero dizer a todos que nos ouvem que no dia 1º já vai ser feita a leitura na Comissão de Constituição e Justiça e a previsão de votação na CCJ está para o dia 9 de novembro. Tudo muito rápido também. E está prevista para ser votada, em primeiro turno aqui no plenário do Senado, no dia 13 de dezembro. Aliás, é um dia que nos dá uma lembrança muito ruim, muito triste, porque foi em 13 de dezembro de 1968 que a ditadura militar baixou o AI-5, retirando direitos políticos, direitos civis, e direitos sociais da população brasileira. E é o que nós vamos repetir aqui se esse Senado da República votar esta PEC, que agora é a PEC nº 55. Nós vamos destruir a Constituição brasileira, acabar com as conquistas que nós colocamos lá em relação à educação e à



saúde, principalmente, que hoje têm um percentual da receita, daquilo que o Estado brasileiro arrecada para custear as suas despesas. É uma PEC que acaba com essas conquistas, com as conquistas também da área de previdência e assistência social.

Quero muito pedir aos Senadores e Senadoras que nós possamos ter debate neste Senado, que o debate não seja cerceado, que a parte protocolar, que a parte de tramitação da PEC não seja um impeditivo para a gente fazer um debate aprofundado das consequências que ela trará à vida do povo brasileiro.

Nesse sentido, quero dizer que a sociedade está sendo alertada e está acordando. Várias pessoas têm discutido esta PEC.

Na CAE, Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, a qual eu presido, nós fizemos três audiências públicas e todas as três audiências públicas de altíssima qualidade, com pessoas especializadas em finanças públicas, que entendem o quadro da economia do País e majoritariamente essas pessoas são contra a PEC. São contra a forma de buscar equilíbrio fiscal no orçamento. Não é só pelo lado da despesa; nós precisamos também atacar o lado da receita. Nós precisamos ter tributação progressiva no Brasil. Os mais ricos têm que pagar mais impostos. Se nós acabarmos com as despesas que hoje ajudam os mais pobres, nós vamos tornar a relação no País ainda mais desigual, a diferença de renda mais desigual, porque a tributação vai continuar regressiva. Infelizmente, hoje, no País, quem paga mais imposto é o pobre, porque quando ele compra um pacote de feijão, um pacote de arroz, ele paga o mesmo ICMS, o mesmo IPI que paga um rico.

Agora, no Imposto de Renda um rico paga muito menos. Para vocês terem uma ideia, quem ganha lucros e dividendos em empresa, que é a classe mais alta do País, paga apenas 15% de tributo. O assalariado que ganha mais neste País paga 27,5%. Isso não está justo.

Aliás há uma parcela dos mais ricos que, se eu não me engano, é até R\$300 mil, que é isento também de pagar os 15%. Então nós temos que rever. Nós não podemos tirar dos pobres para manter para os ricos. É isso que está em jogo com a PEC nº 241, agora PEC nº 55 no Senado.

Para terminar o meu pronunciamento aqui, Sr. Presidente, quero ler uma nota da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, que acabei de receber. Aliás, essa nota da CNBB foi retirada agora. Por isso peço, Presidente, pelo menos mais cinco minutos, para que eu possa ler a nota da CNBB aqui desta tribuna.

“Não fazer os pobres participar dos próprios bens é roubá-los e tirar-lhes a vida.” São João Crisóstomo, século IV

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunido em Brasília, Distrito Federal, do dia 25 a 27 de outubro de 2016, manifesta sua posição a respeito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241, agora PEC nº 55, em tramitação no Senado, de autoria do Poder Executivo, que após ter sido aprovada na Câmara Federal, segue para tramitação no Senado Federal. Apresentada como fórmula para alcançar o equilíbrio dos gastos públicos, a PEC nº 241 limita, a partir de 2017, as despesas primárias do Estado – educação, saúde, infraestrutura, segurança, funcionalismo e outros –, criando um teto para essas mesmas despesas, a ser aplicado nos próximos vinte anos. Significa na prática que nenhum aumento real de investimento nas áreas primárias poderá ser feito durante duas décadas.

No entanto, ela não menciona nenhum teto para as despesas financeiras, como por exemplo, o pagamento dos juros da dívida pública. Por que esse tratamento diferenciado?

A PEC nº 241 é injusta e seletiva. Ela elege, para pagar a conta do descontrole dos gastos, os trabalhadores e os pobres, ou seja, aqueles que mais precisam do Estado para que seus direitos constitucionais sejam garantidos. Além disso, beneficia os detentores do capital financeiro, quando não coloca teto para o pagamento de juros, não taxa grandes fortunas e não propõe auditar a dívida pública.

A PEC nº 55, antiga 241, supervaloriza o mercado em detrimento do Estado. O dinheiro deve servir, e não governar. O dinheiro deve servir, e não governar. Diante do risco de uma idolatria do mercado, a doutrina social da igreja ressalta o limite e a incapacidade do mesmo em satisfazer as necessidades humanas, que por sua natureza, não são e não podem ser simples mercadorias.

A PEC nº 241, atual 55, afronta a Constituição cidadã de 1988 ao tratar dos arts. 198 e 212, que garantem um limite mínimo de investimento nas áreas de saúde e educação. Ela desconsidera a ordem constitucional. A partir de 2018, o montante assegurado para essas áreas terá um novo critério de correção, que será a inflação, e não mais a receita corrente líquida, como prescreve a Constituição Federal.

É possível reverter o caminho de aprovação dessa PEC, que precisa ser debatida de forma ampla e democrática.



A mobilização popular e a sociedade civil organizada são fundamentais para a superação da crise econômica e política. Pesa, neste momento, sobre o Senado Federal a responsabilidade de dialogar amplamente com a sociedade a respeito das consequências da PEC nº 241.

A CNBB continuará acompanhando esse processo, colocando-se à disposição para a busca de uma solução que garanta o direito de todos e não onere os mais pobres.

Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, continue intercedendo pelo povo brasileiro. Deus nos abençoe!

Dom Sergio da Rocha

Arcebispo de Brasília

Presidente da CNBB

Dom Murilo S. R. Krieger, SCJ

Arcebispo de São Salvador da Bahia

Vice-Presidente da CNBB

Dom Leonardo Ulrich Steiner, OFM

Bispo Auxiliar de Brasília

Secretário-Geral da CNBB

Como os senhores estão vendo, não somos só nós que estamos falando que essa PEC é contra os pobres. Muito bem e muito bem-vinda a CNBB nessa luta que travaremos aqui no Senado da República. Espero que os Senadores e Senadoras, realmente, possam ter consciência do que isso significará para o povo brasileiro se nós aprovarmos essa PEC.

Na segunda-feira, às 10h, realizaremos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e também em parceria com membros da Comissão de Educação do Senado, uma iniciativa da Senadora Fátima Bezerra. A audiência pública é: A PEC nº 241 – agora, 55 – e suas consequências para a educação. Será às 10h na próxima segunda-feira, dia 31.

No dia 1º, na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), embora tenhamos pauta ordinária, um dos itens da pauta será o debate da PEC nº 241. Não há assunto mais importante a ser discutido nesta Casa que não seja essa matéria, até porque, se formos deliberar qualquer matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Paulo Rocha, que preside esta sessão, ou são matérias que aumentam a despesa ou são matérias que dão isenção tributária. Nós não temos justificativa para deliberar qualquer matéria antes de discutir, debater e decidir sobre a agora PEC nº 55.

Agradeço muito, Senador Paulo Rocha, que preside esta sessão, pela tolerância, pelo tempo, pelo espaço que tive aqui no plenário, tratando desses assuntos que considero da mais alta relevância. E agradeço muito a você que nos acompanha pela TV Senado e pela Rádio Senado e que sempre envia seus comentários e também suas críticas por estar nos acompanhando.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós precisamos que o povo brasileiro participe do processo político. A política é fundamental para fazermos transformações. Podemos ter de tudo, menos a criminalização da política. Não se deixe levar por críticas que desconsideram ou desmoralizam a situação política. Temos gente boa e gente má na política, como temos em qualquer situação que envolve a nossa vida. Mas nós precisamos da política exatamente para discutir, para debater as diferenças da sociedade brasileira e ver de que forma o Estado brasileiro pode realmente dar uma resposta a praticar a justiça social.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Muito bem, Senadora Gleisi Hoffmann. Todos os assuntos que trouxe em pauta serão publicados, publicizados nos órgãos da nossa Casa.

Dando continuidade a esta sessão de debates e dando continuidade aos oradores inscritos, passo a palavra ao Senador Medeiros. V. Exª dispõe de dez minutos, renováveis por mais dez.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha. Agradeço pelos mais dez minutos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos os que nos acompanham pela Rádio e TV Senado, o Senador Paulo Rocha agora há pouco falava e quero aqui lembrar e parabenizar a Senadora Serys, que esteve aqui nesta Casa por oito anos, muito bem representando o Estado de Mato Grosso, e que foi candidata agora nas eleições no primeiro turno em Cuiabá. Foi uma grande lutadora pela educação. Lembrei-me dela justamente



porque, no Brasil inteiro agora, nós estamos tendo um debate sobre a educação, sobre a reforma do ensino. Chamei a atenção justamente para a pessoa da ex-Senadora Serys, justamente porque ela sempre foi uma lutadora por um ensino melhor. Lá no Mato Grosso, ela era uma espécie de Cristovam Buarque, lutando pela educação, e uma luta que tem de ser de todos nós, justamente porque o nosso País não tem como não ser protagonista no cenário mundial, até pelo seu tamanho, pela sua riqueza.

Eu moro num Estado que reflete muito bem a necessidade de investirmos em produção de conhecimento. Mato Grosso, como todos sabem, tem o maior rebanho de gado deste País, é o maior exportador de carne, é o maior exportador de soja, é o maior exportador de milho, é o maior produtor de milho de pipoca, é o maior exportador de diamante. É um Estado que tem um imenso potencial, mas tudo na produção de *commodities*. E isso tem um ciclo, isso passa, Senador Paulo Rocha.

E nossa preocupação, depois disso, é sobre o futuro do Estado de Mato Grosso e mesmo do Brasil. Qual será o futuro do nosso País? Nós continuamos como se estivéssemos lá no início da nossa história. Continuamos produzindo alguma coisa para exportar. Já exportamos pau-brasil, já exportamos café, já exportamos açúcar; hoje exportamos soja e outros produtos. Está na hora de começarmos a produzir também conhecimento.

Nós fazemos parte dos BRICS – Brasil, China, Índia, Rússia, África do Sul. Mas o interessante é que, em termos de educação, em termos de produção de conhecimento, nós estamos muito atrás desses países. Ano após ano, nossa educação não alcança os índices. Nós não temos produzido nada de efetivo. Nós não temos um Prêmio Nobel. Só a Universidade de Stanford tem em torno de 17. Então, nós precisamos realmente fazer alguma coisa.

É lógico que temos os debates, as nossas brigas – vamos dizer – de cunho ideológico e tudo. Mas ninguém, ninguém nega que precisamos de um outro modelo.

Agora, temos aqui o grande desafio. Veja bem, eu sempre faço essa comparação. Os Estados Unidos tem uma cidade chamada Detroit, que todos conheciam. Até quem jogava joguinhos na década de 80 lembra-se dos joguinhos de corrida que remetiam à cidade do automóvel.

Detroit era o ápice. Depois, surgiu o Vale do Silício, na Califórnia, que produzia conhecimento. Esse telefone aqui, por exemplo, tem duzentas patentes, nele é condensado esse conhecimento, e é exportado para o mundo inteiro. Produzem conhecimento. O pessoal fala: “Ah! A China é que fabrica”. Sim, mas boa parte do conhecimento sai do Vale do Silício. Vale lembrar que, hoje, Detroit está quase uma cidade fantasma. O ciclo do automóvel passou, e a cidade não produziu outra saída.

Essa é a minha preocupação com o Estado de Mato Grosso, porque, depois da soja, o que virá? Essa foi uma provocação feita pelo Senador Cristovam numa palestra no Estado. Será que seremos uma Olinda ou Ilhéus, que foram grandes polos econômicos do País e depois não deram continuidade ao ciclo? Essa é a grande preocupação.

Os nossos alunos de hoje terão chance de competir no mercado internacional? Seremos competitivos? São perguntas que nos inquietam. Se fizerem uma pesquisa, perguntando aos alunos, por volta de 6h30, quando eles estão se deslocando para a sala de aula: você está indo com alegria, com vontade de aprender? Creio que o número será bem baixo.

Outra coisa: os nossos alunos estão estudando para aprender ou estão estudando para a prova? Sei que temos de ter um meio de aferir o conhecimento, mas me preocupa quando meu filho, num domingo à noite, diz: “Nossa! Esqueci que tinha de estudar para a prova”. Ele está perdendo tempo indo à sala de aula. Se você está estudando para a prova, está perdendo tempo. Sabe por quê? Há gente que pensa que vai à escola para aprender. Não, não estamos indo à escola para aprender. Na escola, você pega o conteúdo e, em casa, você aprende, fazendo aquela velha e sagrada tarefa de casa. Mas há pais, hoje, que até ficam bravos quando o professor passa muita tarefa ou, então, dizem: “Olha, a escola não deveria marcar um monte de prova na mesma semana”. Por que não? “Porque eles têm de estudar para a prova”. Se, na época do vestibular, do Enem ou qualquer concurso, você for estudar na noite anterior, você está morto, você está fora. A vida aqui fora é dura. E boa parte dos nossos alunos, Senador Paulo Rocha, está perdendo o tempo na sala de aula, porque a escola ficou chata. Temos alunos do século XXI, professores do século XX, e um sistema de ensino que nem sei de que século é, mas é bem atrás.

Como as escolas geralmente proíbem o uso do *smartphone* hoje, boa parte dos alunos o esconde entre as pernas. Eu tenho um amigo, professor, que diz: “Eu sei quando os alunos estão no *smartphone*.” Um de seus alunos perguntou: “Como o senhor sabe? E ele: “Ninguém fica olhando para a genitália e rindo”. Ele fica ali com o *smartphone* escondido, e por quê? Porque a escola deixou de ser interessante. O que temos de fazer? Não dá para continuar assim, porque estamos gastando uma fortuna com educação. Mas essa relação quantidade de dinheiro *versus* qualidade de ensino não tem se refletido na realidade.

Por mais que digam: olha, nós precisamos de dinheiro para a educação! Precisamos. Nós precisamos



investir em educação. Nós precisamos muito de conhecimento, mas o que estamos fazendo com esse dinheiro? Os alunos estão indo lá para aprender? Essa é a grande pergunta.

Hoje, nós pais, professores e todo mundo na sociedade estamos indo pelo caminho errado. Boa parte dos pais não exige mais que as crianças façam o dever de casa. E não sou eu que estou dizendo. Os neurologistas dizem que nós temos uma memória de longo prazo e uma memória de curto prazo. E aí o que acontece? O aluno vai, pela manhã, para a escola, assiste à aula e vai para casa dormir, assistir a desenho, ou ir para o Youtube; no outro dia, ele já pega outra matéria e, 15 dias depois, vai estudar aquela matéria para a prova. Ele já esqueceu tudo, já esqueceu tudo.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Aí ele estuda para a prova. A matéria entrou na memória de curto prazo. Ele fez a prova, acabou. Eu desafio um professor a dar uma prova hoje e, na próxima semana, ou três dias depois, dar a mesma prova. É muito provável que boa parte da sala não vai ter a mesma nota. Sabe por quê? Porque ele estudou para aquela prova.

E aí eu pergunto ao engenheiro, ao médico, seja lá quem for, ao aluno que está estudando: quanto do conhecimento que ele teve durante todo o ano ele reteve? Reteve 10%, 15%? O ideal seria 100%. Não tenho números para dizer isso, mas arrisco dizer que não ficam retidos 20%. Boa parte é esquecida logo depois, porque, a cada dia, o cérebro faz uma limpeza. Nosso cérebro tende a reter só o que ele considera importante. Como nós não fixamos aquele conhecimento logo em seguida, a tendência é o cérebro varrer para a lata de lixo. Essa eu creio que seja uma das causas de estarmos entre os retardatários em termos de índices educacionais pelo mundo inteiro.

Isso é uma tragédia muito mais grave do que qualquer coisa. As pessoas falam: olha, a corrupção grave! É grave. A corrupção traz problemas para o País. Agora, um país sem educação, um país sem conhecimento é uma tragédia sem tamanho. Sabe por quê? Porque você tem uma desigualdade, você passa a competir no mundo e é como se os outros que têm uma boa educação, que tenham produzido conhecimento estivessem numa Ferrari, e você estivesse num Fusquinha, que gasta muito, mas rende pouco. Essa é a grande dificuldade que nós temos hoje.

Então, não temos produzido muita coisa relevante em termos de tecnologia. Também não temos produzido nada que tenha impacto no cenário mundial em termos de conhecimento. E olha que nós sempre tivemos vocação, o nosso povo é criativo. Eu tive a grata satisfação de receber a Medalha do Mérito Aeronáutico e vi uma apresentação da Aeronáutica remetendo à descoberta do avião, à invenção de Santos Dumont. Vi os modelos: o *Demoiselle*, o 14 Bis, e fiquei imaginando que nós temos vocação, porque o nosso povo tem criatividade. Agora mesmo, o Brasil, através da Aeronáutica, terminou o avião KC-390. Então, se nós focarmos, se tivermos um projeto de reforma de ensino, nós vamos para a frente. Mas precisamos fazer isso com um debate claro, um debate honesto.

Há muita gente dizendo: olha, vão acabar com o ensino, o que, na verdade, é uma falácia. Eu vejo muitos alunos estão invadindo escolas, mas eu tenho certeza de que eles não leram essa reforma do ensino. Sabe por quê? Porque essa reforma vem sendo discutida há 20 anos por técnicos de todas as matizes políticas e principalmente especialistas na área. A proposta, essa medida provisória diz justamente o quê? Que o aluno é quem vai escolher. Sabe para quê? Justamente para o aluno ter a chance de fazer matérias de que ele gosta: “Ah, eu quero trabalhar com sociologia, mas não quero filosofia. Eu quero trabalhar com exatas, mas não quero biologia. Eu quero trabalhar com o mesmo currículo que havia antes”. Então, você vai fazer o mesmo currículo. É o direito de escolha.

Neste momento, aqui no Senado, nós passamos por um processo histórico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Deixe-me interrompê-lo, Senador?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O senhor estava falando em educação, e é importante registrar a presença dos alunos do Projeto Social Qualifica Vida, do Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento, aqui de Brasília. Sejam bem-vindos. Vocês estão assistindo a uma sessão de pronunciamentos, que nós chamamos de não deliberativas. Portanto, é a oportunidade de os Parlamentares fazerem seus debates aqui dos assuntos que se tornam mais prioritários. Bem-vindos!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado.

(*Soa a campanha.*)



O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Então, nós temos aqui justamente a oportunidade de ouro de tratarmos de temas importantes. Estamos tratando do nosso limite de gastos, que também vai ser um debate grande aqui. A PEC acaba de chegar aqui ao Senado. Nós estamos debatendo reforma do ensino, debatendo limite de gastos e vamos ter um final de ano histórico aqui no Brasil de discutirmos fatos da vida nacional.

Eu não tenho dúvida de que o debate precisa ser feito acima de tudo – acima de tudo, Senador Paulo Rocha – sem ideologia em cima, mas pensando no País. Nós estamos com muita briga ideológica, muita briga partidária, mas não temos pensado, às vezes, num país que precisa evoluir.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Aqui, Senador Paulo Rocha, quero também fazer o registro de que nesse momento está havendo o debate – a Senadora Gleisi, principalmente, está fazendo um debate ali na CAE – e eu tenho conversado com alguns Senadores. Nós temos de ir ali fazer esse debate. Por quê? Principalmente nós que fazemos parte da Base do Governo, porque nós temos uma minoria muito organizada. Aqui nós fazemos debates duros – eu digo com a zaga anterior da Presidente Dilma, que é uma minoria muito organizada, e nós da Base do Governo precisamos fazer o quê? Esclarecer essas medidas; se não, nós vamos ganhar no voto aqui e perder nas ruas. É importante que o povo brasileiro compreenda isso. Eu não critico o papel. Às vezes, temos debates duríssimos, e as pessoas pensam que eu sou inimigo da Senadora Gleisi. Pelo contrário, ela é uma adversária muito forte, e eu estou aprendendo muito aqui. Quero até fazer um esclarecimento, porque, depois de ver a fita, falei: “Por que a Senadora Gleisi ficou tão brava nesses dias?” Senador Paulo Rocha, o Senador Cristovam tinha dito o seguinte: “Nós temos de acabar com a mentira!” E eu fiz uma provocação aqui e falei: “Então, vai acabar com o PT”. Eu vi que ela ficou brava de lá e fui rever a fita. Eu quero fazer este esclarecimento: jamais quero que o PT acabe, até porque o PT faz parte dessa história. Eu dizia, há pouco, dos embates que o PT sempre levantou. É um partido histórico, e, lógico, têm de haver partidos orgânicos. O PT tem demonstrado que é aguerrido tanto quando está na situação quanto quando está na oposição, principalmente quando está na oposição. Por isso é que eu falo: “Precisamos reorganizar o nosso time, ou essa maioria organizada vai perder para esses quatro aqui”.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Quatro não, dez.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Dez.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço o aparte concedido por V. Exª. Que bom essa sua colocação sobre seu espírito democrático, porque realmente me preocupou muito quando V. Exª falou que tinha de acabar com o PT. Divergências nós vamos ter sempre, até porque a sociedade é plural, mas também jamais acho que tenhamos de acabar com qualquer partido de direito com o qual eu não concorde. Os partidos têm direito a existir, e o debate é fundamental para a democracia e para o avanço da sociedade. Mas eu pedi o aparte, Senador, justamente por conta do debate da PEC 241, que agora é a PEC 55, no Senado. Nós temos de nos acostumar com o novo número, a PEC 55.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – PEC PSD.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É o número do PSD. E a importância que é debater. Eu quero lamentar porque, nas duas últimas audiências públicas que nós fizemos na CAE, o Governo não mandou nenhum representante. Nós ficamos apenas com os expositores contrários e críticos à PEC. E isso é muito ruim para o debate, porque, como disse V. Exª, nós precisamos ter um debate e o Governo tem que esclarecer por que está optando por cortar só despesa, não mexer na progressividade tributária, não cortar juros e despesas financeiras. E não havia ninguém. Uma outra situação que foi ruim é que nós tivemos até um questionamento por parte de um Senador da Base do Governo de que não poderíamos realizar aquela audiência pública, porque era uma audiência pública que tinha sido convocada para tratar da progressividade tributária e nós colocamos a progressividade tributária como uma alternativa à PEC. E os dois expositores que foram lá fizeram exposições brilhantes sobre a progressividade tributária, mostrando quão injusto é o nosso sistema tributário hoje, em que o pobre paga mais imposto do que o rico. Só para V. Exª ter uma ideia, quando a gente pega o Imposto de Renda, quem ganha até R\$24 mil por ano tem isenção do Imposto de Renda de apenas 7,6%. Quem ganha mais de R\$1 milhão por ano, média de R\$4 milhões, tem isenção de 87%. É uma injustiça! Então, nós estamos cortando as despesas que são medidas progressivas para enfrentar a pobreza, a fome, para enfrentar a diferença de renda que nós temos no Brasil, e não estamos mexendo com



os ricos. É o andar debaixo, são os pobres que vão pagar a conta. Isso é tão claro que até a nota da CNBB, que eu li dessa tribuna hoje, deixa isso explícito. Mas eu quero contar com V. Ex^a. Sei da posição de V. Ex^a, sei que V. Ex^a é a favor da PEC, mas que a gente possa fazer um debate na CAE sobre essa PEC. Nós não vamos ter agora, dia 1º, que é terça-feira, audiência pública, porque infelizmente o requerimento que eu apresentei na reunião passada, retrasada – eu não estava, tinha ido a uma missão fora –, não foi aprovado. O Senador Raimundo Lira não quis colocar para votação, então nós não temos audiência pública. O que eu estou sugerindo? Nós temos uma pauta deliberativa. Toda pauta deliberativa da CAE ou cria despesa, ou cria uma renúncia tributária. Não existe outro jeito, ela fala sobre despesas e receitas, tem impacto no Orçamento da União. Não há como deliberarmos sobre esses temas, se isso é objeto de uma mudança profunda no Orçamento da República. Então, a minha proposta: eu quero fazer um comunicado à CAE, no início da reunião – por isso, eu estou falando com V. Ex^a e queria pedir esse apoio –, sobre a PEC 55, que veio para o Senado, para que possamos, entre os Senadores, debatê-la. Nós não vamos ter ninguém de fora, mas que os Senadores possam procurar colocar suas dúvidas, suas impressões, que nós possamos esclarecer. Podemos até ter técnico da Casa, que possa falar e possa esclarecer, mas que usemos esse espaço da CAE, para fazer esse debate, porque eu não tenho dúvida, Senador José Medeiros, de que essa é a matéria mais importante que nós temos para debater no Senado da República. Não há outra. Ela mexe com a vida do povo brasileiro, ela mexe com a Constituição Federal, ela mexe com a estrutura das finanças públicas. Qualquer outro tema que nós vamos debater na Comissão de Assuntos Econômicos é muito, muito, muito pequeno perante esse tema. E é um tema que já, na próxima semana, vai ser debatido numa audiência pública conjunta da CAE e da CCJ. Eu já conversei com o nosso presidente da CCJ a esse respeito e vai ser votada já no dia 9 na CCJ. Então, eu queria contar com V. Ex^a. Sei que V. Ex^a tem posição favorável à PEC, mas quero contar com V. Ex^a, pelo espírito democrático que V. Ex^a tem, para que possamos travar esse debate, essa discussão, nos mais amplos lugares de debate que nós temos como fazer aqui nesta Casa, que é o Senado da República.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agradeço o aparte, Senadora Gleisi, e acho muito interessante a discussão da PEC até para esclarecermos, porque eu vejo muita gente assim: “Eu não conheço e não gosto”. E é importante a pessoa saber do que trata a PEC, até para tomar uma posição.

Eu não tenho dúvida de que talvez o grande culpado de estarmos neste momento, nesta discussão, seja Cabral. Eu acho que ele devia ter trazido já nas caravelas a PEC 55, Senador Paulo Rocha, e explico o porquê. Nós, ao longo do tempo, nos acostumamos com que podíamos tudo. Eu vou dar um exemplo da capital do meu Estado, Cuiabá. Nós temos, Senador Paulo Rocha, o esqueleto de um VLT. Optaram por fazer um VLT, o sistema é o *Velocity Transport Rapid* – enfim, existe um termo –, e o que acontece? Mais dois minutos e já termino, Senador Paulo Rocha. O que acontece? Esse VLT está lá arrebatando a cidade, está lá uma cicatriz no meio de Cuiabá. Não sei quando vai ficar pronto. Custa mais de um bilhão. Construiu-se um estádio. E nós fizemos isso agora, durante a Copa. Eu não estou falando que a Copa foi uma coisa ruim – aliás, tirando o 7 a 1, a Copa foi uma coisa boa –, mas a grande pergunta é: nós tínhamos dinheiro? Daqui para a frente, com a PEC de limite de gastos, nós vamos ter que começar a escolher as nossas prioridades.

Quanto à PEC, as pessoas falam: “Vão cortar aqui, vão cortar ali”. A PEC não corta nada. A Proposta de Emenda à Constituição nº 55 diz apenas que vai haver um teto de gastos, que não vamos gastar além daquilo e que vamos ter que condensar, começar a escolher as prioridades.

Até agora, tudo para nós era prioridade, mas nós tínhamos uma vida irreal, uma vida virtual, uma vida financeira virtual no País. Tudo era prioridade, e acabava que nada era prioridade.

Nós gastamos muito com a nossa saúde, mas será que não temos que gastar melhor?

Neste momento, está entubado, na minha cidade, um tio meu. Senador Paulo Rocha, ele, um homem saudável, da idade de V. Ex^a, muito novo ainda, foi ao pronto-socorro, há dois meses, sentindo uma dor. Deram um comprimido para ele e o mandaram para casa. Ele voltou, na mesma semana, ainda com dor. O médico olhou para ele, deu mais um comprimido e o mandou para casa. Pela terceira vez, ele foi ao hospital, e receitaram mais um comprimido. Por fim, quando ele voltou, já estava passando muito mal – uma pedra na vesícula havia descido para o pâncreas. Ontem, tivemos a notícia de que o pâncreas dele derreteu e que ele está com sérias dificuldades de saúde.

Nós pagamos um dinheiro terrível, caríssimo por esse sistema básico, mas eu pergunto: funciona? Se alguém quebrar a coluna... Vou dar outro exemplo. No final de semana, recebi um telefonema – o Senador Paulo Rocha, com certeza, recebe desses telefonemas muitas vezes – com uma pessoa pedindo UTI. Não há UTI no País em lugar nenhum, há falta de UTI. A pessoa falou: “Olhe, é preciso fazer uma cirurgia urgente, porque fulano quebrou as vértebras C1 e C4 e está sem os movimentos. Mas o médico disse que há como recuperar, se fizer uma cirurgia urgente.” Eu falei: “No final de semana, não há como. Essas coisas são feitas por



fila no SUS, mas vamos ver, na segunda-feira, o que podemos fazer.” Na segunda-feira, liguei para pegar os dados e ver o que podia fazer, e a pessoa me disse: “Não, ele faleceu.”

Estou contando esses dois casos aqui para ver como funciona o nosso sistema, porque todos os gastos que nós estamos tendo não estão sendo eficazes.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Os serviços não estão chegando.

Já concluo, Senador Paulo Rocha.

Então, o povo não está satisfeito com a educação, não está satisfeito com a saúde e quer que alguma coisa aconteça.

Essa PEC tem uma importância; ela pode não ser perfeita, mas ela tem uma importância. Ela vai nos forçar a fazer o debate da reforma tributária, que a Senadora Gleisi citou aqui; ela vai fazer com que nós mexamos nesse Pacto da Federação; ela vai fazer com que nós condensemos.

O que é importante? Bom, nós precisamos ter segurança nacional – aqui está nos visitando um dos comandantes da Aeronáutica, o representante parlamentar. Nós temos as Forças e precisamos ter a proteção do País, precisamos ter segurança, precisamos ter saúde e educação. Então, nós vamos investir nessas áreas. Precisamos de uma fronteira bem protegida para termos segurança dentro do País. Portanto, vamos investir nessas áreas.

Podemos construir estádios bonitos?

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não, não podemos, porque nós não temos dinheiro. Aí nós vamos começar a ter um modelo de País. Vamos fazer o debate, sim.

Então, fica aqui a minha fala, Senador Paulo Rocha, neste dia. Agradeço muito a V. Ex^a por ter concedido o tempo. Faço essa fala justamente preocupado, porque nós temos muitos desafios pela frente. Vamos fazer o debate político e vamos fazer com que este País possa andar nos trilhos que ele merece.

Terminando, aproveito para registrar a realização, no meu Estado, da Festa do Boi, na cidade de Mirassol. Mando um abraço ao Prefeito Elias Leal e agradeço a todos que acompanharam nossa fala.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Medeiros.

Por ausência dos inscritos para dar continuidade à sessão e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 32 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 160ª SESSÃO**EXPEDIENTE****Aviso do Tribunal de Contas da União**

Nº 921/2015, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.362/2016, proferido nos autos do TC 007.310/2016-1, em resposta ao Requerimento nº 127, de 2016, do Senador Ronaldo Caiado.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Mensagens do Presidente da República**SENADO FEDERAL****MENSAGEM Nº 101, DE 2016**

(nº 586/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Afeganistão.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO INICIAL: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 586

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, e na República Islâmica do Afeganistão.

Os méritos do Senhor Claudio Raja Gabaglia Lins que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de outubro de 2016.



EM nº 00371/2016 MRE

Brasília, 21 de Outubro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Afeganistão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra



Aviso nº 673 - C. Civil.

Em 25 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, e na República Islâmica do Afeganistão.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS**

CPF.: 709.001.597-15

ID.: 42412296 IFP - RJ

1960 Filho de Claudio Marinho Lins e Lucilia Raja Gabaglia Lins, nasce em 18 de maio, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1983 Direito pela Faculdade de Direito Cândido Mendes/RJ
 1985 CPCD - IRBR
 1991 Mestrado em Literatura, Universidade de Brasília/DF
 1994 Diplome D'Études Approfondies, Literatura, Université de Paris IV - Sorbonne, Paris/FR
 1994 CAD - IRBR
 2007 CAE - IRBR, Experiências de Coordenação. O Sistema Italiano de Apoio às Exportações: Comparação com o Brasil

Cargos:

1986 Terceiro-Secretário
 1991 Segundo-Secretário
 1999 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2004 Conselheiro, por merecimento
 2008 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1986-89 Divisão de América Meridional II, Assistente
 1989-90 Departamento Cultural, Assessor
 1990-92 Divisão de Cooperação Intelectual, Assistente
 1992-95 Delegação junto à UNESCO, Paris, Segundo-Secretário
 1995-98 Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário
 1998-2001 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Assessor
 2002-05 Embaixada em Roma, Primeiro Secretário e Conselheiro
 2005-08 Embaixada em Túnis, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado
 2008-10 Divisão da Europa I, Chefe
 2010-15 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos - II, Chefe do Gabinete
 2012 Embaixada em Tegucigalpa, Encarregado de Negócios em missão transitória até 15/12/2012
 2013-14 Embaixada em Roseau, Encarregado de Negócios em Missão Transitória até 20 de janeiro de 2014
 2015 Embaixada em Islamabad

Condecorações:

1986 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, primeiro lugar no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata
 1999 Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
 2000 Légion d'Honneur, França, Oficial
 2009 Ordine della Stella della Solidarietà Italiana, Itália, Cavaleiro.
 2009 Légion d'Honneur, França, Oficial.
 2010 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA II
Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania (DACMO)
Divisão da Ásia Central (DASC)

AFEGANISTÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Maio de 2016



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Islâmica do Afeganistão
CAPITAL	Cabul
ÁREA	647.500 km²
POPULAÇÃO (2016)	33,381 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	pastó e persa dari
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana (99% - cerca de 80 a 85% sunita, 15 a 20% xiita) e minorias cristã, hindu, budistas.
SISTEMA DE GOVERNO	Republica Islâmica
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ashraf Ghani (eleito em 2014)
CHEFE DO EXECUTIVO	Abdullah Abdullah
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL	Abdul Salam Azimi
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Salahuddin Rabbani
PIB nominal (2014)	US\$ 20.44 bilhões (est.2015 - US\$19.20)
PIB PPP (2014)	US\$ 60.81 (est. 2015 - US\$ 60.32)
PIB nominal per capita (2014)	US\$ 654,00 (est. 2015 - US\$ 600,00)
PIB PPP per capita (2014)	US\$ 1944,00 (est. 2015 - US\$ 1947,00)
VARIAÇÃO DO PIB (2014)	1,28% (est. 2015 – 1,47%)
IDH (2014)	0,4
EXPECTATIVA DE VIDA (2014)	52 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2014)	28.1%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015)	40 %
UNIDADE MONETÁRIA	Afegane (AFN)
EMBAIXADOR DO AFGANISTÃO NO BRASIL	Hamdullah Mohib (embaixador cumulativo, residente em Washington)
EMBAIXADOR DO BRASIL NO AFGANISTÃO	Claudio Raja Gabaglia Lins (embaixador cumulativo, residente em Islamabad)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Não há registros

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões Fob) - Fonte: MDIC

Brasil→ Afeganistão	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (Jan-Abr)
Intercâmbio	2,99	3,88	7,9	8,8	8,3	11,6	8,4	12,711	12.631	7.014	2.018
Exportações	2,7	3,3	7,7	8,7	8,3	10,9	8,3	12,468	11.721	6.733	1.962
Importações	0,29	0,58	0,2	0,1	0,036	0,7	0,122	243,3	909.7	280.8	56.0
Saldo	2,39	2,7	7,5	8,6	8,3	10,1	8,24	12,225	10.8	6.452	1.906



APRESENTAÇÃO

A República Islâmica do Afeganistão é um país mediterrâneo, localizado entre a Ásia Meridional e a Ásia Central. O país faz fronteiras com o Paquistão ao sul e a leste, com o Irã a oeste, com Turcomenistão, Uzbequistão e Tajiquistão ao norte e com a China a nordeste. Sua população é de aproximadamente 32 milhões de pessoas.

PERFIS BIOGRÁFICOS

presidente Mohammad Ashraf Ghani



Mohammad Ashraf Ghani nasceu em 1949 (67 anos) na Província de Logar e cresceu no Afeganistão, mas foi educado no exterior. Invasões estrangeiras e a guerra civil levaram sua família a ser perseguida, forçando-o a viver no exílio. Apesar dessas circunstâncias, Ghani tornou-se proeminente intelectual em Ciência Política e Antropologia.

Em 1991, começou a trabalhar para o Banco Mundial como antropólogo, lá permanecendo por 11 anos. Após a queda do regime Talibã, em 2001, Ghani retornou ao Afeganistão, com o objetivo de trabalhar na reconstrução do país. Foi assessor do presidente Hamid Karzai e serviu como ministro das Finanças até dezembro de 2004.

Durante o tempo em que esteve à frente desse Ministério, Ghani formulou pacotes de reforma administrativa para a modernização e a transparência dos serviços públicos e financeiros no país e deu início a diversos programas de investimento público que tiveram impacto positivo sobre a população afegã.

Ghani, entretanto, decidiu não participar do governo que tomou posse em 2004. Permaneceu, ainda assim, como uma personalidade influente nos círculos políticos afegãos e também no exterior.

Em 2010, desempenhou a função de presidente do “Transition Coordination Commission” (TCC), que foi responsável pela transferência da autoridade das tropas estrangeiras para as forças nacionais. Deixou a TCC para concorrer à Presidência em outubro de 2013, eleições nas quais foi declarado vencedor em 22 de setembro de 2014.



Abdullah Abdullah - Chefe do Executivo

Abdullah Abdullah, nascido em 1960 (56 anos) em Cabul é o Chefe do Executivo da República Islâmica do Afeganistão. Ocupou numerosas posições proeminentes durante sua extensa carreira política.

Dentre as funções desempenhadas por Abdullah, destacam-se a de vice-ministro das Relações Exteriores em 1996 e de ministro das Relações Exteriores em 1998. Foi novamente ministro das Relações Exteriores em 2001. Serviu como ministro das Relações Exteriores até 2006, quando passou a desempenhar a função de Secretário-Geral da Massoud Foundation.

Abdullah concorreu à Presidência em 2009, tendo sido o segundo colocado no primeiro turno. Posteriormente, fundou o “National Coalition of Afghanistan” (NCA), que se constituiu na única força de oposição democrática ao presidente eleito Hamid Karzai.

Em 2014, candidatou-se novamente à Presidência, tendo vencido no primeiro turno. Devido a dificuldades enfrentadas no segundo turno, houve acordo entre os dois candidatos remanescentes. Por meio desse acordo, formou-se o Governo de Unidade Nacional, com Ashraf Ghani como presidente e Abdullah como Chefe do Executivo.



Salahuddin Rabbani
Ministro das Relações Exteriores



Salahuddin Rabbani nasceu em 1971 (45 anos) Cabul. Formou-se em Administração e Marketing na Arábia Saudita em 1995. Trabalhou por curto período no Departamento Financeiro da companhia petrolífera saudita Aramco, antes de mudar-se para os Emirados Árabes Unidos, em 1996. Rabbani tem Mestrado em Administração e Negócios pela Kingston University, no Reino Unido.

Em 2000, Rabbani ingressou no Ministério das Relações Exteriores, ocupando o cargo de Conselheiro Político na Missão Permanente do Afeganistão junto às Nações Unidas, em Nova York. Durante esse período, representou o Afeganistão no Primeiro Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas para o Desarmamento e a Segurança Internacional e também cobriu numerosos assuntos relacionados à paz e à segurança internacional junto ao Conselho de Segurança.

Em 2006, deixou o Ministério das Relações Exteriores para cursar uma segunda pós-graduação, em Assuntos Internacionais, na Columbia University School of International and Public Affairs. Completado o curso, em 2008, voltou ao Afeganistão, para trabalhar como Conselheiro Político de seu pai, o ex-presidente Burhanuddin Rabbani, figura política de proa e líder do partido Jamiat-e-Islami.

Em 2010, Rabbani foi designado embaixador do Afeganistão para a Turquia. Após o trágico assassinato de seu pai, em 2011, Rabbani foi eleito líder do Jamiat-e-Islami e, em março de 2012, foi designado presidente do “Afghan High Peace Council”.

Rabbani foi designado pelo presidente Ashraf Ghani como ministro das Relações Exteriores em janeiro de 2015 e tomou posse em fevereiro.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil restabeleceu suas relações diplomáticas com o Afeganistão em 2004 e os dois países decidiram abrir embaixadas residentes, reciprocamente, em 2010. O Afeganistão inaugurou sua embaixada em Brasília em 2012, mas a abertura da embaixada brasileira em Cabul não foi possível, em razão de restrições orçamentárias e também em virtude das condições de segurança locais. Por decisão do Governo afegão, sua embaixada em Brasília foi afinal fechada, no final de 2015, e, pelo Decreto 8646/16, a embaixada do Brasil em Cabul voltou a ser cumulativa com a embaixada em Islamabad.

O Brasil acompanha atentamente a situação no Afeganistão e apoia os esforços no âmbito das Nações Unidas para a reconciliação e a reconstrução do país. O Governo brasileiro está convencido de que a estabilidade naquele país deve ser alcançada através de uma combinação de diálogo político e desenvolvimento econômico. É fundamental, nesse contexto, que haja uma coordenação de esforços nos níveis multilateral e regional.

Em reiteradas Notas à Imprensa, o Itamaraty tem manifestado sua solidariedade ao povo afegão frente aos atos terroristas do Talibã, que tem provocado dezenas de vítimas inocentes, inclusive mulheres e crianças.

A cooperação técnica é uma das áreas mais importantes do relacionamento bilateral, especialmente no campo da agricultura. Pode-se mencionar o projeto "Fortalecimento da Extensão Rural no Afeganistão" oferecido pela Universidade Federal de Lavras, com apoio da Agência Brasileira de Cooperação. O curso, previsto para realizar-se entre os dias 30 de maio e 10 de junho de 2016, está sendo oferecido a seis técnicos indicados pelo Ministério da Agricultura do Afeganistão.

O comércio bilateral permanece em níveis muito modestos. O seu incremento depende de uma evolução positiva da situação política e de segurança no Afeganistão.

Em 2015, o valor total do comércio bilateral Brasil-Afeganistão foi de pouco mais de US\$ 7 milhões, sendo a quase totalidade referentes às exportações brasileiras. As importações brasileiras do Afeganistão incluem, principalmente, frutas. As exportações brasileiras ao Afeganistão incluem carne de frango e de gado, bem como papel. Até abril de 2016, o volume de comércio entre Brasil e Afeganistão foi de aproximadamente US\$ 2 milhões, repetindo-se a situação de grande vantagem para as exportações brasileiras.

POLÍTICA INTERNA

No final do século XIX, o Afeganistão tornou-se um estado-tampão no jogo de forças entre a Índia colonial britânica e o Império Russo. Após a terceira guerra anglo-afegã, em 1919, o Rei Amanullah tentou, sem sucesso, modernizar o país, que permaneceu muitos anos sem maiores perspectivas de desenvolvimento. Uma série de golpes nos anos 1970, seguidos de guerras civis, devastaram o Afeganistão.

A União Soviética ocupou o Afeganistão de 1979 a 1988, impondo uma sangrenta ditadura. A retirada soviética ensejou nova guerra civil no país. Em 1996, o Talibã assumiu o poder e instalou um regime fundamentalista islâmico, derrubado, em 2001, após a intervenção norte-americana. Assumiu o poder, provisoriamente, Hamid Karzai.



As eleições presidenciais afegãs de 2004 foram relativamente pacíficas e Hamid Karzai ganhou em primeiro turno com 55,4% dos votos. Entretanto, as eleições presidenciais de 2009 caracterizaram-se pela falta de segurança, baixo comparecimento de eleitores e fraudes em larga escala. As eleições tiveram lugar em agosto de 2009, mas o resultado ficou pendente por um longo período, para recontagem dos votos e apuração de fraudes.

Dois meses depois, sob pressão internacional, foi anunciado um segundo turno de votação entre Hamid Karzai e Abdullah Abdullah. Este último anunciou, dias depois, que não participaria do segundo turno porque suas demandas de mudanças na Comissão Eleitoral não haviam sido atendidas. No dia seguinte, a Comissão cancelou o segundo turno e declarou Hamid Karzai presidente, com um mandato de cinco anos.

Após tomar posse, o presidente Karzai promoveu demissões de vários “warlords”. Esse movimento parecia indicar que o Governo Karzai seria agressivamente reformista. Essa expectativa, contudo, não se confirmou e o governo foi mais cauteloso que o esperado. Ainda que excessivamente dependente de ajuda externa, durante o governo Karzai a economia afegã começou a apresentar sinais de recuperação e de crescimento.

Nas eleições parlamentares de 2005, entre os eleitos figuravam “mujahideens”, fundamentalistas islâmicos, “warlords”, comunistas, reformistas e diversos atores associados com o movimento Talibã. Como fator positivo, deve-se assinalar que, no mesmo período, o Afeganistão atingiu a marca de 30º nação em termos de representação feminina no Parlamento.

As últimas eleições parlamentares ocorreram em setembro de 2010, mas, devido a disputas e fraudes, a cerimônia de posse somente ocorreu em janeiro de 2011.

As eleições presidenciais de 2014 foram vencidas por Ashraf Ghani, com 56,44% dos votos. Os resultados das urnas foram contestados por seu concorrente Abdullah Abdullah. Em 19 de setembro daquele ano, Ashraf Ghani e Abdullah Abdullah firmaram um compromisso segundo o qual Ghani foi reconhecido na Presidência, mas Abdullah conseguiu manter considerável esfera de influência, no cargo de Chefe do Executivo. Como resultado, o governo Ghani já se iniciou sob a égide da divisão. A fragilidade política do presidente tem-se acentuado ainda mais, devido a uma convergência de fatores: os efeitos da guerra civil, com as sucessivas vitórias militares alcançadas pelo Talibã; a incapacidade de solucionar a crise econômica; o desgaste ocasionado pelo fracasso de decisões de política externa, como a de buscar aproximação com Islamabad.

Devem ser creditados a Ghani esforços de combate à corrupção e ao narcotráfico. A corrupção é apontada como um dos maiores problemas afegãos. Um estudo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), de janeiro de 2010, revelou que propinas respondiam por um montante equivalente a 23% do PIB nacional. Ainda que o ex-presidente Karzai tenha prometido combater o problema em 2009, afirmando que “corruptos não terão lugar no governo”, funcionários de alto escalão foram acusados de desviar centenas de milhares de dólares por meio do Kabul Bank. De acordo com o índice de percepção de corrupção da “Transparency International”, em 2014 o Afeganistão era tido como o quarto país mais corrupto do mundo. O narcotráfico, importante vetor da corrupção no país, constitui verdadeira indústria paralela. Parte do próprio estamento governamental, em Cabul e nas províncias, estaria ativamente envolvida na sua exploração.

A situação do país adquire contornos cada vez mais críticos, com milhões de afegãos deslocados internamente pela guerra e elevadíssimos níveis de desemprego. A guerra e a falta completa de perspectivas levam muitos afegãos a buscar refúgio em países vizinhos e na Europa. O Paquistão e o Irã contam, respectivamente, com cerca de três milhões de refugiados afegãos, muitos sem documentação. Os países europeus vêm adotando medidas fortemente restritivas contra a entrada de afegãos, que constituem o segundo maior contingente de refugiados após os sírios.

POLÍTICA EXTERNA



O Afeganistão é membro da ONU desde 1946. O Estado tem relações próximas com grande número de países da OTAN e seus aliados, em especial, os Estados Unidos, o Reino Unido, a Alemanha e a Turquia. Em 2012, os Estados Unidos designaram o Afeganistão como “major non-NATO ally” e criaram o Acordo de Parceria Estratégica Estados Unidos-Afeganistão. O Afeganistão mantém, de forma geral, boas relações com os vizinhos Irã, Turcomenistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e China, bem como com outros países da Ásia, como Índia, Bangladesh, Nepal, Cazaquistão, Rússia, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Iraque, Japão e Coreia do Sul. As relações com o Paquistão são tensas: o Afeganistão acusa o país vizinho de abrigar santuários de terroristas afegãos em seu território.

A “United Nations Assistance Mission in Afghanistan” – UNAMA – foi estabelecida em 2002, sob a égide da Resolução 1401 do Conselho de Segurança, com o objetivo de ajudar na recuperação do país após décadas de guerra. Adicionalmente, cerca de 12 mil soldados de países-membros da OTAN fazem parte da missão “Resolute Support”, que, desde janeiro de 2015, presta apoio militar ao combatido Exército afegão. Seu principal objetivo é treinar as Forças de Segurança Nacional do Afeganistão – ANSF – que estão sob o comando do Ministério da Defesa e que compreendem o Exército e a Força Aérea afegãos.

O presidente Ashraf Ghani, logo no início de seu mandato, procurou ativamente aproximar-se do Paquistão, buscando reverter a relação hostil mantida por seu predecessor Hamid Karzai. A despeito de sucessivos apelos de Ghani, aos quais se somaram pressões norte-americanas, o Paquistão jamais renunciou à prática de apoiar insurgentes do Talibã afegão hospedados em seu território, em regiões próximas à porosa fronteira com o país vizinho. O apoio de Islamabad estende-se à rede Haqqani, uma das mais agressivas facções do Talibã afegão.

Em 19 de abril do corrente ano, um violento atentado em Cabul vitimou 64 pessoas e feriu cerca de 350. O atentado, segundo o governo afegão, foi planejado a partir de território paquistanês, e marcou mudança de posição de Ghani, que ameaçou apresentar queixa formal ao Conselho de Segurança da ONU, se o Paquistão não tomar medidas efetivas contra os líderes talibãs que encontram guarida em seu território.

O Paquistão, por sua vez, não dá sinal de que combaterá os insurgentes talibãs, mas admite que lhes presta apoio. Sartaj Aziz, o influente assessor para política externa do primeiro-ministro Nawaz Sharif, reconheceu, pela primeira vez, que o Paquistão exerce influência sobre os combatentes em seu território, mas negou que consiga ter controle sobre suas decisões.

A despeito da duplicidade de sua política, o Paquistão segue sendo ator incontornável na crise afegã. Integra o Grupo de Coordenação Quadrilateral, formado por Paquistão, Afeganistão, China e Estados Unidos, criado para discutir e mediar a situação no Afeganistão. O Grupo foi constituído em 9 de dezembro último, em Islamabad, na quinta “Conferência do Coração da Ásia”, que congregou 31 países para discutir formas de apoio ao Afeganistão. O Grupo de Coordenação Quadrilateral veio a reunir-se novamente em 18 de janeiro, em Cabul, e em 6 de fevereiro, em Islamabad. Entretanto, seus esforços para levar o Talibã afegão à mesa de negociações vêm-se mostrando infrutíferos.

No ano passado, o Talibã ceifou a vida de 26% mais vítimas militares e civis do que em 2014 e ocupa, hoje, mais território do que em qualquer outro momento, desde que foi apeado do poder em 2001.

O atentado em Cabul, em 19 de abril, marcou o início da chamada ofensiva da primavera do Talibã afegão. O movimento insurgente poderá, no decorrer deste ano, consolidar sua penetração em diversas regiões do país, conseguindo dessa forma, senão uma vitória militar completa, pelo menos um considerável poder de barganha, caso decida sentar-se à mesa de negociações com o governo afegão.

O equilíbrio de forças entre o exército afegão e os aliados da OTAN, por um lado, e o Talibã, por outro, é extremamente precário. O exército afegão, sozinho, seria presa fácil do Talibã, mas, com o apoio da “Resolute Support Mission” da OTAN, consegue resistir. Não há, de parte dos Estados Unidos e dos demais aliados integrantes da força da OTAN, disposição para incrementar os efetivos, e, de qualquer forma, um número muito maior de tropas não foi suficiente para vencer a insurgência no passado. A



"Resolute Support Mission" tornou-se um anacronismo, que acaba servindo aos interesses da China e, em menor medida, aos de outros atores do entorno regional, como a Índia, a Rússia e o Irã. Esses países, não fosse pela presença da OTAN, teriam de redimensionar inteiramente sua política para o Afeganistão, e com custos muito maiores, a fim de atender a seus interesses nacionais.

Fator complicador, nesse intrincado tabuleiro, é que o Talibã não é um movimento unido, e sim, e cada vez mais, um caleidoscópio de facções. A maior parte delas parece seguir o comando do Mulá Mansour, novo líder após o anúncio, no ano passado, da morte do líder histórico do movimento, o Mulá Omar. Mas existem tendências internas conflitantes, com maior ou menor propensão à negociação. Todo esse quadro contribui para explicar o insucesso dos esforços do Grupo Quadrilateral, até o momento, em trazer o Talibã para a mesa de negociações.

A China, de resto, tornou-se presença constante e de peso preponderante nas negociações com o Talibã. Teve papel proativo, e muito construtivo, tanto na conformação do Grupo Quadrilateral quanto nas discussões na reunião do dia 6 de fevereiro. Aquele país do extremo Oriente, e, em menor medida, o Paquistão serão provavelmente os principais responsáveis por atrair novamente o Talibã para a mesa de negociações, caso isso seja possível. O Talibã respeita a China, contra quem não pesam diferendos históricos, e facções do movimento insurgente são apoiadas e protegidas por Islamabad. Os EUA são odiados pelo Talibã e o governo de Cabul só tem alguma importância aos olhos da insurgência pelas concessões que se dispenha a fazer.

O Talibã aposta que poderá ganhar mais terreno com as próximas ofensivas e que as forças da OTAN terão crescente dificuldade em prosseguir como o fiel da balança, caso se acentue a fragilidade do governo de Cabul. A aposta não é irrealista: a insurgência tem colecionado vitórias militares surpreendentes, como a efêmera tomada de Kunduz, no ano passado. O governo de Ashraf Ghani se defronta com dificuldades de todo o gênero: as divisões internas, a desmotivação e a ineficiência do Exército, a gravidade da situação econômica, a profunda desilusão da população, que procura em massa refúgio no exterior. A precariedade do governo de Cabul foi reconhecida recentemente pelo Diretor da Agência Nacional de Inteligência dos Estados Unidos, James Clapper, que afirmou que o Afeganistão está em sério risco de desagregação política ainda neste ano. Clapper acrescentou ser indispensável o prosseguimento de substancial ajuda financeira externa a Cabul.

Mas a premissa para uma vitória do Talibã pela via militar é, ainda assim, que os Estados Unidos e demais países integrantes da "Resolute Support Mission" se resignem a uma derrota – premissa que o Talibã sabe perfeitamente ser de difícil realização. Como resultado, o Talibã adota, no momento, postura ambígua em relação às reuniões do Grupo de Coordenação Quadrilateral. Representantes do movimento insurgente questionam publicamente a utilidade do exercício, mas não chegam a rejeitar a possibilidade de negociar. Colocam, porém, condições: a retirada de todas as tropas estrangeiras, a exclusão do Talibã da lista do Comitê de Sanções das Nações Unidas, a reabertura do escritório político no Qatar, a libertação de prisioneiros e o levantamento da proibição de deslocamentos aéreos dos integrantes da insurgência. À exceção da primeira condição, todas as demais poderiam ser negociadas, do ponto de vista de Cabul. Enfraquecido, o presidente Ashraf Ghani chegou a qualificar os insurgentes talibãs como "opositores políticos" e não "terroristas".

Salvo pelo primeiro, e improvável, cenário – o de desagregação muito grave do Exército e do governo afegãos e de resignação a uma derrota militar por parte das forças da OTAN – o Talibã provavelmente calcula que novas vitórias militares nos próximos meses lhe darão um poder de pressão suficiente para, na mesa de negociações, conseguir maiores fatias de poder em um governo de coalizão e mudanças na Constituição para atender a seus interesses. A experiência terá mostrado aos insurgentes talibãs que dificilmente conseguiriam governar sozinhos, contra a oposição de inimigos externos poderosos. E o Talibã hoje teria a temer, caso viesse a alcançar o poder, menos os Estados Unidos e o resto do Ocidente do que seus próprios vizinhos. A vitória do islamismo radical no Paquistão representaria, para a China, a ameaça do recrudescimento da militância islâmica em Xinjiang; para o Paquistão, acarretaria o fortalecimento do Talibã paquistanês; e para a Rússia, Índia e Irã, ameaças de ordem semelhante.



Não por outra razão o porta-voz do presidente Putin, Dmitry Peskov, afirmou recentemente que a Rússia considera o Paquistão um “key player” no combate ao terrorismo e que o Comandante da infantaria russa, General Oleg Salyukov, anunciou que o país realizará neste ano, pela primeira vez, exercícios conjuntos de contra-terrorismo com o Exército paquistanês.

Um fator que poderia influir, a médio e longo prazo, na decisão do Talibã de negociar seriamente com Cabul não seriam nem gestões externas, nem vitórias militares, nem concessões, mas sim o crescimento de movimentos insurgentes rivais, tais como o Estado Islâmico e a Al Qaeda. Esse crescimento é evidente. O Estado Islâmico, no Afeganistão, tem a temer menos os drones norte-americanos que os combatentes talibãs, com quem trava sangrentas escaramuças. Mas o EI não dá mostras de enfraquecer: ao contrário, continua captando novos soldados entre talibãs descontentes com os rumos do movimento.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB do país em 2014, conforme dados do Banco Mundial, foi de aproximadamente US\$ 20 bilhões e a renda per capita oscilou em torno de US\$ 600. Por setores, a agricultura responde por 24% do PIB, a indústria, por 21% e os serviços por 55%.

A indústria compreende, principalmente, a produção em pequena escala de têxteis, sabão, móveis, sapatos, fertilizantes, bebidas não-alcoólicas, água mineral, cimento, tapetes, gás natural, carvão e cobre.

Em 2015, segundo o Banco Mundial, houve deflação de 1,5%, com sensível aumento do desemprego. Ainda conforme o Banco Mundial, as reservas internacionais do país em 2014 foram US\$ 7,5 bilhões.

A deterioração das condições de segurança e a persistente instabilidade política continuam a minar a confiança do setor privado e a afetar a atividade econômica no Afeganistão. Entretanto, a economia experimentou progresso desde 2002 devido à injeção de bilhões de dólares na forma de assistência e de investimentos internacionais, bem como às remessas de afegãos expatriados.

Os recentes avanços devem-se também à maior produção agrícola e ao final de um ciclo de quatro anos de seca na maior parte do país. O desemprego atinge 35% da população e 36% das pessoas vive abaixo da linha da pobreza, sofrendo com a falta de moradia, água potável e eletricidade.

O volume total do comércio exterior afegão em 2015 foi de US\$ 3,1 bilhões, dos quais US\$ 2,7 bilhões referem-se às importações e US\$ 429 milhões às exportações.

Os principais produtos importados pelo Afeganistão incluem tanques de guerra e veículos similares, tratores, “trailers”, carros e motocicletas, autopeças, eletroeletrônicos, farinha de trigo, computadores, óleo de palma, sementes de girassol e fármacos.

As exportações afegãs incluem frutas, nozes, gomas naturais, verduras, especiarias, plantas medicinais, pérolas e pedras preciosas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA



1919	O Afeganistão recupera a independência depois de uma terceira guerra contra as forças britânicas, que tentaram colocar o país na sua esfera de influência.
1926	Amanullah se autoproclama Rei e tenta introduzir reformas sociais, o que desperta a oposição de forças conservadoras.
1929	Amanullah refugia-se no exterior, depois de distúrbios no país ocorridos em função de suas reformas.
1933	Zahir Shah se torna Rei do Afeganistão, que viverá sob regime monárquico pelos 40 anos seguintes.
1953	O general Mohammed Daud torna-se primeiro-ministro. O país se volta para a União Soviética em busca de assistência econômica e militar. Daud introduz uma série de reformas sociais, tais como a abolição do <i>purdah</i> (prática de manter as mulheres distantes do olhar público).
1964	Início da Monarquia Constitucional, que leva à polarização política e a disputas de poder.
1973	Mohammed Daud toma o poder em golpe de Estado e proclama a República do Afeganistão. Tenta explorar a rivalidade entre a União Soviética e as potências ocidentais. Seu estilo aliena facções esquerdistas que se unem a forças oposicionistas.
1978	O general Daud é deposto e morto em um golpe perpetrado pelo Partido Democrático do Povo. As facções Khalq e Parcham, no seio do partido, se desentendem, levando ao expurgo ou exílio da maioria dos líderes da facção Parcham. Ao mesmo tempo, conservadores islâmicos e líderes étnicos que se opuseram a mudanças sociais começam uma revolta armada no campo.
1979	- A disputa de poder entre os líderes esquerdistas Hafizullah Amin e Nur Mohammed Taraki, em Cabul, é vencida por Amin. Revoltas no campo continuam e o Exército afegão enfrenta dissolução. A União Soviética acaba enviando tropas para ajudar a derrubar Amin do poder. Ele é executado. <u>Intervenção soviética.</u>
1985	Os Mujahedin se reúnem no Paquistão para formar uma aliança contra as forças soviéticas. Estima-se que metade da população afegã tenha sido desalojada pela guerra e centenas de pessoas fugiram para o Irã ou o Paquistão. O novo líder soviético, Mikhail Gorbachev, promete retirar os soldados soviéticos do Afeganistão.
1986	Os Estados Unidos começam a armar os Mujahedin com mísseis <i>Stinger</i> , permitindo que eles derrubem helicópteros bélicos soviéticos. Babrak Karmal é substituído por Najibullah à frente do regime apoiado pelos soviéticos.
1988	Afeganistão, União Soviética, Estados Unidos e Paquistão assinam acordos de paz e a União Soviética começa a retirar suas tropas do território afegão.
1989	Os últimos soldados soviéticos deixam o Afeganistão, mas a guerra civil continua e os Mujahedin tentam derrubar Najibullah.
1991	Estados Unidos e União Soviética concordam em pôr fim à ajuda militar a ambos os lados. <u>Triunfo dos Mujahedin</u>
1992	Najibullah é deposto. Milícias rivais disputam influência.
1993	Facções Mujahedin concordam em formar um novo governo e Burhanuddin Rabbani, de origem étnica tadjique, é proclamado presidente.
1994	A disputa de influência entre as facções continua e o movimento Talibã, dominado pela etnia patã, emerge como o grande rival do governo de Rabbani.
1996	O Talibã assume o controle de Cabul e introduz uma versão radical de islamismo, que proíbe as mulheres de trabalhar e impõe penas islâmicas que incluem amputações e o apedrejamento até a morte. Rabbani foge, para se unir à Aliança do Norte, que combate o Talibã.



	<u>Pressão sobre o Talibã</u>
1997	O Talibã é reconhecido como governante legítimo do país por Paquistão e Arábia Saudita. Os demais países continuam a reconhecer Rabbani como o Chefe de Estado. O Talibã passa a controlar cerca de dois terços do país.
1998	Terremotos matam milhares de pessoas. Os Estados Unidos lançam mísseis contra supostas bases do militante Osama Bin Laden, que é acusado de ser o responsável por atentados a bomba contra embaixadas norte-americanas na África.
1999	A ONU impõe embargo aéreo e sanções financeiras para forçar o Afeganistão a entregar Osama Bin Laden a julgamento.
2001	A ONU impõe novas sanções contra o Talibã para forçá-lo a entregar Osama Bin Laden; o Talibã destrói estátuas gigantescas de Buda de inestimável valor arqueológico; o Talibã obriga as minorias religiosas a usarem etiqueta de identificação como não-muçulmanas, e mulheres hindus passam a ser obrigadas a se cobrirem com burcas como as outras mulheres afegãs; oito funcionários estrangeiros de organização humanitária são julgados na Suprema Corte por promover o cristianismo. Isso ocorre depois de meses de tensão entre o Talibã e organizações assistenciais. É assassinado Ahmad Shah Masood, famoso guerrilheiro e líder da principal oposição ao Talibã; os EUA e a Grã-Bretanha bombardeiam o Afeganistão depois que o Talibã se recusou a entregar-lhes Osama Bin Laden, considerado responsável pelos ataques de 11 de setembro, nos EUA; Forças de oposição tomam Mazar-e-Sharif e, em poucos dias, marcham para Cabul e outras cidades. <u>A queda do Talibã</u>
2002	- O primeiro contingente de tropas de paz estrangeiras é enviado ao Afeganistão; o antigo Rei Zahir Shah volta ao país, mas declara que não vai reivindicar o trono; o Conselho de Segurança da ONU prorroga o mandato da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF, em inglês) até dezembro de 2002; forças aliadas continuam campanha para encontrar remanescentes do Talibã e da Al-Qaeda no Sudeste do país; a <i>Loya Jirga</i> (Grande Conselho) elege Hamid Karzai como Chefe de Estado, interino. Karzai escolhe os integrantes de sua administração que ficarão nos cargos até 2004; o vice-presidente Haji Abdul Qadir é assassinado em Cabul; bombardeio norte-americano, na província de Uruzgan, mata 48 civis, vários deles convidados de uma festa de casamento; Karzai escapa por pouco de tentativa de assassinato em Kandahar, sua cidade natal; Karzai e líderes do Paquistão e do Turcomenistão assinam acordo que abre caminho para a construção de gasoduto que passa pelo Afeganistão para transportar gás natural do Turcomenistão ao Paquistão; o Banco Asiático de Desenvolvimento reinicia empréstimos ao Afeganistão após intervalo de 23 anos.
2003	Choques entre combatentes do Talibã e forças do governo na província de Candahar deixam um saldo de 49 mortos; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) assume o controle da segurança em Cabul. Este é o primeiro compromisso operacional da Aliança de Defesa ocidental fora da Europa. <u>Nova Constituição</u>
2004	A <i>Loya Jirga</i> adota uma nova Constituição que prevê o fortalecimento do papel do presidente; o Afeganistão angaria US\$ 8,2 bilhões em ajuda; Hamid Karzai escapa do mais grave atentado à sua vida desde setembro de 2002.
2005	Realizam-se eleições parlamentares pela primeira vez em mais de trinta anos
2006	A OTAN assume a responsabilidade pela segurança em todo o território afegão. Conferência de Londres angaria US\$ 10 bilhões em doações para o Fundo de Reconstrução do Afeganistão
2007	A produção de ópio atinge volume recorde no país.
2008	Conferência de Paris arrecada mais de US\$ 20 bilhões em doações para a reconstrução.



	Ataque de militantes do Talibã à prisão de Candahar provoca a fuga de 350 insurgentes prisioneiros. Atentado contra a embaixada da Índia em Cabul deixa saldo de 40 mortos.
2009	Realizadas eleições presidenciais em 28 de agosto, com resultados contestados, diante de sinais de fraude generalizada. Um segundo turno é marcado para 07/11/2009. O candidato derrotado, o ex-Chanceler Abdullah Abdullah, renuncia ao segundo turno em outubro e Hamid Karzai é declarado reeleito presidente da República pela Comissão Eleitoral Independente.
2010	o contingente de tropas dos EUA e da ISAF recebe reforços e chega a atingir cerca de 100.000 homens. Os EUA informam que vão retirar suas forças gradualmente do país.
2010	Realiza-se a Conferência de Cabul, da qual participou significativo número de delegações (mais de 70, de alto nível): das 55 Delegações nacionais inscritas na lista de oradores, 41 eram chefiadas por ministros do Exterior. Entre essas, destacam-se as delegações dos EUA, Rússia, China, Reino Unido, França, Japão, Alemanha, Itália, Canadá, Índia e Paquistão. Das 10 delegações de organismos internacionais que intervieram, oito eram chefiadas por Secretário-Geral, entre as quais OIC e OTAN. (Registre-se que o Brasil foi o único país latino-americano representado na Conferência).
2014	Nas eleições presidenciais, Ashraf Ghani, venceu com 56,44% dos votos. Ashraf Ghani e seu opositor, Abdullah Abdullah firmaram um compromisso segundo o qual Ghani foi Confirmado na Presidência, tendo Abdullah preenchido o cargo de Chefe do Executivo.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1979	O Brasil não reconhece o regime instalado por força da intervenção da antiga União Soviética no país.
1996	Com a tomada de poder, no Afeganistão, pelo movimento islâmico radical Talibã, o Brasil suspende as relações bilaterais e mantém seu reconhecimento ao governo islâmico moderado de Burhanuddin Rabbani como legítimo representante do Afeganistão.
2001	O Brasil reconhece a Autoridade Interina do Afeganistão, constituída no final de 2001.
2002	O Brasil acolhe grupo de 23 refugiados afegãos sob a proteção do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas (ACNUR).
2004	O Brasil retoma relações diplomáticas com o país. O embaixador, não residente, do Afeganistão apresenta credenciais ao governo brasileiro. O embaixador do Brasil em Islamabad recebe <i>agrément</i> como representante diplomático brasileiro junto ao governo afegão
2006	O então ministro de Estado participa, em Londres, da Conferência Internacional sobre o Afeganistão e oferece cooperação técnica ao país como gesto de apoio à sua reconstrução. O embaixador, não residente, do Afeganistão, Said Tayeb Jawad, visita o Brasil. Assinado Acordo-Quadro de Cooperação Técnica entre os dois países. O presidente Hamid Karzai mantém encontro bilateral com o ex-presidente Lula - e o então ministro das Relações Exteriores, com o chanceler Rangin Spanta , à margem da 61ª AGNU.
2008	O então Subsecretário-Geral de Cooperação e Promoção Comercial do MRE representa o Brasil na Conferência Internacional de Apoio ao Afeganistão, em Paris, e anuncia a doação brasileira de US\$ 100 mil ao Fundo Fiduciário de Reconstrução do Afeganistão. Encontro bilateral entre o ministro de estado e o chanceler Spanta, por ocasião da Aliança das Civilizações e à margem da 63ª AGNU, oportunidade em que o presidente Lula mantém novo encontro bilateral com o presidente Karzai. O embaixador não residente do Afeganistão, Said Tayeb Jawad, realiza sua segunda visita ao Brasil.



2009	O embaixador do Brasil em Islamabad, Alfredo Leoni, comparece à posse do presidente reeleito Hamid Karzai, em 19.11.2009.
2010	O embaixador Said Jawad visita o Brasil pela terceira vez.
2010	Decreto de criação da embaixada residente do Brasil em Cabul
2012	Abertura da embaixada do Afeganistão em Brasília
2015	Fechamento da embaixada do Afeganistão em Brasília
2016	Decreto determinando que a embaixada em Cabul volte a ser cumulativa com a embaixada em Islamabad. O mesmo Decreto determina que essa medida seja de caráter temporário, enquanto não estiverem reunidas as condições para a abertura de uma embaixada residente em Cabul.

ATOS BILATERAIS

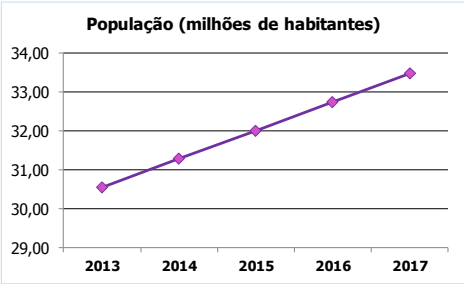
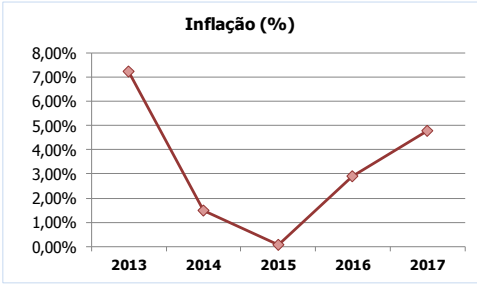
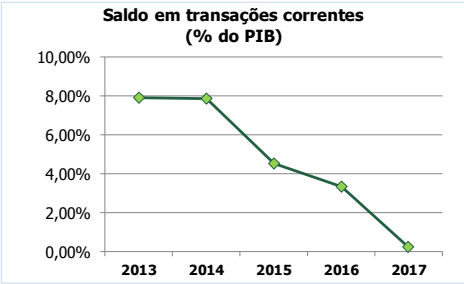
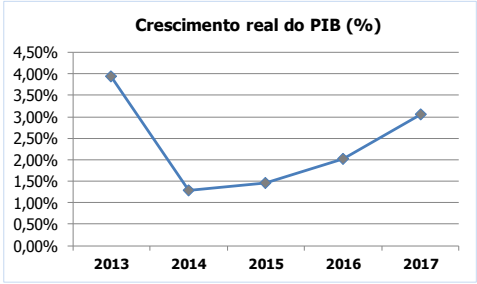
Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Tratado de Amizade	20/02/1933	23/12/1937	2306	02/02/1938
Acordo Básico de Cooperação Técnica	01/08/2006	02/02/2010	7088	01/02/2010



Principais indicadores socioeconômicos do Afeganistão

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	3,93%	1,28%	1,47%	2,02%	3,05%
PIB nominal (US\$ bilhões)	20,17	20,44	19,20	17,28	17,45
PIB nominal "per capita" (US\$)	660	654	600	528	521
PIB PPP (US\$ bilhões)	59,07	60,81	62,32	64,20	67,07
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.933	1.944	1.947	1.961	2.004
População (milhões de habitantes)	30,55	31,28	32,01	32,74	33,47
Inflação (%) ⁽²⁾	7,24%	1,49%	0,08%	2,88%	4,79%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	7,88%	7,85%	4,54%	3,35%	0,23%
Câmbio (Af / US\$) ⁽²⁾	55,38	57,25	n.d.	n.d.	n.d.
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura	24,0%				
Indústria	21,0%				
Serviços	55,0%				

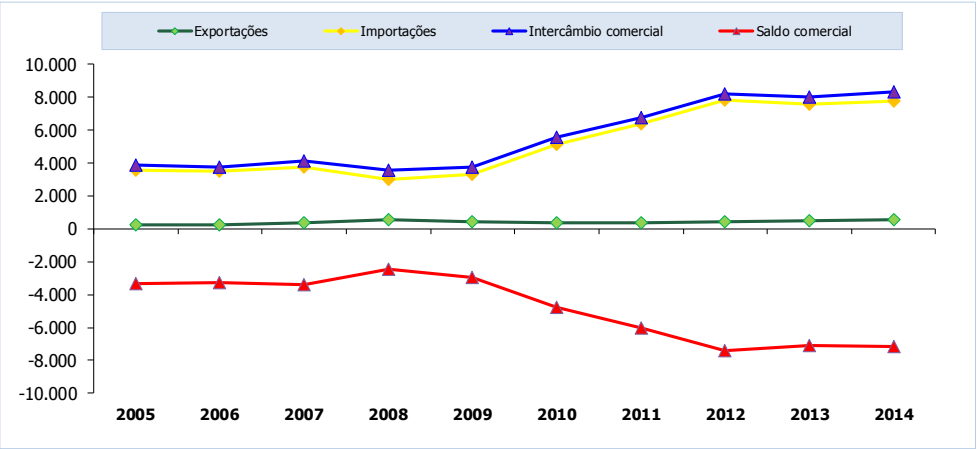
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2016.
(n.d.) Dado não disponível.
(1) Estimativas FMI e EIU.
(2) Média de fim de período.



Evolução do comércio exterior do Afeganistão
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	265	28,1%	3.588	84,6%	3.852	79,2%	-3.323
2006	253	-4,5%	3.512	-2,1%	3.764	-2,3%	-3.259
2007	352	39,2%	3.771	7,4%	4.123	9,5%	-3.420
2008	540	53,6%	3.020	-19,9%	3.560	-13,7%	-2.480
2009	403	-25,3%	3.336	10,5%	3.740	5,1%	-2.933
2010	388	-3,7%	5.154	54,5%	5.543	48,2%	-4.766
2011	376	-3,3%	6.390	24,0%	6.766	22,1%	-6.014
2012	402	6,9%	7.794	22,0%	8.196	21,1%	-7.393
2013	464	15,5%	7.559	-3,0%	8.023	-2,1%	-7.095
2014	571	23,0%	7.729	2,3%	8.300	3,5%	-7.159
Var. % 2005-2014	115,6%	--	115,4%	--	115,4%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.
Última posição disponível em 27/04/2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

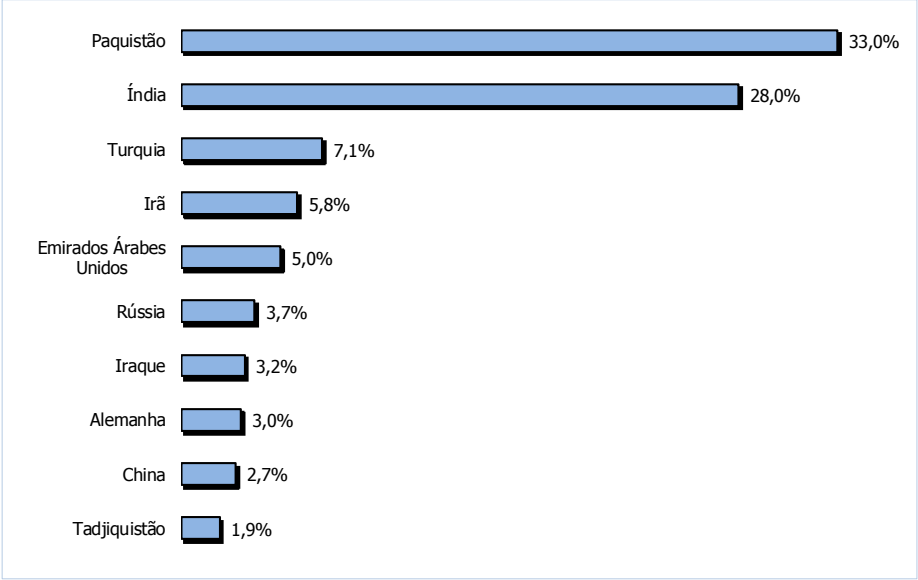


Direção das exportações do Afeganistão
US\$ milhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Paquistão	188,4	33,0%
Índia	160,0	28,0%
Turquia	40,4	7,1%
Irã	33,4	5,8%
Emirados Árabes Unidos	28,3	5,0%
Rússia	21,1	3,7%
Iraque	18,1	3,2%
Alemanha	17,0	3,0%
China	15,5	2,7%
Tadjiquistão	10,9	1,9%
...		
<i>Brasil (23ª posição)</i>	<i>0,7</i>	<i>0,1%</i>
Subtotal	533,8	93,6%
Outros países	36,8	6,4%
Total	570,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.
Última posição disponível em 27/04/2016.

10 principais destinos das exportações

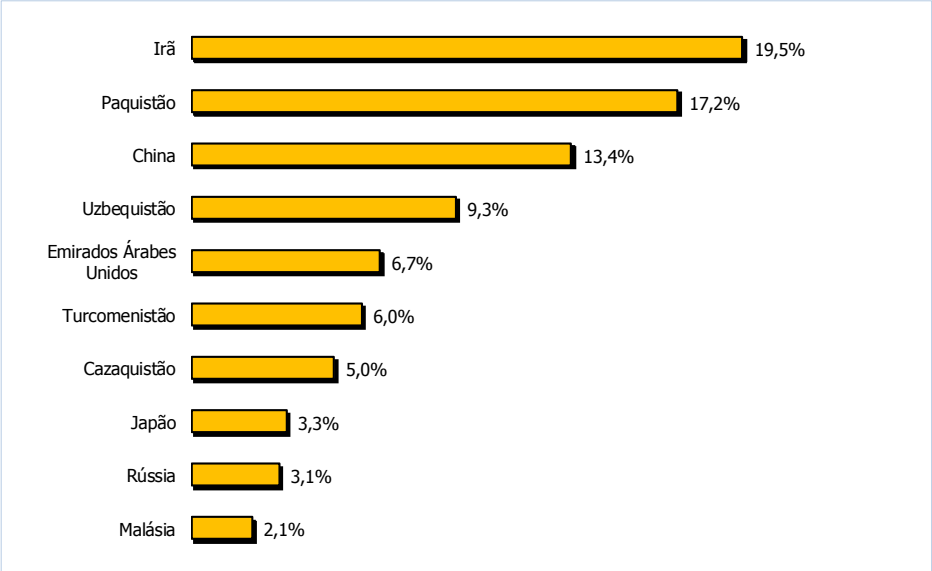


Origem das importações do Afeganistão
US\$ milhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Irã	1.506	19,5%
Paquistão	1.328	17,2%
China	1.038	13,4%
Uzbequistão	722	9,3%
Emirados Árabes Unidos	515	6,7%
Turcomenistão	465	6,0%
Cazaquistão	390	5,0%
Japão	259	3,3%
Rússia	239	3,1%
Malásia	166	2,1%
...		
<i>Brasil (21ª posição)</i>	<i>20</i>	<i>0,3%</i>
Subtotal	6.648	86,0%
Outros países	1.081	14,0%
Total	7.729	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.
Última posição disponível em 27/04/2016.

10 principais origens das importações

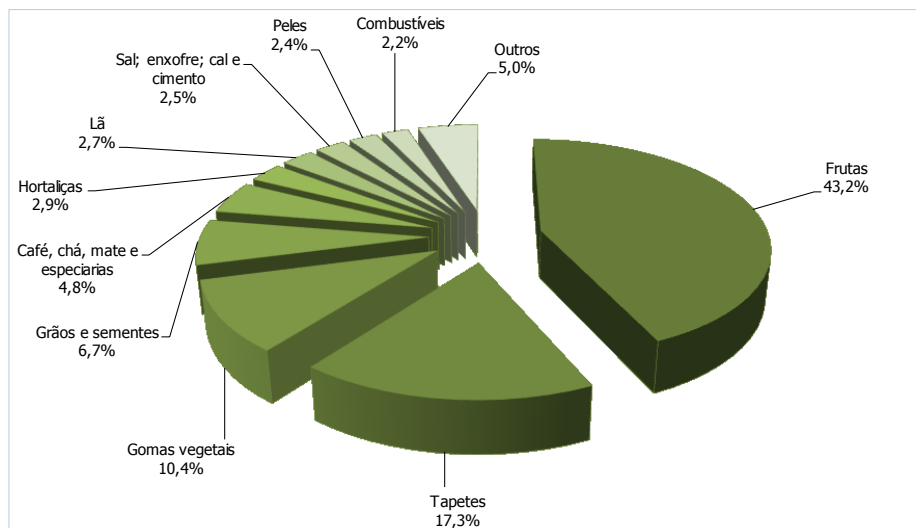


Composição das exportações do Afeganistão
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Frutas	246,6	43,2%
Tapetes	98,6	17,3%
Gomas vegetais	59,4	10,4%
Grãos e sementes	37,9	6,7%
Café, chá, mate e especiarias	27,3	4,8%
Hortaliças	16,4	2,9%
Lã	15,4	2,7%
Sal; enxofre; cal e cimento	14,3	2,5%
Peles	13,4	2,4%
Combustíveis	12,4	2,2%
Subtotal	541,9	95,0%
Outros	28,6	5,0%
Total	570,5	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.
Última posição disponível em 27/04/2016.*

10 principais grupos de produtos exportados



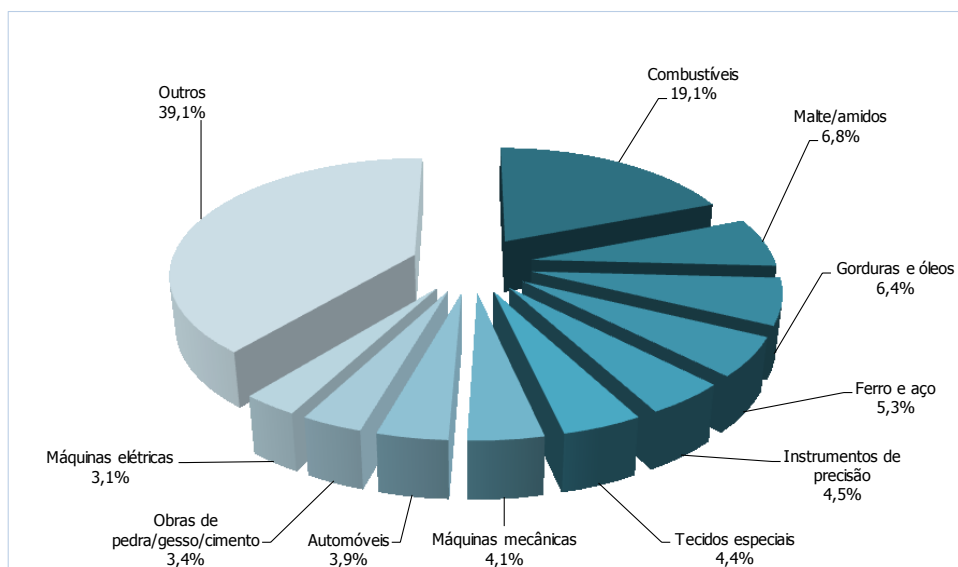
Composição das importações do Afeganistão
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 4	Part. % no total
Combustíveis	1.474	19,1%
Malte/amidos	523	6,8%
Gorduras e óleos	491	6,4%
Ferro e aço	413	5,3%
Instrumentos de precisão	349	4,5%
Tecidos especiais	341	4,4%
Máquinas mecânicas	319	4,1%
Automóveis	301	3,9%
Obras de pedra/gesso/cimento	259	3,4%
Máquinas elétricas	238	3,1%
Subtotal	4.709	60,9%
Outros	3.020	39,1%
Total	7.729	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

Última posição disponível em 27/04/2016.

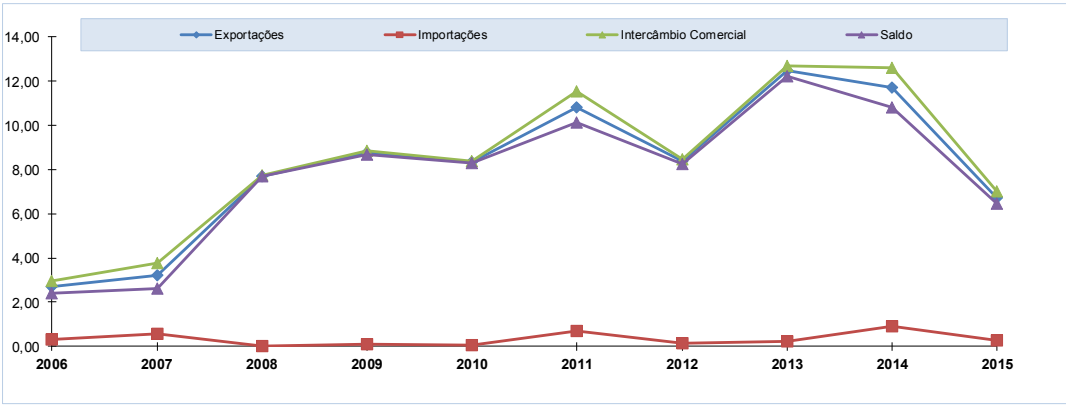
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Afeganistão
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	2,68	84,8%	0,00%	0,29	-8,7%	0,00%	2,98	105,0%	0,00%	2,39
2007	3,21	19,6%	0,00%	0,58	97,8%	0,00%	3,79	27,3%	0,00%	2,63
2008	7,72	140,5%	0,00%	0,02	-97,1%	0,00%	7,73	104,1%	0,00%	7,70
2009	8,76	13,6%	0,01%	0,10	480,3%	0,00%	8,86	14,6%	0,00%	8,67
2010	8,35	-4,7%	0,00%	0,04	-63,2%	0,00%	8,39	-5,4%	0,00%	8,32
2011	10,83	29,7%	0,00%	0,69	(+)	0,00%	11,53	37,4%	0,00%	10,14
2012	8,37	-22,8%	0,00%	0,12	-82,4%	0,00%	8,49	-26,4%	0,00%	8,24
2013	12,47	49,0%	0,01%	0,24	99,5%	0,00%	12,71	49,8%	0,00%	12,22
2014	11,72	-6,0%	0,01%	0,91	273,9%	0,00%	12,63	-0,6%	0,00%	10,81
2015	6,73	-42,6%	0,00%	0,28	-69,1%	0,00%	7,01	-44,5%	0,00%	6,45
2016 (jan-abr)	1,96	42,9%	0,00%	0,06	-37,0%	0,00%	2,02	38,0%	0,00%	1,91
Var. % 2006-2015	151,0%	--	--	-4,2%	--	--	135,7%	--	--	n.c.

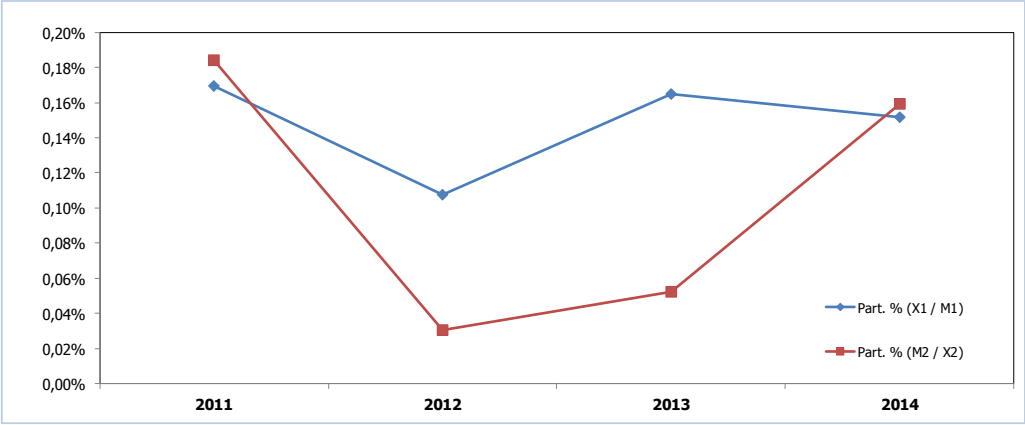
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

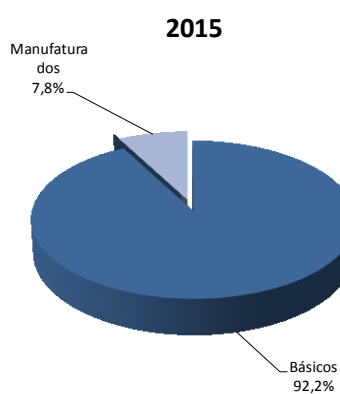
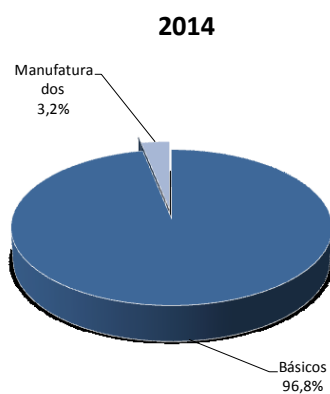
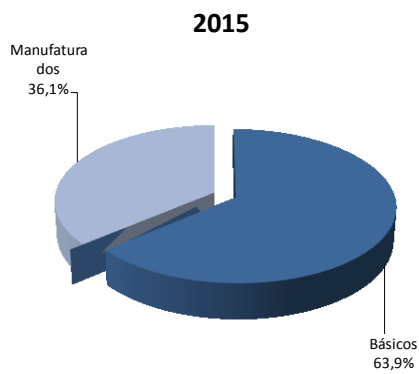
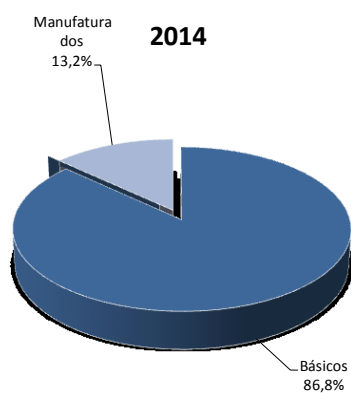


Part. % do Brasil no comércio do Afeganistão
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010-2014
Exportações do Brasil para o Afeganistão (X1)	8,4	10,8	8,4	12,5	11,7	40,4%
Importações totais do Afeganistão (M1)	5.154	6.390	7.794	7.559	7.729	50,0%
Part. % (X1 / M1)	0,16%	0,17%	0,11%	0,16%	0,15%	-6,4%
Importações do Brasil originárias do Afeganistão (M2)	0,036	0,692	0,122	0,243	0,910	2427,7%
Exportações totais do Afeganistão (X2)	376	376	402	464	571	51,8%
Part. % (M2 / X2)	0,01%	0,18%	0,03%	0,05%	0,16%	1565,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Afeganistão e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado**Comparativo 2015 com 2014****Exportações Brasileiras⁽¹⁾****Importações Brasileiras**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

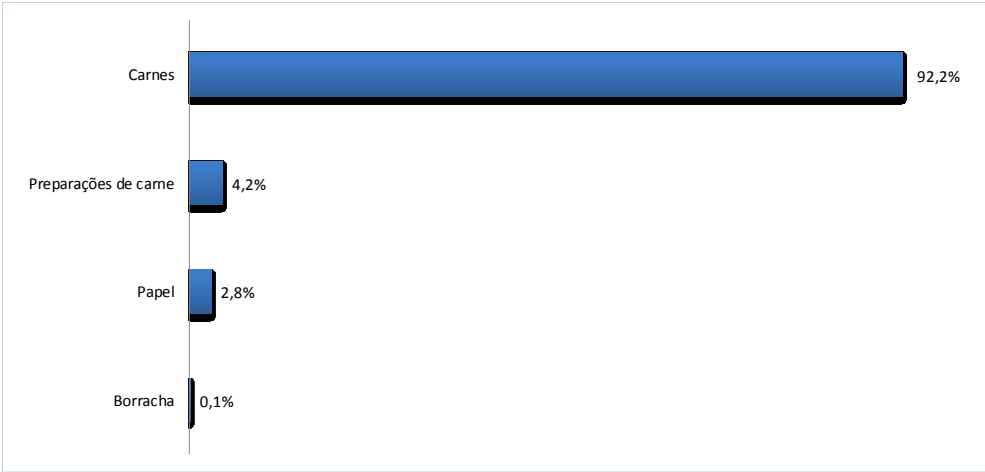


Composição das exportações brasileiras para o Afeganistão
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	12,03	96,4%	11,35	96,8%	6,21	92,2%
Preparações de carne	0,15	1,2%	0,30	2,6%	0,28	4,2%
Papel	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,19	2,8%
Borracha	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,004	0,1%
Subtotal	12,18	97,7%	11,65	99,4%	6,68	99,3%
Outros produtos	0,29	2,3%	0,07	0,6%	0,05	0,7%
Total	12,47	100,0%	11,72	100,0%	6,73	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

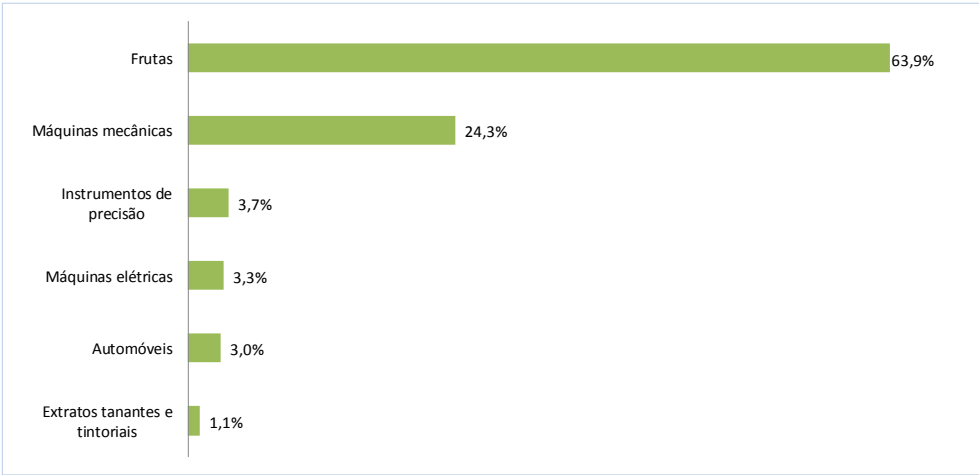


Composição das importações brasileiras originárias do Afeganistão
US\$ mil

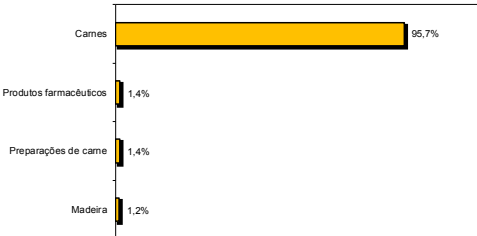
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Frutas	32,6	13,4%	789,8	86,8%	179,5	63,9%
Máquinas mecânicas	194,4	79,9%	5,5	0,6%	68,3	24,3%
Instrumentos de precisão	0,9	0,4%	2,3	0,3%	10,4	3,7%
Máquinas elétricas	3,7	1,5%	71,8	7,9%	9,1	3,3%
Automóveis	7,3	3,0%	13,4	1,5%	8,4	3,0%
Extratos tanantes e tintoriais	0,0	0,0%	0,0	0,0%	3,1	1,1%
Subtotal	238,9	98,2%	882,8	97,0%	278,8	99,3%
Outros produtos	4,4	1,8%	26,9	3,0%	2,0	0,7%
Total	243,3	100,0%	909,7	100,0%	280,9	100,0%

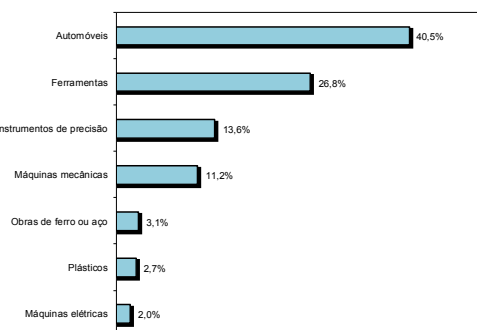
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Carnes	1.242	90,4%	1.877	95,7%	
Produtos farmacêuticos	0	0,0%	28	1,4%	
Preparações de carne	129	9,4%	27	1,4%	
Madeira	0	0,0%	24	1,2%	
Subtotal	1.370	99,8%	1.957	99,7%	
Outros produtos	3	0,2%	5	0,3%	
Total	1.373	100,0%	1.963	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Automóveis	0,00	0,0%	22,72	40,5%	
Ferramentas	0,00	0,0%	15,05	26,8%	
Instrumentos de precisão	6,26	7,0%	7,63	13,6%	
Máquinas mecânicas	0,15	0,2%	6,30	11,2%	
Obras de ferro ou aço	0,05	0,1%	1,74	3,1%	
Plásticos	0,00	0,0%	1,52	2,7%	
Máquinas elétricas	9,12	10,2%	1,11	2,0%	
Subtotal	15,57	17,5%	56,08	100,0%	
Outros produtos	73,48	82,5%	0,00	0,0%	
Total	89,05	100,0%	56,08	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 102, DE 2016

(nº 514/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor WILLIAM DIB, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Ivo Bucaresky.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO INICIAL: À Comissão de Assuntos Sociais.

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 514

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor WILLIAMDIB, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Ivo Bucaresky.

Brasília, 29 de setembro de 2016.



ESTE DOCUMENTO NÃO FAZ PARTE DO PROCESSO



Aviso nº 598 - C. Civil.

Em 29 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor WILLIAM DIB, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Ivo Bucaresky.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



WILLIAM DIB

Brasileiro, casado, médico, 69 anos

Endereço: Praça Pereira Coutinho 175, apartamento 61,
Vila Nova Conceição - São Paulo – SP, CEP 04510-010

Telefone: 11-99476-0806

E-mail: williamdib@gmail.com

Site: www.williamdib.com.br

Atividades Profissionais e Cargos Públicos:

- Office- boy e posteriormente Contador, Banco Ítalo-Suíço Brasileiro 1963-1967;
- Médico plantonista, Hospital de Carapicuíba, 1972
- Médico, Prefeitura Municipal, São Bernardo do Campo, SP, 1973-2001;
- Secretário de Saúde, Prefeitura Municipal, São Bernardo do Campo, SP, 1984-1988, 1993-1996, 1997-1999;
- Secretário de Governo, respondeu interinamente pelas secretarias de Habitação e Meio Ambiente e de Administração, Prefeitura Municipal, São Bernardo do Campo, SP, 1999-2000;
- Conselheiro de Administração, EMPLASA, Empresa de planejamento do Governo do Estado de São Paulo - abril de 2015 – 2016.

Mandatos:

- Vereador, São Bernardo do Campo/SP, eleito em 1992-1996, porém não chegou a assumir a vaga na Câmara Municipal, já que foi nomeado para o cargo de Secretário de Saúde;
- Vice-Prefeito, São Bernardo do Campo/SP, Partido: PSB, Período: 2001 a 2003;
- Prefeito, São Bernardo do Campo/SP, Partido: PSB, Período: 2003 a 2008;
- Presidente do Consorcio Intermunicipal Grande ABC - Gestão: 2005 – 2006;
- Deputado Federal, 54ª Legislatura, SP, PSDB. Período: 2011 a 2015.



Estudos e Cursos Diversos:

- Medicina, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Botucatu, SP, 1966-1972;
- Pós graduação em Saúde Pública e Administração Hospitalar, Hospital do Servidor Público Estadual;
- Especialização médica em cardiologia, Hospital do Servidor Público Estadual.

Filiações Partidárias:

MDB, 1974-1980; PMDB, 1980-1985; PTB, 1985-1995; PSB, 1995-2009; PSDB, 2009-2016.

Atividades Partidárias:

- 1º Vice-Presidente do Diretório Estadual, PSB, SP, 2001-2007;
- Secretário Especial do Diretório Nacional, PSB, 2003-2009;
- 2º Vice-Presidente do Diretório Estadual, PSB, SP, 2007-2009.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

William Dib nasceu na cidade de Garça, interior de São Paulo, no ano de 1946. Filho de Adib Moisés Dib e Olga ZayatDib, mudou-se para São Bernardo do Campo antes de completar um ano de vida. Começou a trabalhar ainda jovem aos 16 anos como office-boy no extinto banco Ítalo-Suiço e manteve-se lá até completar 19 anos, quando já era contador.

Aos 21, ingressou na Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas, atual Unesp, em Botucatu, graduando-se em 1972. Assim, realizou o sonho de se tornar médico. Começou a atuar como plantonista em um hospital de Carapicuíba. Em 1973, concluiu a pós-graduação em Saúde Pública e Administração Hospitalar, especializando-se cardiologia. Passou a ocupar o cargo de médico e ganhou destaque, sendo nomeado chefe da seção de Assistência Médica aos Operários Municipais em 1977. Nessa mesma época, acumulou a função de médico perito supervisor do INSS do qual já fazia parte desde 1975.



Já exercendo a função de médico, iniciou a carreira pública como chefe de seção. Em agosto de 1978 tornou-se assessor da Secretária de Saúde e Promoção Social de São Bernardo, e posteriormente Secretário de Saúde da cidade, cargo exercido em diversas oportunidades. Durante os anos de 1984 e 1988 foi responsável pela Secretaria de Saúde e Promoção Social.

Em meados de 1985, como Secretário de Saúde, participou, a convite do então Ministro da Previdência Valdir Pires, no planejamento das AIS (Ações Integradas de Saúde), um conjunto de ações criado pelo extinto CONASP (Conselho Nacional de Administração de Saúde Previdenciária) visando otimizar os recursos, a universalização, e a descentralização da saúde pública. O principal fruto das AIS foi sua consolidação com o SUDS (Sistema Unificado de Descentralização da Saúde) em 1987, e com a criação do SUS na constituição federal de 1988, que ajudou a criar a Associação dos Secretários Municipais de Saúde – Que hoje tem assento no Conselho Nacional de Saúde. Consequência direta desses eventos, a cidade de São Bernardo do Campo foi pioneira na implantação das diretrizes fundamentais do SUS, como a municipalização, a participação popular e a implantação do programa de saúde da família.

Em 1992 foi eleito vereador por São Bernardo do Campo, porém não chegou a assumir a vaga na Câmara Municipal, já que foi nomeado para o cargo de Secretário de Saúde, onde permaneceu até 1995. No ano 2000 foi eleito vice-prefeito, colaborando também como Secretário de Governo, de Habitação e Meio Ambiente e Administração. No ano de 2003, assumiu pela primeira vez o cargo de prefeito.

Candidatou-se a reeleição em 2004 e venceu a disputa com 76,37% dos votos válidos, obtendo aprovação recorde. Tornou-se, assim, o prefeito mais votado da história de São Bernardo do Campo e do país nas cidades com mais de 200 mil eleitores.

Em 2008, recebeu o prêmio de 100 Melhores Prefeitos das Américas (atribuído pelo Instituto Certificação Internacional



Município e Cidadania, de Brasília), além do prêmio Prefeito Empreendedor (2005).

Foi eleito deputado federal de São Paulo pelo partido em 2010 com 113.827 votos.



**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores**

Gostaria de inicialmente agradecer a Deus, minha família e meus amigos que me acompanham durante toda minha carreira e vida pública.

Registro também agradecimento ao Excelentíssimo presidente desta Comissão, Senador Edison Lobão, a relatoria do processo da indicação de meu nome e faço também um agradecimento especial ao Presidente Michel Temer pela indicação.

É um privilégio, uma honra comparecer a essa Digna Comissão, na condição de indicado ao cargo de diretoria da Agência Nacional da Vigilância Sanitária, ANVISA, submetendo-me ao crivo constitucional desta instituição; terei muito orgulho e dedicação ao exercer essa função contribuindo com o desenvolvimento do nosso país, caso meu nome seja aprovado por Vossas Excelências.

Sou médico, cardiologista, profissional da área de saúde por vocação e formação, me especializei em Saúde Pública e Administração Hospitalar.

Comecei minha carreira médica como plantonista em um hospital em Carapicuíba, em seguida, passei ocupar o cargo de médico na Prefeitura de São Bernardo e logo fui nomeado chefe da seção de Assistência Médica aos Operários Municipais em 1977. Nessa mesma época, acumulei a função de médico perito supervisor do INSS do qual já fazia parte desde 1975.

Em agosto de 1978 tornei-me assessor da Secretária de Saúde e Promoção Social de São Bernardo, e posteriormente, Secretário de Saúde da cidade, cargo exercido em diversas oportunidades. Durante os anos de 1984 e 1988.

Quando secretário de saúde, em meados de 1985, tive o privilégio de participar, a convite do então Ministro da Previdência Valdir Pires, no planejamento das AIS (Ações Integradas de Saúde), um conjunto de ações criado pelo extinto CONASP (Conselho Nacional de Administração de Saúde Previdenciária)



visando otimizar os recursos, a universalização, e a descentralização da saúde pública. O principal fruto das AIS foi sua consolidação com o SUDS (Sistema Unificado de Descentralização da Saúde) em 1987, e com a criação do SUS na constituição federal de 1988, que ajudou a criar a Associação dos Secretários Municipais de Saúde – Que hoje tem assento no Conselho Nacional de Saúde. Consequência direta desses eventos, a cidade de São Bernardo do Campo foi pioneira na implantação das diretrizes fundamentais do SUS, como a municipalização, a participação popular e a implantação do programa de saúde da família.

Em 1992 fui eleito vereador por São Bernardo do Campo, porém não cheguei a assumir a vaga na Câmara Municipal, já que fui nomeado para o cargo de Secretário de Saúde, onde permaneci até 1995. No ano 2000 fui eleito vice-prefeito, colaborando também como Secretário de Governo, de Habitação e Meio Ambiente e Administração. No ano de 2003, assumi pela primeira vez o cargo de prefeito. Candidatei-me a reeleição, em 2004, e venci a disputa com 76,37 % dos votos válidos, obtendo aprovação recorde.

Fui presidente do Consórcio Intermunicipal do ABC por duas vezes, quando conquistou benefícios importantes junto ao governo do Estado para a população da Região do ABC Paulista e Metropolitana, como: os piscinões, os hospitais Mário Covas e Serraria, o Rodoanel – trecho sul da Via Anchieta, a remodelação do Trevo do Km 29 da Via Anchieta e a instalação das FATECS.

Dentre as realizações na área da saúde pública na prefeitura de São Bernardo do Campo, criamos um novo modelo de gestão de unidades de saúde, atualmente chamado de OSS (Organização Social de Saúde), adotado por todo o país. O novo modelo de gestão é realizado pela Prefeitura em parceria com uma entidade filantrópica. O modelo das Organizações Sociais de Saúde possui uma política de benefícios e regras ao administrador. A remuneração das OSS é feita por meio de um contrato de gestão firmado anualmente. Neste acordo, a organização se compromete a cumprir metas de produção, como atendimento, processos, redução



de custos, qualidade e satisfação da população atendida. Em São Bernardo, a parceria foi feita com a Fundação do ABC. O Hospital de Ensino Anchieta e o HMU foram os primeiros equipamentos de saúde a serem gerenciados pelo novo modelo de gestão. Depois da reforma e ampliação, o Pronto-Socorro Central passou a ser administrado pela parceria, atingindo 81% de satisfação com a mudança. Devido aos bons resultados, a parceria foi ampliada para outras unidades de saúde: clínica de especialidades médicas, CAPS e unidades básicas de saúde.

Em 5 anos a frente do Executivo Municipal da cidade de São Bernardo do Campo, as inaugurações e ampliações feitas na Saúde ampliaram em 126 mil o número de atendimentos / mês.

Reformamos e ampliamos o PS Central. O número de leitos passou de 63 para 129. A unidade recebeu mais profissionais e novos equipamentos, como tomografia e raio X digital. A fila de espera diminuiu em até 85%.

No Hospital Municipal Universitário, HMU, ampliamos o atendimento humanizado e serviços pioneiros, como o Método Canguru, a Casa da Gestante, a Triagem Auditiva Neonatal (teste da orelhinha), Medicina Fetal, o Serviço Bombeiro Amigo, o Banco de Leite, que salvou mais de 8.600 recém-nascidos, além de fornecer vacinas de hepatite e BCG. O HMU já recebeu 4 prêmios, entre eles Hospital Amigo da Criança (UNICEF) e um dos 10 melhores hospitais públicos do Brasil

Construção UBS parque Selecta, A unidade beneficia mais de 16 mil pessoas e abriga o Programa Saúde da Família. Com a inauguração, São Bernardo passou a contar com 31 Unidades Básicas de Saúde. Nos cinco anos reformamos e ampliamos 21 Unidades Básicas de Saúde da cidade.

Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Infanto-Juvenil, que atendeu crianças e adolescentes com até 17 anos usuários de álcool e outras drogas. Com profissionais qualificados, a unidade ofereceu oficinas culturais, artísticas e geradoras de renda, além de atividades esportivas. O prédio contava com consultórios, salas



para atividades grupais, oficina, quadra e área coberta para atividades recreativas. Atendia, em média, 2.200 pacientes por mês.

Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, atendia os dependentes químicos e estimulava a sua reintegração social e familiar. O local contava com Pronto Socorro 24 horas, ambulatório de saúde mental, ambulatório de neurologia (adulto e infantil) e fonoaudiologia (acima de 12 anos). Oferecia atendimento psiquiátrico, clínico e atividades esportivas, culturais e artesanais. Conta com 20 leitos, consultórios, área para jogos e para oficinas.

Também atuamos no ambulatório de especialidades odontológicas. O prédio foi totalmente reformado com aumento do número de consultórios, de 7 para 13, e das sala de Raio X, de 1 para 4. o atendimento foi dobrado, de 2.000 passou a atender 4.000 pacientes por mês.

Tripliqueamos os número de leitos de UTI do Hospital de Ensino Anchieta de 6 para 21. O prédio passou a acomodar mais nove apartamentos com dois leitos cada. Com isso, de 124 leitos comuns, o hospital passou a contar com 142. Implantou na unidade um Centro de Diagnóstico com serviço de radioterapia, medicina nuclear, tomografia, ressonância magnética, laboratório e outros.

Ampliação do centro de alta complexidade em oncologia (cacon) Destinado a pacientes portadores de câncer, o Cacon recebeu um moderno equipamento de radioterapia e o número de consultórios passou de 2 para 4 e de leitos para quimioterapia de 6 para 10, tornando referência regional.

3 centros regionais de especialidades médicas: Alvarenga, Silvina e Rudge Ramos – Implementamos atendimento médico especializado em várias áreas, como cardiologia, dermatologia, oftalmologia, ortopedia e neurologia. Criamos 3 Centros Regionais de Especialidades e descentralizamos o serviço municipal especializado, além de ampliar o número de vagas e facilitar o acesso da população. As unidades passaram a atender, juntas, 11 mil pessoas por mês.



Implementamos ainda os ambulatórios de lipodistrofia (para portadores de Aids) e de homeopatia e acupuntura, de distúrbios nutricionais e o Centro de Referência de Doenças Respiratórias.

Cedemos, em 2007, terreno de aproximadamente 700 m² para a construção do novo Centro de Hemoterapia pela Colsan (Associação Beneficente de Coleta de Sangue), entidade parceira de São Bernardo.

Como homem público, elenco alguns prêmios recebidos no seu mandato como prefeito:

- Prêmio Desempenho “Melhor dos Melhores” 2003, concedido ao HMU;
- Prêmio Hospital Amigo da Criança, entregue ao HMU pela Organização Mundial da Saúde e Unicef;
- Prêmio O Futuro da Criança em Ambientes Saudáveis - UNICEF;
- Prêmio Prefeito Amigo da Criança 2004, idealizado pela Fundação Abrinq;
- Prêmio Nacional Fernando Figueira 2004, coloca o HMU entre os 10 melhores hospitais públicos do Brasil.

Em 2008, recebi o Prêmio de 100 Melhores Prefeitos das Américas (atribuído pelo Instituto Certificação Internacional Município e Cidadania, de Brasília), além do Prêmio Prefeito Empreendedor (2005), resultados de projetos que atraíram grandes empresas e geraram cerca de 70 mil novos empregos.

Principais realizações como prefeito:

- Criação do Centro de Formação de Professores – Cenforpe
- Liderou movimento dos prefeitos que foi a Brasília pleitear recursos para as obras do trecho sul do Rodoanel.



- Idealizou a Lei de Incentivos Seletivos, proporcionando a vinda de novas empresas para a cidade como Carrefour, Sonda, EDS, Center Castilho e outras, gerando 70 mil novos empregos no município.
- Criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, uma parceria entre Poder Público, iniciativa privada, entidades educativas e sociedade civil, organizada para promover o desenvolvimento do município e geração de empregos.
- Implantação do programa São Bernardo Moderna – um conjunto de 24 obras de infraestrutura voltado para as vias da região; entre elas, a ampliação e duplicação da Estrada Galvão Bueno, melhorando a ligação do sistema Anchieta-Imigrantes.
- Co-gestão com a Faculdade de Medicina do ABC, inaugurando o Hospital Universitário Municipal (HMU).
- Implantação de programas na área da saúde como: Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Programa de Saúde de Família e a criação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).
- Grande avanço na educação de base com a municipalização do ensino fundamental, aproximando assim a Prefeitura das escolas.
- Reforma de praças públicas e construção dos diversos parques com destaque para o Parque de Esportes Radicais, reconhecido nacional e internacionalmente pela estrutura e qualidade oferecidas.
- Cartão Alimentação, que beneficia as famílias com vulnerabilidade socioeconômica, foram disponibilizados 1.420 cartões por mês.
- Implantação de quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), oferecendo apoio às famílias na garantia de seus direitos; serviços continuados de acompanhamento social; proteção social pró-ativa, com visitas às famílias que estejam em situações de quase risco, acolhida para recepção, escuta, orientação e encaminhamento. No total, são quase 1.500 atendimentos por mês.



- Criação do Projeto “Turma Cidadã”, uma forma de inclusão social destinado a jovens em idade de alistamento, com objetivo de proporcionar sua entrada no mercado de trabalho.

- Concepção do Centro de Referência do Idoso (CRI). Um amplo espaço, onde os idosos desenvolvem atividades como estudo, recreação e interação.

- Fundo de Solidariedade Social, em que a Prefeitura e entidades beneficentes se responsabilizam pelo repasse das arrecadações das campanhas do agasalho e de Natal às famílias carentes.

Como deputado federal participei das seguintes **comissões permanentes**:

- Comissão de Desenvolvimento Urbano;
- Comissão de Seguridade Social e Família;
- Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado;
- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

E também as seguintes temporárias:

- Reforma Política;
- Estatuto da Metrópole
- Políticas de Prevenção e Combate as Drogas

Durante esses quatro anos de mandato apresentamos 82 projetos e relatamos 32, cumprindo o papel de editar leis que melhoram a vida da população.

No campo de atuação profissional, foi como gestor de Saúde Pública que me projetei para a vida política, recebo essa indicação com muita honra, como fruto de meu trabalho como médico, técnico, servidor público e desde já me coloco a disposição de Vossas Excelências pra prestar esclarecimentos que se façam necessários. Muito obrigado.



Eu, William Dib, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 3821007 – SSP - SP e do CPF 493.336.318-87, DECLARO para fins no disposto do artigo 383, I, b, 3, e § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, com a alteração dada pela Resolução nº 41/2013, **REGULARIDADE FISCAL** nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme documentação comprobatória anexa.

São Paulo, 21 de outubro de 2016



William Dib



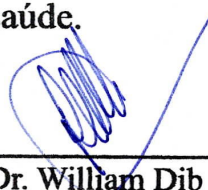
Eu, William Dib, 69 anos, médico, casado, declaro estar apto a ocupar o cargo de diretor na ANVISA.

Possuo formação técnica em medicina pela faculdade de medicina de Botucatu em 1972, saúde pública e gestão hospitalar em 1973, com ainda posterior especialização em cardiologia.

Minha formação me garantiu domínio técnico de conhecimento dos sistemas biológicos, além dos princípios de farmacologia, vigilância sanitária e epidemiológica, metodologia científica, tomada de decisões baseada em evidências científicas, e funcionamento dos sistemas de saúde.

No campo de atuação profissional, foi como gestor de Saúde Pública que me projetei para a vida política, os achados mais significativos relacionados a ocupação do cargo em discussão são o fato de que fui secretário de saúde de São Bernardo do Campo- SP em diversas ocasiões, e vice-prefeito e prefeito da mesma cidade entre 2001 e 2008, adquirindo assim conhecimento vasto a respeito de procedimentos de legislação, regulação, aplicação prática, organização e procedimentos administrativos na área de saúde em geral, inclusive os relativos a vigilância epidemiológica e sanitária.

A afinidade intelectual e moral com o cargo é patente – Nascido de família simples, com uma formação moral tradicional e sólida, minha história de vida e profissional foi pautada por atuações voltadas ao bem do coletivo, com destaque especial na área da saúde.



Dr. William Dib
outubro/2016



Eu, William Dib, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 3821007 – SSP - SP e do CPF 493.336.318-87, declaro a não existência de parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

São Paulo, 02 de outubro de 2016



William Dib



Eu, William Dib, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 3821007 – SSP - SP e do CPF 493.336.318-87, declaro quanto minha participação, em todos os tempos, somente nas seguintes empresas:

Sermed Serviços Médicos do ABC S/S Ltda

CNPJ 43.294.461/0001-27

Data de abertura da empresa (entrada): 14/05/1980 (data do contrato); sendo 14/08/1980 a data solicitação de registro do contrato).

Data da saída do contrato: 21/03/2002 data do contrato (com data do registro 20/06/2002).

Dibcor Assistência Médica S/S Ltda

CNPJ 02.217.733/0001-08

Data de abertura da empresa (entrada): 11/09/1997 (data do contrato), sendo 09/10/1997 (data de registro do contrato).

Data da saída do contrato: 21/03/2002 data do contrato (com data do registro 22/08/2002).

São Paulo, 02 de outubro de 2016



William Dib



Eu, William Dib, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 3821007 – SSP - SP e do CPF 493.336.318-87, DECLARO para fins no disposto do artigo 383, I, b, 4, e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, com a alteração dada pela Resolução nº 41/2013, **QUE NÃO CONFIGURO COMO AUTOR OU RÉU EM NENHUMA OUTRA AÇÃO JUDICIAL À EXCEÇÃO DAS ABAIXO:**

**1 - PRIMEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**

Processo nº 159/2008

Ação Popular nº 0006922-39.2008.8.26.0564

(Documentos anexos)

2 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

1ª Vara Cível de São Bernardo do Campo

Ação popular nº 0048339-11.2004.8.26.0564

(Documentos anexos)

3 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Bernardo do Campo

FORO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

5ª VARA CRIMINAL

(Documentos anexos)

São Paulo, 21 de outubro de 2016

William Dib



Eu, William Dib, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 3821007 – SSP - SP e do CPF 493.336.318-87, DECLARO para fins no disposto do artigo 383, I, b, 5, e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, com a alteração dada pela Resolução nº 41/2013, que ocupo o cargo de Conselheiro de Administração, na EMPLASA, Empresa de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo desde abril de 2015.

São Paulo, 21 de outubro de 2016



William Dib



PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS SÃO BERNARDO DO CAMPO
DISCO ÓTICO - 15400P



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE

CIVIL POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA.

"DIB COR ASSISTÊNCIA MÉDICA S/C LTDA"

WILLIAM DIB, brasileiro, maior, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG n. 3.821.007 - SSP - SP, do CPF n. 493.336.318-87 e do CRM n. 17.937, residente e domiciliado a Rua José Bonifácio, 350 - Apto. 11 - Centro - Município de São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo - CEP: 09721-160;

ARTURO OMAR LAZARTE, brasileiro naturalizado, maior, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG n. 11.906.655-5 - SSP - SP, do CPF n. 921.867.938-49 e do CRM n. 32.902, residente e domiciliado a Rua Aziz Jabur Maluf, 98 - Vila Clementino - Município de São Paulo - Estado de São Paulo - CEP: 04041-040;

MARCELO BRUNO PALAZZI, brasileiro, maior, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG n. 14.032.592 - SSP - SP, do CPF n. 053.491.558-22 e do CRM n. 64.936, residente e domiciliado a Rua Bela Vista, 180 - 2º Andar - Apto. 21 - Edifício Solar Vermelho - Centro - Município de São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo - CEP: 09715-030;

ANTONIO CARLOS SOARES DA COSTA, brasileiro, maior, desquitado, médico, portador da Cédula de Identidade RG n. 6.354.697 - SSP - SP, do CPF n. 516.215.928-04 e do CRM n. 15.675, residente e domiciliado a Rua Nova York, 711 - Apto. 52 - Cidade Monções - Município de São Paulo - Estado de São Paulo - CEP: 04560-001;

RUY FERREIRA IACOPONI JUNIOR, brasileiro, maior, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG n. 6.437.488 - SSP - SP, do CPF n. 058.574.168-92 e do CRM n. 50.018, residente e domiciliado a Rua Tome de Souza, 209 - Apto. 111 - Centro - Município de São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo - CEP: 09710-000

MARIA CRISTINA GUERRA PASSARELLI, brasileira, maior, solteira, médica, portadora da Cédula de Identidade RG n. 9.071.203 - SSP - SP, do CPF n. 045.109.108-60 e do CRM n. 43.126, residente e domiciliado a Rua Gaivota, 916 - Apto. 91 - Bairro Moema - Município de São Paulo - Estado de São Paulo - CEP: 04522-032;

APICE ESCRITÓRIO CONTÁBIL



PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS SÃO BERNARDO DO CAMPO
DISCO ÓTICO - 154002



JOÃO CHAKER SABA, brasileiro, maior, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG n. 3.002.746 - SSP - SP, do CPF n. 389.788.738-04 e do CRM n. 23.002, residente e domiciliado a Av. Macuco, 240 - Apto. 124 - Bairro Moema - Município de São Paulo - Estado de São Paulo - CEP: 04523-000;

CARLOS MANUEL ELIZALDE MONCADA, peruano, maior, casado, médico, portador da Cédula de Identidade Estrangeira RNE n. V 106240-S - SPMAF - SP, do CPF n. 163.120.648-67 e do CRM n. 89.988, residente e domiciliado a Rua Salvador de Edra, 79 - Apto. 24 - Bairro Mirandópolis - Município de São Paulo - Estado de São Paulo - CEP: 04055-010;

De comum acordo e na melhor forma de direito, resolvem constituir uma sociedade civil por quotas de responsabilidade Ltda., nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A sociedade girará sob a denominação de **"DIB COR ASSISTÊNCIA MÉDICA S/C LTDA"**

CLÁUSULA SEGUNDA:

A sociedade terá sua sede social a Rua Atlântica, 495 - Jardim do Mar - Município de São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo - CEP: 09750-480;

CLÁUSULA TERCEIRA:

O objetivo social da empresa será a de prestação de serviços médicos em geral e serviços de cardiologia.

CLÁUSULA QUARTA:

O capital social será de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), divididos em 100 (Cem) quotas sociais no valor de R\$ 100,00 (Cem reais) cada quota social, assim distribuída entre os sócios:

APICE ESCRITÓRIO CONTÁBIL



PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS SÃO BERNARDO DO CAMPO
DISCO ÓTICO - 154002



SÓCIOS:	QUOTAS:	VALOR:
WILLIAM DIB	44%	R\$ 4.400,00
ARTURO OMAR LAZARTE	44%	R\$ 4.400,00
MARCELO BRUNO PALAZZI	2%	R\$ 200,00
ANTONIO CARLOS SOARES DA COSTA	2%	R\$ 200,00
RUY FERREIRA IACOPONI JUNIOR	2%	R\$ 200,00
MARIA CRISTINA GUERRA PASSARELLI	2%	R\$ 200,00
JOÃO CHAKER SABA	2%	R\$ 200,00
CARLOS MANUEL ELIZADE MONCADA	2%	R\$ 200,00
TOTAL:	100%	R\$ 10.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO:

O capital social foi neste ato totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País.

CLÁUSULA QUINTA:

A responsabilidade dos sócios é limitada ao montante do capital social, em conformidade com o Decreto nº 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919;

CLÁUSULA SEXTA:

Para os efeitos do disposto no inciso III do artigo 38 da Lei nº 4.725 de 13.07.65, bem como do contido no item IV do artigo 74 do Decreto nº 57.651 de 19.11.66, alterado pelo Decreto nº 82.482 de 24.10.78 e na conformidade do artigo do Decreto nº 65.400 de 13.10.69 e dos parágrafos 1 e 2 do artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15.12.76, os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

APICE ESCRITÓRIO CONTÁBIL



PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS SÃO BERNARDO DO CAMPO
DISCO ÓTICO - 154002



PARÁGRAFO ÚNICO:

Por consenso dos sócios a administração poderá ser alterada mediante registro de alteração de contrato social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O exercício social será de 12 (doze) meses consecutivos, encerrando-se em 31 de Dezembro de cada ano civil. O balanço geral será levantado no término do exercício social, para apuração do resultado econômico.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

*O sócio **WILLIAM DIB** terá direito a uma retirada mensal a título de Pró-Labore, como remuneração de desempenho de suas funções, sempre observando os limites previstos na legislação de Imposto de Renda.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

Apurado o resultado do exercício, constituída as provisões usuais e as reservas em que os sócios acordarem, o remanescente do lucro será dividido entre os sócios na mesma proporção de sua participação no capital social. Na mesma proporção devem suportar os prejuízos que se verificarem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Fica eleito o foro da comarca de São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outra seja, para dirimir toda e qualquer dúvida do presente instrumento Particular de Contrato Social de Constituição de Sociedade Civil por Quotas de Responsabilidade Ltda.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento particular de constituição de sociedade civil por quotas de responsabilidade Ltda. em 03 (três) vias de igual teor na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

APICE ESCRITÓRIO CONTÁBIL



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE
CIVIL POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA.
"DIB COR ASSISTÊNCIA MÉDICA S/C LTDA."



São Bernardo do Campo, 11 de setembro de 1997.

LISTA DE NOTAS

Sócios:

William DIB
Marcelo Bruno Paluzzi
Ruy Ferreira Jacoponi Júnior
João Chaker Saba
Antônio Carlos Soares da Costa
Maria Cristina Guerra Passarelli
Carlos Manuel Elizalde Moncada

Testemunhas:

Notário

Nelson Tomigawa
RG n. 5.211.989 - SSP - SP

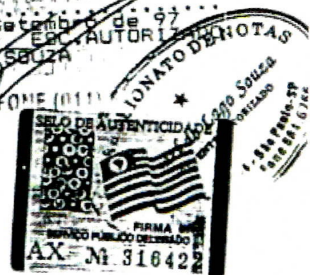
Sigleko Jitaku Tomigawa
RG n. 12.886.416-SSP-SP

Hélio Patrizzi Júnior
RG n. 20.282.413-5 - SSP - SP

Redado:

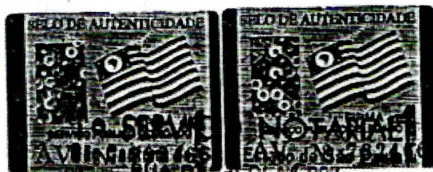
Edson Jitaku Tomigawa
CPF n. 140.586.698-97
OAB/SP n. 149.632
40ª Subseção de S.C.Sul

22.º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO PAULO
* VALIDO SO COM SELO DE AUTENTICIDADE *
RECONHEÇO por semelhança a firma de:
JOÃO CHAKER SABA, 17 de Setembro de 97
SÃO PAULO
PAID R\$ 10,83
MISAELO DO LAGO SOUZA
29954870279249908193-00
AV. BRASIL, 564 - CAPITAL



SERVIÇO NOTARIAL
Zigomar Leme da Silva
TAB

APICE ESCRITÓRIO CONTABIL



Zigomar Leme da Silva - Tabelião - CIC 54967928-03
Residência (s/c) OL Fmela) M no
Edson Jitaku Tomigawa
Edson Jitaku Tomigawa

Parte integrante do Avulso da MSF nº 102 de 2016.

PRIMEIRO CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS**

AV. ÍNDICO, Nº 30 - 1º ANDAR - SÃO BERNARDO DO CAMPO - SÃO PAULO

C E R T I F I C O que o título, abaixo descrito por extrato, foi hoje APRESENTADO, PROTOCOLIZADO e REGISTRADO em disco ótico sob número *154.802, no **Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas**.

EXTRATO:

Título.....CONTRATO SOCIAL
 Valor.....**10.000,00
 Número de Certidoes.....*****3
 Número de cópias em disco ótico.....*****4
 Páginas Adicionais.....*****0

CUSTAS:

Emolumentos.....*****158,11
 Ao Estado.....*****42,68
 A Carteira das Serventias.....*****31,62
 Condução.....*****0,00
 TOTAL.....*****232,41

APRESENTANTE:

DIB COR ASSISTENCIA MEDICA S/C LTDA

OBSERVAÇÕES:

CONTRATO SOC-PJ

S.B.CAMPO

,09 de OUTUBRO de 1997

Vicente do Amaral Gungel
 VICENTE DO AMARAL GUNGEL
 Oficial



DIB COR ASSISTÊNCIA MÉDICA S/C LTDA.**ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL N.º 01.**1º OFICIAL DE REG. CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP

171480

Nº DE REGISTRO:

WILLIAM DIB, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.821.007 SSP/SP e do CPF n.º 493.336.318-87, inscrito no CRM n.º 17.937, residente e domiciliado à Rua José Bonifácio, n.º 350 – apto 11, Centro – São Bernardo do Campo – Estado de São Paulo – CEP 09721-160;

ARTURO OMAR LAZARTE, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 11.906.655-5 SSP/SP e do CPF n.º 921.867.938-49, inscrito no CRM sob n.º 32.902, residente e domiciliado à Rua Aziz Jabur Maluf, n.º 98 – Vila Clementino – São Paulo – Estado de São Paulo – CEP 04041-040;

MARCELO BRUNO PALAZZI, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de identidade RG, n.º 14.032.592 e do CPF n.º 053.491.558-22 e do CRM n.º 64.936, residente e domiciliado à Rua Bela Vista, n.º 180 – 2º andar – apto 21 – Edifício Solar Vermelho – Centro – São Bernardo do Campo – Estado de São Paulo – CEP 09715-030;

ANTONIO CARLOS SOARES DA COSTA, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG, n.º 6.354.697 SSP/SP e do CPF n.º 516.215.928-04 e do CRM sob n.º 15.675, residente e domiciliado à Rua Jau, n.º 106 – Vila Baeta Neves – São Bernardo do Campo – Estado de São Paulo – CEP 09751-280;

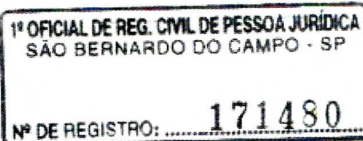
RUY FERREIRA IACOPONI JUNIOR, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.437.488 SSP/SP e do CPF n.º 058.574.168-92 e do CRM n.º 50.018, residente e domiciliado à Rua Tome de Souza, n.º 209 – apto 111 – Centro – São Bernardo do Campo – São Paulo – CEP 09710-000;

MARIA CRISTINA GUERRA PASSARELLI, brasileira, maior, solteira, médica, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 9.071.203 SSP/SP e do CPF n.º 045.109.108-60 e do CRM sob n.º 43.126, residente e domiciliada à Rua Gaivota, n.º 916 – apto 91 – Moema – São Paulo – Estado de São Paulo – CEP 04522-032;

JOÃO CHAKER SABA, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG, n.º 3.002.746 SSP/SP e do CPF n.º 389.788.738-04 e do CRM sob n.º 23.002, residente e domiciliado a Avenida Macuco, 240, apto 124 – Moema – São Paulo – Estado de São Paulo – CEP 04523-000;

CARLOS MANUEL ELIZALDE MONCADA, peruano, casado, médico, portador da Cédula de Identidade Estrangeira RNE n.º V 106240-S – SPMAF – SP e do CPF n.º 163.120.648-68 e do CRM sob n.º 89.988, residente e domiciliado à Rua Salvador de Edra, 79 – apto 24 – Mirandópolis – São Paulo, Estado de São Paulo – CEP 04055-010;





Sócios componentes da sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada que gira sob a denominação social de **DIB COR ASSISTÊNCIA MÉDICA S/C LTDA**, com sede à Rua Atlântica, n.º 495 – Jardim do Mar – São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo - CEP 09750-480, conforme Contrato Social registrado e arquivado no Primeiro Registro Civil de Pessoas Jurídicas de São Bernardo do Campo sob n.º 154.002 em data de 09 de outubro de 1997.

E mais,

MURILO WILLIAM DIB, brasileiro, solteiro, maior, médico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 17.176.423-7 e do CPF n.º 192.566.348-56, inscrito no CRM-SP sob n.º 97.989, residente e domiciliado à Rua José Bonifácio, n.º 350, 1º andar – apto 11 – Centro – São Bernardo do Campo – Estado de São Paulo – CEP 09721-160.

Resolvem, de comum acordo, e na melhor forma de direito:

1. O sócio **WILLIAM DIB**, acima qualificado, cede e transfere a totalidade das 44 (quarenta e quatro) quotas, a **MURILO WILLIAM DIB**, acima qualificado, passando este último a fazer parte da sociedade.

2. o Capital Social permanece inalterado tanto no valor quanto na quantidade de quotas que é de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), dividido em 100 (Cem) quotas, no valor de R\$ 100,00 (Cem Reais) cada uma, assim distribuída entre os sócios:

ARTURO OMAR LAZARTE	44 quotas, no valor de R\$ 4.400,00
MURILO WILLIAM DIB	44 quotas, no valor de R\$ 4.400,00
MARCELO BRUNO PALAZZI	2 quotas, no valor de R\$ 200,00
ANTONIO CARLOS SOARES DA COSTA	2 quotas, no valor de R\$ 200,00
RUY FERREIRA IACOPONIO JUNIOR	2 quotas, no valor de R\$ 200,00
MARIA CRISTINA GUERRA PASSARELLI	2 quotas, no valor de R\$ 200,00
JOÃO CHAKER SABA	2 quotas, no valor de R\$ 200,00
CARLOS MANUEL ELIZADE MONCADA	2 quotas, no valor de R\$ 200,00
TOTAL	100 quotas, no valor de R\$ 10.000,00

Parágrafo Único - A responsabilidade dos sócios fica limitada à importância do capital social, conforme **ARTIGO SEGUNDO IN FINE** do Decreto 3708 de 10 de janeiro de 1919.

3. A sociedade será administrada indistintamente por ambos os sócios, na qualidade de sócios-gerentes, cabendo-lhes, individualmente, praticar quaisquer atos no exercício da regular administração, ressalvando-se os seguintes casos em que será obrigatória a assinatura conjunta:

- abrir contas bancárias;
- emitir notas promissórias ou quaisquer outros tipos de títulos de crédito;
- nomear procuradores e mandatários;
- autorizar a abertura, o fechamento e a mudança de filiais ou outros tipos de estabelecimentos;
- autorizar a tomada ou cessão em locação e a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis, bem como a aquisição e alienação de participações societárias;
- prestar garantias;
- autorizar o levantamento de balanços intermediários;
- aprovar as demonstrações financeiras e deliberar quando à destinação dos resultados.



4. Consolidar o Contrato Social que passa a vigorar com a seguinte redação:

PRIMEIRA

A sociedade é civil por quotas de responsabilidade limitada e girará sob a denominação social de "DIB COR ASSISTÊNCIA MÉDICA S/C LTDA."

SEGUNDA

A sociedade terá sua sede à Rua Atlântica, 495 - Jardim do Mar - São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo - CEP 09750-480.

Parágrafo Único: - Por deliberação dos sócios, a sociedade pode instalar ou extinguir filiais e quaisquer outras formas de estabelecimentos em qualquer ponto do território nacional.

TERCEIRA

O objetivo social da empresa será a de prestação de Serviços médicos em geral e serviços de cardiologia.

QUARTA

O capital social é de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), dividido em 100 (Cem) quotas, com valor nominal de R\$ 100,00 (Cem Reais) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

ARTURO OMAR LAZARTE	44 quotas, no valor de R\$ 4.400,00
MURILO WILLIAN DIB	44 quotas, no valor de R\$ 4.400,00
MARCELO BRUNO PALAZZI	2 quotas, no valor de R\$ 200,00
ANTONIO CARLOS SOARES DA COSTA	2 quotas, no valor de R\$ 200,00
RUY FERREIRA IACOPONI JUNIOR	2 quotas, no valor de R\$ 200,00
MARIA CRISTINA GUERRA PASSARELLI	2 quotas, no valor de R\$ 200,00
JOÃO CHAKER SABA	2 quotas, no valor de R\$ 200,00
CARLOS MANUEL ELIZARDE MONCADA	2 quotas, no valor de R\$ 200,00

TOTAL

100 quotas, no valor de R\$ 10.000,00

Parágrafo Único - O capital social neste ato totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País

QUINTA

A responsabilidade dos sócios é limitada ao montante do capital social, em conformidade com o Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

SEXTA

Para os efeitos do disposto no inciso III do artigo 38 da Lei nº 4.725 de 13.07.65, bem como o contido no item IV do artigo 74 do Decreto nº 57.651 de 19.11.66, alterado pelo Decreto nº 82.482 de 24.10.78 e na conformidade do artigo do Decreto nº 65.400 de 13.10.69 e dos parágrafos 1 e 2 do artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15.12.76, os sócios declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividades mercantis.

SÉTIMA

O prazo de duração é por tempo indeterminado.

OITAVA

A morte ou incapacidade de um dos quotistas como pessoa física ou falência do quotista como pessoa jurídica, não acarretará na dissolução da sociedade devendo as quotas do quotista falecido, declarado incapaz, ou falido, serem transferidos a seus herdeiros.

NONA

O sócio que desejar retirar-se da sociedade ou ainda ceder ou transferir suas quotas, deverá comunicar sua intenção por carta registrada, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. Nestes casos os sócios remanescentes terão preferência na aquisição de quotas.

1º OFICIAL DE REG. CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP

Nº DE REGISTRO: 171480



1º OFICIAL DE REG. CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP

Nº DE REGISTRO: 171480

DÉCIMA

A sociedade extinguir-se-á somente por livre consenso dos sócios e nos casos previstos em lei.

DÉCIMA PRIMEIRA

No caso de liquidação da sociedade o patrimônio líquido será distribuído entre os sócios de acordo com o percentual de participação no capital social.

DÉCIMA SEGUNDA

A sociedade será administrada indistintamente por ambos os sócios, na qualidade de sócios-gerentes, cabendo-lhes, individualmente, praticar quaisquer atos no exercício da regular administração, ressalvando-se os seguintes casos em que será obrigatória a assinatura conjunta:

- abrir contas bancárias;
- emitir notas promissórias ou quaisquer outros tipos de títulos de crédito;
- nomear procuradores e mandatários;
- autorizar a abertura, o fechamento e a mudança de filiais ou outros tipos de estabelecimentos;
- autorizar a tomada ou cessão em locação e a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis, bem como a aquisição e alienação de participações societárias;
- prestar garantias;
- autorizar o levantamento de balanços intermediários;
- aprovar as demonstrações financeiras e deliberar quanto à destinação dos resultados.

Parágrafo Único – Por consenso dos sócios a administração poderá ser alterada mediante registro de alteração de contrato social.

DÉCIMA TERCEIRA

O exercício social será de 12 (doze) meses consecutivos, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano civil. O balanço geral será levantado no término do exercício social, para apuração do resultado econômico.

DÉCIMA QUARTA

Os sócios gerentes farão jus a uma remuneração mensal a título de "Pro-Labore", a ser fixada de comum acordo entre eles, obedecidos, sempre, os limites fixados pela legislação do imposto de renda.

DÉCIMA QUINTA

Apurado o resultado do exercício, constituída as provisões usuais e as reservas em que os sócios acordarem, o remanescente do lucro será dividido entre os sócios na mesma proporção de sua participação no capital social. Na mesma proporção devem suportar os prejuízos que se verificarem.

DÉCIMA-PRIMEIRA

Todos os casos omissos ou dúvidas que surgirem na vigência do presente contrato, serão solucionados conforme legislação em vigor no País, elegendo o foro desta Comarca, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato na presença de suas testemunhas em três vias de igual teor e forma e será devidamente registrado para que produza os efeitos legais.



CARTÓRIO DO 1º TABELÃO DE NOTAS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP
TABELÃO: ARCEMILIO FERNANDES PORTONIERI
Rua Dr. Fláquer, 170 - Centro - TELEFAX: 41252300
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA 0001 FIRMA(S) DE:
CARLOS MANUEL ELIZALDE NOGADA
SÃO BERNARDO DO CAMPO, 15 DE MAIO DE 2002.
DA VERDADE

SUELY GOMEIRO DA SILVA - ESCRIVENTE
*** VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE ***
Carimbo: 315959 Custas: R\$ 111,83

SP 1878AA099185

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Seção de Registro de Empresas

REGISTRADO SOB N.º 22054
NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N.º 8839/80.

S. P. 22051200

- ☐ Alandino Pimenta de Faria Filho
☐ João Carlos Ferreira Júnior
☒ Marcelo Benedito Manfré

2º Tabelião de Notas de Santo André - SP
Rua Monte Casseros, 275 - Centro - CEP: 09015-020 - Fone: 4427-9712

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE:
CARLOS MANUEL ELIZALDE NOGADA
SANTO ANDRÉ, 15/05/2002
DA VERDADE

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

SP 1862AA071711

4º TABELÃO DE NOTAS
S. BERNARDO DO CAMPO
Rua Rio Branco, 515 - F. 4125-6333
Douglas Aparecido Matos da Oliveira
Escrivente

Valido somente com o Selo de Autenticidade
4º. Tabelião de Notas de São Bernardo do Campo - SP
Rua Rio Branco, 515 - Praia da Matriz - Fone: (011) 448.6333
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de: WILLIAM DIB, ARTUR OMAR LA
MARTE, ANTONIO CARLOS SOARES DA COSTA, do fe
S. B. do Campo, 25/04/2002
Da Verdade.

ANA PAULA NUNES DE SOUZA SIMÕES - ESCRIVENTE
Por Firma.: 1,87 Total.: 85,49

Valido somente com o Selo de Autenticidade
4º. Tabelião de Notas de São Bernardo do Campo - SP
Rua Rio Branco, 515 - Praia da Matriz - Fone: (011) 448.6333
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de: RUY FERREIRA JACOPONI JUNIO
R, JOAO CHAKER SARA, MURILO WILLIAM DIB, do fe
S. B. do Campo, 25/04/2002
Da Verdade.

ANA PAULA NUNES DE SOUZA SIMÕES - ESCRIVENTE
Por Firma.: 1,87 Total.: 85,49

Valido somente com o Selo de Autenticidade
4º. Tabelião de Notas de São Bernardo do Campo - SP
Rua Rio Branco, 515 - Praia da Matriz - Fone: (011) 448.6333
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de: FLORENTINO DELONGO, FABIO ANT
ONIO CASSETARI, MARILENE MARIA DA SILVA, do fe
S. B. do Campo, 25/04/2002
Da Verdade.

ANA PAULA NUNES DE SOUZA SIMÕES - ESCRIVENTE
Por Firma.: 1,87 Total.: 85,49

SP 1881AA074401

SP 1881AA030770

SP 1881AA030768

SP 1881AA030768

SP 1881AA030767



PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
 AV. ÍNDICO, Nº 30 - 1º ANDAR - SÃO BERNARDO DO CAMPO - SÃO PAULO

C E R T I F I C A D O que o Título, assim descrito no
 extrato, foi APRESENTADO para registro e PRENOTADO em 21/08/2002 sob
 o número 1171.460 e REGISTRADO em 22/08/2002, em meio magnético, no
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

EXTRATO:

Título.....ALTIMACAL CONTRATUAL
 Valor.....R\$ 117.460,00
 Número de Cartões.....1
 Número de cópias em disco óptico.....1
 Padrão de Autenticação.....1

CUSTAS:

Emolumentos.....R\$ 77,60
 Ar. Cat. de.....R\$ 20,95
 v. Carteira de Serventias.....R\$ 15,52
 Selo de.....R\$ 10,88
 Selo de.....R\$ 0,00
TOTAL.....R\$ 117,95

APRESENTANTE:

RIO DE JANEIRO INDUSTRIA MEDICA S/A LTDA

OBSERVAÇÕES:

154000, 400

SÃO BERNARDO DO CAMPO

22 DE AGOSTO

de 2002

Escritor Autorizado

"SERMED - SERVIÇOS MÉDICOS DO A.B.C., S/C LTDA"
(Contrato social orgânico)

PRIMEIRO REGISTRO DE CONTRATO SOCIAL
AUTENTICADO POR
NOTÁRIO Nº 23092

Os abaixo assinados,

DR. NINTON LUIZ PORCHIA, brasileiro, casado, médico, portador do RG. nº 2.588.741-SP. e do C.P.F. nº 006.987.338-00, residente e domiciliado à Rua Siqueira Campos, nº 945, 8º andar, apto. 81, / em SANTO ANDRÉ (SP); **DR. PAULO DE TARSO RAMACCIOTTI**, brasileiro casado, médico, portador do RG. nº 3.824.982-SP. e do C.P.F. nº. 591.534.158-68, residente e domiciliado à Rua Domício Rossi, / nº 139, apto. 84, 8º andar, em SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP) e **DR. WILLIAM DIB**, brasileiro, casado, médico, portador do RG. nº..... 3.821.007-SP. e do C.P.F. nº 493.336.318-87, residente e domiciliado à Rua Ailton Gomes de Miranda, nº 375, em SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP); têm entre si, livremente e de pleno acordo, convencionado a organização e constituição de uma Sociedade Civil por cotas de responsabilidade limitada de acordo com o Decreto 1763 de 16 de Janeiro de 1919, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade operará e girará sob a denominação e razão social de **SERMED - SERVIÇOS MÉDICOS DO A.B.C., S/C LTDA.**, e terá sede e foro na Cidade e Comarca de SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP), à R. DR. Fláquer, nº 288, podendo abrir e extinguir filiais ou escritórios de representação em todo o território nacional a critério dos sócios e observadas as exigências legais;

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem por objeto a exploração de prestação de serviços médicos em geral, em nível ambulatorial;

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de duração da sociedade será por tempo **INDETERMINADO**;

CLÁUSULA QUARTA - O capital social é de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) divididos em 300 (trezentas) cotas de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada uma, assim distribuídos entre os sócios:

- **DR. NINTON LUIZ PORCHIA**, 100 cotas ou seja Cr\$ 100.000,00 -
- **DR. PAULO DE TARSO RAMACCIOTTI**, 100 cotas ou seja Cr\$ 100.000,00 -
- **DR. WILLIAM DIB**, 100 cotas ou seja Cr\$ 100.000,00 -

TOTAL 300

Cr\$ 300.000,00

(continua fls. 2)

(continuação da folha 1)

(fls.2)

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos termos do artigo 29 "in fine" do decreto 1708 de 10/01/19, a responsabilidade dos sócios fica limitada a importância total do capital social.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de ocorrer encerramento ou liquidação da sociedade os bens remanescentes, se houverem, serão distribuídos aos sócios na proporção de seus capitais.

CLÁUSULA QUINTA - a administração da Sociedade e o uso da firma caberão aos sócios, SEMPRE EM CONJUNTO DE DOIS, representando-a em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, podendo nomear procuradores, se necessário, vedado, porém, o uso da firma em negócios estranhos à sociedade, endossos, avais ou fianças.

PARÁGRAFO ÚNICO - A administração social poderá ser alterada por consenso dos sócios.

CLÁUSULA SEXTA - O exercício social será compreendido entre os períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, sendo que os lucros ou prejuízos apurados em balanço encerrado no fim do exercício de cada ano serão divididos ou suportados pelos sócios de forma proporcional aos seus capitais.

CLÁUSULA SÉTIMA - Os sócios combinarão entre si as retiradas a título de "pro-labore", de acordo com as normas vigentes, em especial as do I.R. e as do IAPAS.

CLÁUSULA OITAVA - As cotas de cada sócio não poderão ser transferidas a terceiros, parcial ou totalmente, sem o prévio e expresse consentimento dos demais sócios, que tem reservado o direito de preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA NONA - Na hipótese da retirada de um dos sócios, este deverá comunicar por escrito sua decisão aos demais, que terão prazo de 60 dias para optarem pela inclusão de um novo sócio no lugar do retirante, ou pelo rateio entre si das cotas do retirante, pelo preço e condições que combinarem e não havendo acordo sobre estas obedecer-se-á o disposto na cláusula 10a.

CLÁUSULA DÉCIMA - A presente sociedade não entrará em dissolução e consequentemente em liquidação, por retirada, morte, falência, ou incapacidade de qualquer dos sócios, desde que os demais queiram prosseguir com a sociedade. Ocorrendo um destes fatos, os haveres do sócio que falecer, for declarado falido, interdito, incapaz ou que de sejar retirar-se, serão apurados os bens em balanço levantado especialmente para esse fim, e pagos ao sócio retirante, seus

(continua fls. 1)



U4

(seus) herdeiros ou representantes legais do capital, lucros ou quaisquer outros créditos, mediante 10% (dez por cento) em dinheiro à vista, e o restante em 24 (vinte e quatro) prestações, mensais, sem juros e com correção monetária, mensais e sucessivas, sendo que a primeira será vencível 30 (trinta) dias após a alteração do contrato social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Na hipótese da morte de / qualquer dos sócios, os / seus sucessores poderão optar ou pela participação na sociedade ou pelo recebimento do que lhes couber como sucessores nos termos da cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Todos os casos omissos, / ou dúvidas que surgirem / na vigência do presente contrato, serão solucionadas conforme / legislação em vigor no País, elegendo o foro desta Comarca, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justo e contratado, / assinam, o presente contrato em 04 (quatro) vias, de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas a tudo presente, sendo que uma das vias será devidamente registrada para que produza os efeitos legais.

SÃO PAULO DO CAPI (SP), 14 de MAIO de 1.980

DR. NESTOR LUIZ PORCHIA.

DR. PAULO DE TARSO RAMACCIOTTI.

DR. WILLIAM DIB.

TESTEMUNHAS

DR. ALTAIR DE FAVARI MARQUES

MARLENE RIBEIRO.

... CARTÃO DE NOTAS ...

Dou fô. Santo André, 14 de MAIO de 1980

Em test. de 2 (duas) testemunhas.



PROCESSO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
SÃO BERNARDO DO CAMPO

Aprova-se: **Woj, PROTOCOLO E**
REGISTRADO EM MICROFILME SUB
Nº 23603

São Bernardo do Campo, 29 03 1978

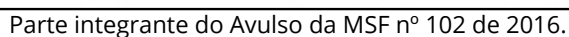
SELOS PAGOS PELA
QUA Nº 160, 180

NOTA FISCAL Nº 1
SÃO BERNARDO DO CAMPO

Rubens de Azevedo Gorgul
 Vendedor

Vendedor de Azevedo Gorgul
 Vendedor de Azevedo Gorgul





1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Comarca de São Bernardo do Campo - Est. de São Paulo
CERTIDÃO

CERTIDÃO de autenticidade da presente cópia fotogrâ-
fica em 06 folhas, todas e nume-
radas, do documento registrado
neste Cartório em 05/08/80, MICROFILMADO
sob n.º 23.603, o qual, nos termos do Art.
1.º da Lei Federal nº 5.453, de 8/5/68, tem o mes-
mo valor do original, em juízo ou fora dele.
São Bernardo do Campo (SP), 19/08/2016

1.º Cartório de Registro Civil das Pessoas
Jurídicas - São Bernardo do Campo
EMCL. Cr\$ 439,00
AD. Cr\$ 116,64
ACAD. Cr\$ 86,40
TOTAL Cr\$ 642,04
SELOS PAGOS PELA
GUIA N.º _____

Primeiro Registro Civil de Pessoas Jurídicas
São Bernardo do Campo
Vicente de Amaral Gurgel
OFICIAL
Sergio Jacomino
ESCREVENTE AUTORIZADO
Paulo Nunes Barreto
AUXILIAR

TABELÃO DE NOTAS - SBC
Fiaquer, 170 - Centro - SBC
FABRÍCIO H. PORTINIERI - TABELÃO
ACERTADO F. PORTINIERI - TABELÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia fotográfica que contém o
original, apresentado, dou fé.
20 JUL. 2004
0965AA665746
FABRÍCIO H. PORTINIERI - substituto
MAURÍCIO H. PORTINIERI - substituto
GUSTAVO GABRIEL SILVA - escrevente
FRANCO DE BASSO - escrevente
FRANCISCO NUNO PEDREIRA - escrevente
SÉRGIO DA SILVA ROBERTO - escrevente
Valor p/ autentic. R\$ 1,20





SERMED SERVIÇOS MÉDICOS DO ABC S/C LTDA.

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL N.º 08.

1º OFICIAL DE REG. CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP

Nº DE REGISTRO: 170839

WILLIAM DIB, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.821.007 SSP/SP e do CPF n.º 493.336.318-87, inscrito no CRM-SP n.º 17.937, residente e domiciliado à Rua José Bonifácio, n.º 350 - apto 11, Centro - São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo - CEP 09721-160,

ARTURO OMAR LAZARTE, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 11.906.655-5 SSP/SP e do CPF n.º 921.867.938-49, inscrito no CRM-SP sob n.º 32.902, residente e domiciliado à Rua Aziz Jabur Maluf, n.º 98 - Vila Clementino - São Paulo - Estado de São Paulo - CEP 04041-040,

Sócios componentes da sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada que gira sob a denominação social de **SERMED SERVIÇOS MÉDICOS DO ABC S/C LTDA**, com sede à Rua Atlântica, n.º 495 - sala 01 - Jardim do Mar - São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo - CEP 09750-480, conforme Contrato Social registrado e arquivado no Primeiro Registro Civil de Pessoas Jurídicas de São Bernardo do Campo sob n.º 23.603 em data de 25 de agosto de 1980, e última alteração sob n.º 168.213 em data de 30 de outubro de 2001.

E mais;

MURILO WILLIAM DIB, brasileiro, solteiro, maior, médico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 17.176.423-7 e do CPF n.º 192.566.348-56, inscrito no CRM-SP sob n.º 97.989, residente e domiciliado à Rua José Bonifácio, n.º 350, 1º andar - apto 11 - Centro - São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo - CEP 09721-160.

Resolvem, de comum acordo, e na melhor forma de direito:



1. O sócio **WILLIAM DIB**, acima qualificado, cede e transfere a totalidade das quotas, a **ARTURO OMAR LAZARTE** e **MURILO WILLIAM DIB**, acima qualificados, passando este último a fazer parte da sociedade.

2. Fica alterado o Capital Social para R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais), dividido em 1.000 (Mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, assim distribuída entre os sócios:

ARTURO OMAR LAZARTE	500 quotas, no valor de R\$ 500,00
MURILO WILLIAM DIB	500 quotas, no valor de R\$ 500,00
TOTAL	1.000 quotas, no valor de R\$ 1.000,00



Parágrafo 1º - As novas quotas são integralizadas pelos sócios em moeda corrente do país.

Parágrafo 2º - A responsabilidade dos sócios fica limitada à importância do capital social, conforme

ARTIGO SEGUNDO IN FINE do Decreto 3708 de 10 de janeiro de 1919.

3. A sociedade será administrada indistintamente por ambos os sócios, na qualidade de sócios-gerentes, cabendo-lhes, individualmente, praticar quaisquer atos no exercício da regular administração, ressalvando-se os seguintes casos em que será obrigatória a assinatura conjunta:

- abrir contas bancárias;
- emitir notas promissórias ou quaisquer outros tipos de títulos de crédito;
- nomear procuradores e mandatários;
- autorizar a abertura, o fechamento e a mudança de filiais ou outros tipos de estabelecimentos;
- autorizar a tomada ou cessão em locação e a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis, bem como a aquisição e alienação de participações societárias;
- prestar garantias;
- autorizar o levantamento de balanços intermediários;
- aprovar as demonstrações financeiras e deliberar quando à destinação dos resultados.

4. Consolidar o Contrato Social que passa a vigorar com a seguinte redação:

PRIMEIRA

A sociedade é civil por quotas de responsabilidade limitada e girará sob a denominação social de **"SERMED SERVIÇOS MÉDICOS DO ABC S/C LTDA."**

SEGUNDA

A sociedade terá sua sede à Rua Atlântica - nº 495 - sala 01 - Jardim do Mar - São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo - CEP 09750-480.

Parágrafo Único: - Por deliberação dos sócios, a sociedade pode instalar ou extinguir filiais e quaisquer outras formas de estabelecimentos em qualquer ponto do território nacional.

TERCEIRA

O objetivo da sociedade será a prestação de serviços médicos em geral.

QUARTA

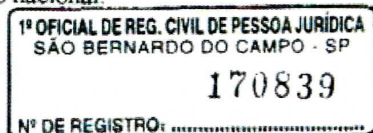
O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

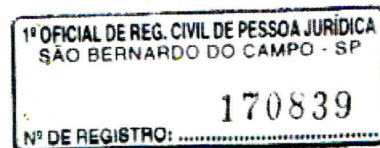
QUINTA

O capital social é de R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais), dividido em 1.000 (Mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

ARTURO OMAR LAZARTE	500 quotas, no valor de R\$ 500,00
MURILO WILLIAM DIB	500 quotas, no valor de R\$ 500,00
TOTAL	1.000 quotas, no valor de R\$ 1.000,00

Parágrafo Único - Na forma do Artigo 2º, "in fine, do Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios é limitada ao montante do capital social.



**SEXTA**

A sociedade será administrada indistintamente por ambos os sócios, na qualidade de sócios-gerentes, cabendo-lhes, individualmente, praticar quaisquer atos no exercício da regular administração, ressalvando-se os seguintes casos em que será obrigatória a assinatura conjunta:

- abrir contas bancárias;
- emitir notas promissórias ou quaisquer outros tipos de títulos de crédito;
- nomear procuradores e mandatários;
- autorizar a abertura, o fechamento e a mudança de filiais ou outros tipos de estabelecimentos;
- autorizar a tomada ou cessão em locação e a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis, bem como a aquisição e alienação de participações societárias;
- prestar garantias;
- autorizar o levantamento de balanços intermediários;
- aprovar as demonstrações financeiras e deliberar quanto à destinação dos resultados.

**SÉTIMA**

O exercício social será compreendido entre o período de 01 de janeiro à 31 de dezembro de cada ano, sendo que os lucros ou prejuízos verificados em balanço patrimoniais encerrados em 31 de dezembro de cada ano serão divididos ou suportados proporcionalmente entre os sócios.

OITAVA

Os sócios quotistas farão jus a uma remuneração mensal a título de "Pro-Labore", a ser fixada de comum acordo entre eles, obedecidos, sempre, os limites fixados pela legislação do imposto de renda.

NONA

As quotas de cada sócio não poderão ser transferidas a terceiros, parcial ou totalmente sem o prévio e expresso consentimento do outro sócio, que tem reservado o direito de preferência em igualdade de condições.

DÉCIMA

A presente sociedade não entrará em dissolução e conseqüentemente em liquidação, por retirada, morte, falência, ou incapacidade de qualquer dos sócios, desde que os demais queiram prosseguir com a sociedade. Ocorrendo um destes fatos, os haveres do sócio que falecer, for declarado falido, interdito, incapaz ou que desejar retirar-se, serão apurados conforme o balanço levantado especialmente para esse fim, e pagos ao sócio retirante, seus herdeiros ou representantes legais do capital, lucros ou quaisquer outros créditos, mediante 10% (dez) por cento em dinheiro à vista, e o restante em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, sem juros e sem correções monetária, mensais e sucessivas, sendo que a primeira será vencível 30 (trinta) dias após a alteração do contrato social.

DÉCIMA PRIMEIRA

Na hipótese da morte de qualquer dos sócios, os seus sucessores poderão optar ou pela participação na sociedade ou pelo recebimento do que lhes couber como sucessores nos termos da cláusula anterior.

DÉCIMA SEGUNDA

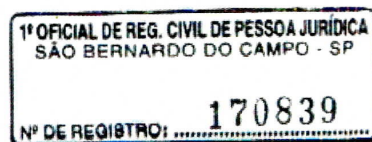
Todos os casos omissos ou dúvidas que surgirem na vigência do presente contrato, serão solucionados conforme legislação em vigor no País, elegendo o foro desta Comarca, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



O sócio **MURILO WILLIAM DIB**, declara que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade mercantil.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato na presença de suas testemunhas em três vias de igual teor e forma e será devidamente registrado para que produza os efeitos legais.

São Bernardo do Campo, 21 de março de 2002.



ABELIAO
NOTAS

WILLIAM DIB

ARTURO OMAR LAZARTE

MURILO WILLIAM DIB

TESTEMUNHAS:

FILOMENA DELONGO
RG nº 11.358.726 SSP/SP

VISTO
FABIO ANTONIO CASSETTARI
OAB - 86.762

MARILENE MARIA DA SILVA
RG nº 22.660.862-1 SSP/SP



01/10/2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS
TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: WILLIAM DIB
CPF: 493.336.318-87

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 16:11:37 do dia 30/09/2016 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/03/2017.

Código de controle da certidão: **866E.AEA4.6264.8D7B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



30/09/2016

Confirmação de Autenticidade da Certidão

BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais



Confirmação de Autenticidade das Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

CPF : 493.336.318-87**Data da Emissão** : 30/09/2016**Hora da Emissão** : 16:11:37**Código de Controle da Certidão** : 866E.AEA4.6264.8D7B**Tipo da Certidão** : Positiva com Efeitos de Negativa

Certidão **Positiva com Efeitos de Negativa** emitida em 30/09/2016, com validade até 29/03/2017.

[Página Anterior](#)



Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 493.336.318-87

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa física acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do interessado. Tratando-se de CERTIDÃO emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados se existe débito para pessoa jurídica da qual o interessado é sócio.

Certidão nº 16090071927-20

Data e hora da emissão 30/09/2016 16:52:22

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br





MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DO TESOURO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS

Inscrição Imobiliária: 001.074.012.008

Contribuinte: WILLIAM DIB

CPF: 493.336.318-87

Local do Imóvel: RUA JOSE BONIFACIO

Nº: 350

LOTE: QUADRA: BLOCO: AP / SL / LJ / AP.42

ARRUAMENTO: CENTRO

CEP: 9721-160

COMPLEMENTO: ED.MORADA DE S.JOAO

O Departamento do Tesouro CERTIFICA: que a situação fiscal do imóvel de Inscrição Imobiliária supramencionada, referente à **Tributos e Rendas Municipais, É REGULAR**, até a presente data.

Observamos, que constam lançamentos referente à Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos dos exercícios de 2015 / 2016, não pagos, vinculados à Inscrição Imobiliária supra mencionada, porém, não devidos pelo contribuinte, em razão de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, declarou inconstitucional a norma legal instituidora do referido tributo, tornando, via de consequência, os lançamentos nulos, e impedindo sua cobrança por parte deste Município. O Recurso Extraordinário Interposto pelo Município não tem efeito suspensivo, vigorando plenamente, nesta data, a decisão que impede a cobrança dos tributos.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal, cobrar quaisquer dívidas provenientes de Tributos e Rendas Municipais, que venham a ser(em) constatada(s) em verificações futuras.

Certidão expedida na forma do Art. 340, da Lei Municipal Nº 1802, de 26 de dezembro de 1969 e Resolução SF nº 549, de 27 de fevereiro de 2015.

Certidão emitida às 11:08:32

03/10/2016

<hora e data de Brasília>

Código de Autenticidade da Certidão: 5GDDEKOPE

Válida por 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da sua emissão.

A aceitação desta CERTIDÃO está condicionada à verificação de autenticidade na internet, na página da Secretaria de Finanças <http://www.sf.saobernardo.sp.gov.br>

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
WILLIAM CIE

DATA DE NASCIMENTO 29/11/46	Nº INSCRIÇÃO 1183812201-03	D.V. 283	ZONA 0157
MUNICÍPIO / UF SAO BERNARDO DO CAMPO / SP		DATA DE EMISSÃO 18/09/86	

PRESIDENTE DO TRE
[Assinatura]

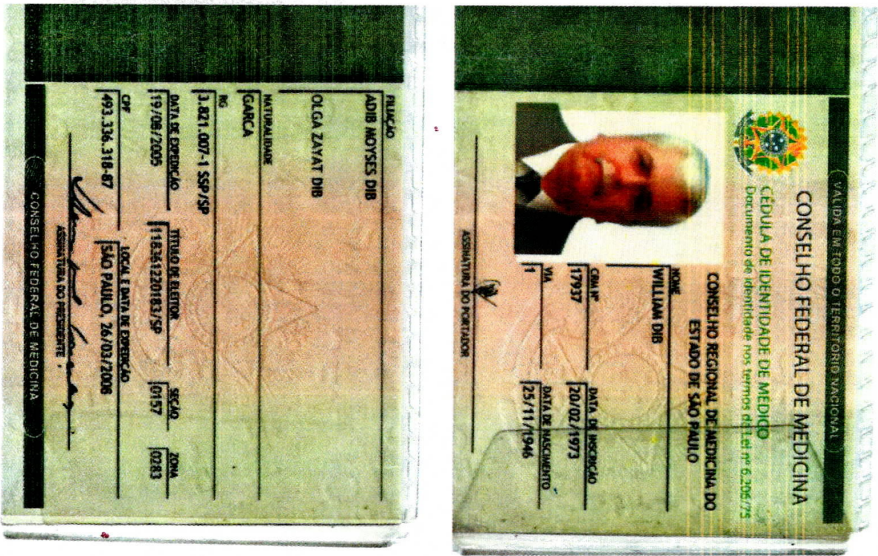
VALIDADE: 18/09/86 - 18/09/86

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

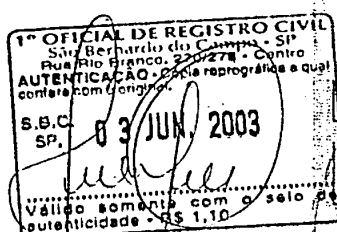
ASSINADO DIGITALMENTE

POSSUIR DIREITO









C/C

NASCIMENTO	INSCRIÇÃO NO CPF
25.11.46	493 336 318 87
CONTRIBUINTE	
WILLIA DIB	

[Assinatura]
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FISICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

[Assinatura]
SIGNATURA DO CONTRIBUINTE




TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Bernardo do Campo
FORO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
5ª VARA CRIMINAL

Rua 23 de Maio, 107, ., Vila Tereza - CEP 09606-000, Fone: (11)
4330-1011, São Bernardo do Campo-SP - E-mail:
saobernardo5cr@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

DANIELA OLIVEIRA MARQUES, Escrivã do Cartório da 5ª. Vara Criminal do Foro de São Bernardo do Campo, na forma da lei, **CERTIFICA** atendendo solicitação que, pesquisando dados do Processo Físico nº: 0053430-77.2007.8.26.0564 - Ordem nº 2007/002276, em que figura como Requerido Willian Dib, Praça Samuel Sabatine, s/n, Centro, São Bernardo do Campo-SP, Brasileiro, Prefeito Municipal, verificou constar o seguinte:

Data da Distribuição: 21/11/2007

Documento de Origem: IP nº: 115/2007 - Seccional - São Bernardo do Campo

Delito: Outros Feitos Não Especificados

Situação processual: 16/08/2007 - Data do Fato - Documento: 115/2007

19/08/2008: Sumula: reconhecida a incompetência deste Juízo, foi determinada a remessa do presente feito ao E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Autos remetidos em 20/08/2016.

Último Andamento: Em 20/08/2016 Baixa Definitiva

Obs.: dados coletados estritamente dos lançamentos em sistema.

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. São Bernardo do Campo, 27 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDREIA CAMPOS AMARAL. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>. Informe o processo 0053430-77.2007.8.26.0564 e o código F000000005MB85.



1 - Ação Popular nº 0006922-39.2008.8.26.0564 (doação de área do Município para o ISMAB)

Sentença (em anexo) julgou improcedente a ação popular por entender que “o ato questionado pelo autor tem amparo na legislação própria do município, pois a dispensa de licitação se deu por lei, sendo patente ser aquele que recebeu a concessão de uso, entidade assistencial que realiza um belo trabalho junto a menores carentes, sendo relevante o interesse público e social no projeto destinada à área em questão”.

Acórdão (em anexo) deu “provimento à remessa oficial para julgar procedente a ação para declarar nula a lei autorizadora da concessão real de uso, bem como a respectiva escritura, além do decreto que, anteriormente a tais atos, concedeu permissão de uso à instituição religiosa”, pois considerou que a Lei Municipal nº 5.693, de 14/05/07, dispensou indevidamente a concorrência em favor de pessoa jurídica de direito privado.

Dessa forma, o acórdão apenas declarou a nulidade dos normativos que autorizaram o uso da Área pelo ISMAB, Não foi imposta pena individualizada ao Dr. William, na qualidade de Prefeito.

Recursos especial e extraordinário admitidos, aguardam julgamento. (REsp - Rel. Gurgel de Faria e RE

Contra este mesmo acórdão também propusemos reclamação perante o STF que aguarda julgamento (Proc. 11038 - Rel. Roberto Barroso).



13

Jurisprudência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

ACÓRDÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº



02622405

Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO CÍVEL COM REVISÃO nº 928.692-5/1-00, da Comarca de SÃO BERNARDO DO CAMPO, em que é recorrente o JUÍZO "EX OFFICIO", sendo apelados WILLIAM DIB (E OUTROS):

ACORDAM, em Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO, V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANTONIO C. MALHEIROS e GAMA PELLEGRINI.

São Paulo, 22 de setembro de 2009.


LAERTE SAMPAIO
Presidente e Relator



1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 928.692-5/1

Comarca: SÃO BERNARDO DO CAMPO

Recorrente: JUÍZO "EX OFFICIO"

Apelados: WILLIAM DIB (ex-chefe do Poder Executivo de São Bernardo do Campo), CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO e INSTITUTO SOCIAL DAS IRMÃS DE MARIA DE BANNEAUX).

Voto nº 20.075

"Administrativo. Concessão de direito real de uso. Licitação."

1. A concessão de direito real de uso é conceituada como um contrato administrativo pelo qual a administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público para ser utilizado em determinado fim específico, e, além de relacionado como instituto jurídico para a política urbana (art. 4º, V, "g", da Lei nº 10.257/2001), tem como pressupostos básicos o atendimento ao interesse público, exigindo a autorização legislativa, a prévia avaliação e licitação na modalidade da concorrência.

2. É ilegal a edição de lei concedendo o direito real de uso de imóvel público sem a licitação, excluídas as hipóteses taxativamente arroladas no art. 17, I, "f", "h", §2º, da Lei Federal nº 8.666/93.
Recurso Oficial provido"

Vistos.

1. Em 22.02.2008, cidadão ajuizou ação popular, com fundamento nos art. 2º, "c" e "e" da Lei nº 4.717/65, em face do prefeito, presidente da câmara municipal e pessoa jurídica, constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos, objetivando a nulidade dos atos (projeto de lei, aprovação da câmara, promulgação) do procedimento legislativo

Apelação Cível nº 928 692-5/1- 04

Voto 20 075





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

originadores da Lei Municipal nº 5.693 de 14.06.07 pela qual o Município foi autorizado a outorgar concessão de direito real de uso gratuito e por 99 anos a terceira ré de um imóvel público com área de 520.486,76 metros quadrados mediante o encargo de construção de uma vila destinada à educação e profissionalização de crianças, com reversão ao patrimônio público de todas as benfeitorias ao final do termo. Sustentou a ocorrência de manifesta ilegalidade pelos fundamentos seguintes: a) infringência do art. 17, I, "f" e "h", da Lei nº 8.666/93, por não ter sido tal concessão precedida da necessária licitação e se tratar de área superior a 250 metros quadrados; b) inaplicabilidade o disposto no art. 157, I, "e", da LOM que só admite a dispensa da licitação quando a concessão se destinar à finalidade habitacional e não para simples atividades educacionais ou profissionalizantes; c) desvio de finalidade por dar a aparência de legalidade a atos que deturpam os princípios gerais que direcionam a atividade administrativa, considerando-se a amplitude da área, o prazo de concessão e a possibilidade da escolha de outro, sendo, por outro lado, a beneficiária uma ilustre desconhecida no tocante a seus estatutos e situação, sem demonstração de sua situação jurídica nos termos do art. 173, §3º, da CF, detalhamento de projeto, utilização de todo o espaço e ausência de motivação; e d) fins políticos dos atos.

O Juízo indeferiu a medida liminar.

Contra tal decisão foi interposto agravo de instrumento, ao qual foi dado provimento para deferir a medida liminar para sustar a eficácia da lei e ordenar que o

Apelação Cível nº 928 692-5/1- 04

Voto 20 075





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Município, na pessoa de seu Prefeito, seja intimado para se abster de transferir a detenção da área e permitir a realização de obras até a prolação da sentença.

Em contestação os requeridos sustentaram em preliminar: a) carência da ação por inexistência de ato lesivo; b) inépcia da inicial, pela impossibilidade jurídica de avaliar atos administrativos anteriores a 14.06.07, data do advento da Lei nº 5.693/2007 e; c) impossibilidade jurídica de pretender nulidade de lei que concedeu o direito real de uso. No mérito, alegaram em síntese, a inexistência de qualquer prejuízo ou lesão ao erário público com a concessão do direito real de uso e legalidade da concessão sem a necessidade de licitação.

A sentença rejeitou as preliminares e julgou improcedente a ação.

Subiram os autos somente em virtude da remessa oficial.

A Douta Procuradoria de Justiça pugnou pelo improvimento do recurso oficial, mantendo-se a r. sentença em sua íntegra.

É o relatório.

2. Fundamento e voto.

2.1. O art. 7º do Decreto-lei nº 271/67, com a redação dada pela Lei nº 11.481/2007, dispõe que "é instituída a

Apelação Cível nº 928 692-5/1- 04

Voto 20 075





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas". Conceituada como um contrato administrativo pelo qual a administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público para ser utilizado em determinado fim específico, é relacionado como instituto jurídico para a política urbana (art.4º, V, "g", da Lei nº 10.257/2001), tem como pressupostos básicos o atendimento ao interesse público, exigindo a autorização legislativa, a prévia avaliação e licitação na modalidade da concorrência. Esta é dispensável nas hipóteses: a) "bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública"; b) "bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública"; c) for beneficiário outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel; e d) destinada à pessoa física que, nos termos de lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura e moradia sobre área rural situada na região da Amazônia Legal, definida no art. 2º da Lei no 5.173, de 27 de outubro de 1966, superior à

Apelação Cível nº 928 692-5/1- 04

Voto 20 075





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

legalmente passível de legitimação de posse referida na alínea g do inciso I do caput deste artigo, atendidos os limites de área definidos por ato normativo do Poder Executivo. É o que se apreende do exame do art. 17, I, "f", "h", §2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Esse posicionamento, adotado quando do julgamento do agravo de instrumento, não foi tomado de forma graciosa.

O Decreto-lei nº 271/67 não trata de bens pertencentes à União. Dispõe, de forma geral, sobre o desmembramento de terreno no campo de loteamento, sendo válida para os Estados e Municípios. Ainda com as alterações determinadas pela Lei nº 11.481/2007 continuou a ser um instituto a ser usado com finalidade específica, conforme acima apontado. Tanto isso é verdade que a Lei Federal nº 10.257/2001 ao eleger o instituto como instrumento de execução de política urbana manteve incólume sua regulamentação por lei especial dispondo, expressamente, o seguinte: "§1º Os instrumentos mencionados neste artigo regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto nesta Lei." (art. 4º). E esta lei "denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental." (art. 1º, par. Único).

Dessa forma, a União editou normatização geral disciplinadora da política urbana (art. 182, CF), não

Apelação Cível nº 928 692-5/1- 04

Voto 20 075





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

deixando espaço para o Município dispor sobre a concessão real de uso de bem público.

Por isso, sendo competência privativa da União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, de forma cogente para o Município (cfr. art. 22, XXVII, c.c. EC nº 19/1998), ficou vedado a este dispor de forma contrária ao estabelecido na Lei Federal nº 8.666/93 (cfr. art. 118). Por isto, quando esta exige a licitação para a concessão de direito real de uso de bem imóvel, somente a dispensando na hipótese ali prevista (art. 17, §2º), significa que a regra geral é a licitação e sua dispensa depende de expressa previsão da lei federal.

A sentença trouxe a colação a decisão liminar na ADI 953. Entretanto, argumentou de forma equivocada, pois a referida liminar só reforça a necessidade da licitação.

Como efeito, a ementa do julgado é a seguinte:

“ADI 927 MC / RS - RIO GRANDE DO SUL
 MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE
 INCONSTITUCIONALIDADE
 Relator(a) Min CARLOS VELLOSO
 Julgamento 03/11/1993 Órgão Julgador. Tribunal Pleno
 Publicação DJ 11-11-1994 PP-30635 EMENT VOL-01766-
 01 PP-00039 Parte(s) REQUERENTE GOVERNADOR DO
 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL REQUERIDOS PRESIDENTE
 DA REPUBLICA CONGRESSO NACIONAL
 Ementa

EMENTA CONSTITUCIONAL LICITAÇÃO CONTRATAÇÃO
 ADMINISTRATIVA Lei n 8 666, de 21 06 93 I - Interpretação
 conforme dada ao art 17, I, “b” (doação de bem imóvel) e art 17,
 II, “b” (permuta de bem móvel), para esclarecer que a vedação

Apelação Cível nº 928 692-5/1- 04

Voto 20 075





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

tem aplicação no âmbito da União Federal, apenas Idêntico
entendimento em relação ao art 17, I, "c" e par 1 do art 17
Vencido o Relator, nesta parte II - Cautelar deferida, em parte "

Por primeiro, parece claro que a medida liminar não se refere ao §2º do art. 17º da Lei nº 8.666/93. Depois, os incisos com eficácia suspensa foram considerados como normas que extravasariam a simples normatização geral.

Entretanto, permaneceu incólume o disposto no art. 17, I, "f" com a dispensa da licitação nos casos de "alienação, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da Administração Pública efetivamente criados para esse fim".

Dessa forma, estes últimos dispositivos permanecem com sua validade íntegra no tocante a exigência da licitação em casos outros que não os ali especificados. Isto não significa a possibilidade de dispensa ou inegibilidade da licitação conforme já decidiu o Colendo Pretório Excelso: "1. A dispensa de licitação em geral é definida no artigo 24, da Lei n. 8.666/93; especificadamente --- nos casos de alienação, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social, por órgãos ou entidades da administração pública --- no seu artigo 17, inciso I, alínea "f". Há, no caso dos autos, inviabilidade de competição, do que decorre a inexigibilidade de licitação (art. 25 da lei). O loteamento há de ser regularizado mediante a venda do lote

Apelação Cível nº 928 692-5/1- 04

Voto 20 075





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

àquele que o estiver ocupando. Consubstancia hipótese de inexigibilidade, artigo 25. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente. (ADI 2990 / DF)"

Deve-se lembrar a clássica lição de Hely Lopes Meirelles no sentido de que "a concessão de direito de uso, tal como ocorre com a concessão comum, depende de autorização legal e de concorrência prévia, admitindo-se a dispensa desta quando o beneficiário for outro órgão ou entidade da Administração Pública (Lei 8.666/93, art. 17, §2º)" ("Direito Administrativo Brasileiro", pgs. 513/514, 30ª edição).

Ao primeiro exame da Lei Municipal nº 5.693 de 14.06.07 percebe-se que foi dispensada a concorrência sem a preocupação de enquadrar-se a hipótese em uma das previsões retro citadas, que são taxativas e de obediência compulsória pelo Município. Com efeito, trata-se de concessão de direito real de uso de um terreno e não de imóveis já construídos. A beneficiária é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, não sendo equiparável a órgão da administração nem se situando o bem na Amazônia.

2.2. Traz a sentença, ainda, a colação os acórdãos nas apelações nºs 045.686.5 e 446.034.5.

Em tais julgados as hipóteses eram diversas na composição fática.

Apelação Cível nº 928 692-5/1- 04

Voto 20 075





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Na primeira hipótese, não se ofereceu para comparação a área do imóvel, a data em que ingressou no patrimônio municipal e a duração da concessão do direito real de uso. Nem foram fornecidas informações sobre eventual procedimento anterior a tal ato de forma a justificar a dispensa ou inexigibilidade da licitação. A questão foi tratada em tese e somente como argumento para habilmente esgrimida como se fosse uma situação desprovida de desvio de finalidade.

Na segunda, o Clube Esportivo da Penha já se encontrava na área municipal por trinta anos anteriores a data em que o ato legislativo renovou o contrato por mais quarenta anos. O acórdão reconheceu que a ocupação do imóvel tinha ocorrido em 1930. E a hipótese comportava exame em face da legislação então vigente.

O caso presente é diferente. Parece existir uma névoa para encobrir essa situação fática.

Ao simples exame da documentação tem-se que a instituição agraciada peticionou ao Prefeito, em 29.07.2005 manifestando sua intenção de receber um imóvel para poder instalar suas obras educacionais e beneficentes (fls. 485). Imediatamente foi procurado um imóvel do patrimônio municipal para atender a pretensão, mas não foi localizado (fls. 489). Em virtude disso o Prefeito autorizou as tratativas para a desapropriação de uma área de 229.800,00 para a "implantação de equipamentos públicos" com edição do decreto em 15.09.2005 (fls. 531). Foi proposta a ação em 18.01.2006 (fls. 540), tendo o proprietário réu comparecido para concordar com

Apelação Cível nº 928 692-5/1- 04

Voto 20 075





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

a desapropriação mediante o preço de R\$7.180.000,00 (fls. 599). Foi prolatada a sentença em 03.03.2006 com clara indicação de que o valor total fora depositado e já se cogitava do levantamento (fls. 551/552). Em 29.03.2006 o Prefeito já emitiu decreto autorizando a permissão de uso da área pela instituição agraciada (fls.556), com assinatura do termo em 30.03.2006 (fls.561). A Lei nº 5.693 de 15.06.2007 foi objeto de proposta do Prefeito e aprovação da Câmara com outorga de concessão de direito real de uso GRATUITO POR NOVENTA E NOVE ANOS (fls.564).

Claro está que a desapropriação, sob o eufemismo de necessitar de tão grande área para instalação de equipamentos urbanos, já continha o desvio de finalidade que era a concessão real de uso gratuito por noventa e nove anos para a instituição agraciada. Para tanto o Prefeito e a Câmara Municipal se uniram para editar uma lei consolidadora da fraude.

Nem é menos verdade que a moralidade administrativa se caracteriza como uma moral jurídica, entendida como o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração. Daí Alexandre de Moraes transcrever a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro no sentido de que "não é preciso penetrar na intenção do agente, porque do próprio objeto resulta a imoralidade. Isto ocorre quando o conteúdo de determinado ato contrariar o senso comum de honestidade, retidão, equilíbrio, justiça, respeito à dignidade do ser humano, à boa fé, ao trabalho à ética das instituições. A moralidade exige proporcionalidade entre os meios e os fins a atingir; entre os sacrifícios impostos a autoridades públicas e os

Apelação Cível nº 928 692-5/1- 04

Voto 20 075





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

encargos impostos à maioria dos cidadãos. Por isso mesmo a imoralidade salta aos olhos quando a Administração Pública é pródiga em despesas legais, porém inúteis, como propaganda ou mordomia, quando a população precisa de assistência médica, alimentação, moradia, segurança, educação, isso sem falar no mínimo indispensável à existência digna" ("Direito Constitucional", 3ª edição, pág. 283).

Como escreve Paulo Magalhães da Costa Coelho "a administração não age para a consecução de quaisquer objetivos e valores. Seu agir é sempre qualificado pelo interesse público consagrado na lei. Dessa circunstância resulta que ao administrador público não basta o cumprimento formal da lei. É preciso demonstrar, ainda, que agiu para atingir o fim abrigado na lei. Por isso não há de se tolerar que o administrador público se utilize da lei de modo formalmente lícito, mas para atingir fim diverso daquele nela contido. Sua atuação se torna eivada por abuso ou desvio de poder, conquanto aparentemente lastreada na lei" ("Controle Jurisdicional da Administração Pública", págs. 26/27, Saraiva, 2002).

É o caso presente, em que o comportamento acima descrito viola todos os princípios contidos no art. 37, "caput", da CF.

Por evidente, já estando o Prefeito e a Câmara Municipal acordados em agir daquela maneira, a dispensa da licitação para a concessão real de uso foi mero detalhe, pois não haveria tempo para justificá-la, mormente

Apelação Cível nº 928 692-5/1- 04

Voto 20.075





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

porque o Município não era proprietário de Imóvel e, para atingir a finalidade ilegal, procedeu à desapropriação, pagou preço altíssimo e entregou-o GRATUITAMENTE POR NOVENTA E NOVE ANOS para uso de particular.

Por tais motivos, dou provimento à remessa oficial para julgar procedente a ação para declarar nula a lei autorizadora da concessão real de uso, bem como a respectiva escritura, além do decreto que, anteriormente a tais atos, concedeu permissão de uso à instituição religiosa.


LAERTE SAMPAIO
Relator

Apelação Cível nº 928 692-5/1- 04

Voto 20 075



fls. 1



*** PODER JUDICIÁRIO**
1ª Vara Cível de São Bernardo do Campo

VISTOS.

ANDREINA LIZBETH DE ALEIXO BRAVO e outros propuseram ação popular contra **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO e outros**, aduzindo que o Município determinou a transferência de toda a disponibilidade financeira da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo – autarquia municipal – aos cofres da Prefeitura, através da Lei nº 5.364, de 16 de dezembro de 2004. Alegam que a referida lei é inconstitucional e que a medida impede que a autarquia implemente qualquer política acadêmica ou realize eventos que demandem aporte financeiro imediato. Afirmam que a faculdade tem autonomia financeira e que esta é garantida pelo pagamento das mensalidades dos alunos, sem qualquer participação do Município. Pugnaram pela concessão de liminar, suspendendo os efeitos dos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 5.364/04 e que ao final seja a ré compelida a se abster de exigir a transferência dos recursos financeiros da Faculdade de Direito. Foram juntados os documentos de fls. 26/85.

A liminar foi indeferida a fls. 87/92.

Os vereadores de São Bernardo do Campo foram incluídos como litisconsortes passivos necessários.

O Prefeito do Município apresentou contestação a fls. 240/257. Argüiu, preliminarmente, inépcia da inicial, alegando que os autores não especificaram qual o ato lesivo que entendem tenha sido perpetrado pelos réus. Alega, ainda, ausência de interesse processual, ante a ausência de lesão ao patrimônio da autarquia. No mérito, aduz que a Prefeitura e a Faculdade celebraram convênio para ampliação do ensino universitário fornecido pela entidade educacional, conjugando esforços e recursos para a ampliação do campus da faculdade. Alega que não apenas os recursos da faculdade serão utilizados, mas também recursos do Tesouro Municipal, no valor de até R\$ 4.710.000,00. De acordo com o convênio, a Municipalidade ficou responsável pela realização das obras, mediante aprovação da faculdade, sendo que o valor não utilizado seria devolvido pelo Poder Público à autarquia. Aduz que a expansão do campus da faculdade é de interesse da autarquia, que não expressou qualquer discordância quando se manifestou nos autos do agravo de instrumento



fls. 2



PODER JUDICIÁRIO

1ª Vara Cível de São Bernardo do Campo

Afirma que a autonomia universitária prevista no art. 207, da Federal deve se harmonizar com os demais princípios constitucionais.

Alberto Lopes Raposo e outros apresentaram contestação a fls. 373 e seguintes, argüindo, preliminarmente, ausência de interesse processual, eis que os autores buscam o impedimento de transferência dos recursos da faculdade ao Município, fato este já ocorrido. Alegam, ainda, carência de ação por impossibilidade jurídica do pedido, sob o argumento de que não há pedido de anulação do ato jurídico. Atestam serem parte ilegítima para figurar no pólo passivo, eis que são vereadores da legislatura passada e não têm poderes para realizar o ato que se pretende. No mérito, afirmam não ter ocorrido ato lesivo ao patrimônio público, uma vez que os recursos continuam na administração pública e serão utilizados em proveito do órgão público. Aduzem que os atos administrativos são guiados pela opção administrativa, não cabendo ingerência do Poder Judiciário quanto a esse aspecto. Afastam as demais alegações constantes da inicial.

O Município também contestou a ação alegando ausência de interesse de agir e ausência de ato lesivo, aduzindo que sequer os autores da ação exigiram condenação pecuniária em decorrência da transferência realizada.

A Faculdade de Direito também apresentou sua defesa, argüindo preliminares e afirmando que não houve ato lesivo ao patrimônio público e que sua autonomia é relativa.

O réu Aldo Santos foi citado por edital. Nomeado curador especial, este contestou por negativa geral, alegando que não forma esgotados todos os meios para localização do réu; que há carência de ação; que o réu é parte ilegítima para figurar no pólo passivo.

Não foi apresentada réplica.

O Ministério Público opinou pela exclusão dos réus do pólo passivo, mantendo-se apenas o Município de São Bernardo do Campo. No mérito, opinou pela procedência da ação.

É o breve relatório.

DECIDO.

Passo ao julgamento do feito, nos termos do art. 330, I, do CPC, eis que a matéria aqui debatida é meramente de direito.

Primeiramente, reconheço a ilegitimidade passiva do Prefeito Municipal, dos Vereadores e da Faculdade para integrarem o pólo passivo da demanda. Como bem observou o Ministério Público, os autores



fls. 3



PODER JUDICIÁRIO

1ª Vara Cível de São Bernardo do Campo

l omente o óbice à transferência do patrimônio da faculdade ou, caso
j o concretizada, a devolução do montante. Ora, o numerário foi
transferido aos cofres do Município, de sorte que apenas este tem a possibilidade
de reverter o ato, com a devolução da quantia transferida. Os demais requeridos
não têm o poder para fazê-lo, de sorte que não se justifica sua inclusão no
processo.

Frise-se que, se houvesse sido pedida a
condenação dos réus por perdas e danos, aí se justificaria a manutenção de todos
os responsáveis pelo ato no pólo passivo, a fim de que fossem condenados ao
ressarcimento. Não é este, entretanto, o caso dos autos, eis que o pedido
formulado pelos autores restringe-se à devolução da importância transferida.

Deste modo, acolho a preliminar de
ilegitimidade passiva, excluindo o Prefeito Municipal, os Vereadores constantes
da emenda à inicial e a Faculdade de Direito do pólo passivo, extinguindo, em
relação a eles, o feito sem julgamento de mérito.

Prossegue a demanda contra a Municipalidade.

A preliminar de inépcia da inicial não merece
acolhimento. A petição, muito bem elaborada, descreve minuciosamente os fatos
e as razões pela qual os autores entendem que a transferência do patrimônio da
autarquia à Municipalidade fere a Constituição Federal e caracteriza lesão ao
patrimônio público. Todos os requisitos do art. 282, do CPC, foram preenchidos.

Tampouco deve a ação ser extinta por ausência
de interesse de agir. Ao contrário do que alegam os réus, os autores não buscam
apenas obstar a transferência de numerário entre Município e Faculdade, mas
buscam, caso a transferência já tenha sido efetivada, a devolução do montante.
Deste modo, ainda que reconhecidamente os valores já tenham sido transferidos
ao Município, persiste o interesse dos autores no que toca à devolução do
numerário à Faculdade de Direito.

No mérito, a ação é procedente.

A Faculdade de Direito de São Bernardo do
Campo é uma autarquia municipal. Autarquias são, segundo Hely Lopes
Meirelles, em sua obra "Direito Administrativo Brasileiro", "entes
administrativos autônomos, criados por lei específica, com personalidade jurídica
de Direito Público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas".

A autarquia administra-se pelas leis criadas pela
entidade que a criou, desde que respeitados os princípios constitucionais básicos.
Cabe ao Poder Público analisar os aspectos formais de sua administração, a fim
de que esta não se desvirtue de suas finalidades institucionais.

No caso, uma lei municipal determinou a



fls. 4



PODER JUDICIÁRIO

1ª Vara Cível de São Bernardo do Campo
 t de todo o patrimônio da autarquia aos cofres públicos municipais,
 c cativa de que foi feito um convênio para ampliação do *campus* e que
 o recurso seria utilizado com esta finalidade, juntamente com recursos
 provenientes do próprio Município.

Entretanto, ainda que a transferência dos recursos da faculdade tenha sido feito com tal finalidade, houve inconstitucional ingerência pelo Município na autonomia financeira da faculdade, que necessitará de aprovação e da burocracia para implementar qualquer atividade acadêmica ou de infra-estrutura, eis que terá que solicitar numerário para o Município, eis que não possui qualquer outro recurso.

De acordo com o art. 37, parágrafo 8º, da Constituição Federal, “a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade”. Não há, portanto, qualquer possibilidade de redução da autonomia, como fez a Lei Municipal nº 5.364/04, ao reduzir a zero os recursos exclusivos da faculdade:

Assim sendo, de rigor o reconhecimento da inconstitucionalidade da Lei nº 5.364/2004, que violou frontalmente o disposto no art. 37, da Constituição Federal. Por consequência, deve a Municipalidade restituir aos cofres da autarquia todo o valor retirado, com os rendimentos equiparados aos que a faculdade obtinha com sua aplicação.

ISTO POSTO, julgo EXTINTO O FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, em relação ao Prefeito Municipal de São Bernardo do Campo, aos vereadores descritos na inicial e à Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

Em relação ao Município de São Bernardo do Campo, julgo PROCEDENTE A AÇÃO, extinguindo o feito com julgamento de mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil, condenando o réu a restituir aos cofres da autarquia todo o valor retirado, com os rendimentos equiparados aos que a faculdade obtinha com sua aplicação.

Deixo de condenar as partes em custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, nos termos da legislação em vigor.

P.R.I.

S.B. do Campo, 09 de março de 2007.

FABIANA FEHER RECASENS VARGAS
Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

PRIMEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Processo nº 159/2008

Vistos.

JOSÉ CARLOS CONTRERA propôs a presente ação popular em face do Chefe do Executivo Municipal de São Bernardo do Campo, Sr. Wilian Dib, do Chefe da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo em contra o Instituto Social das Irmãs de Maria de Banneux dizendo que em 12 de junho de 2007 o Prefeito Municipal encaminhou à Câmara Municipal autorização legislativa para concessão de direito real de uso de imensa área no município para o réu Instituto Social das Irmãs de Maria de Banneux, com a informação que na área seria construída uma vila para meninos em situação de risco, visando a eles proporcionar educação e formação profissional.

O projeto foi convertido em lei, mas a concessão de uso da área é ilegal e arbitrária, pela ausência de licitação para a concessão, como exige a Lei Orgânica Municipal.

Pede seja reconhecido o ato ilegal, com a condenação em perdas e danos e a reintegração do terreno à Municipalidade.

Pediu a concessão de liminar.

Com a petição inicial vieram os documentos de fls. 33/100.

A liminar restou indeferida por este Juízo, mas foi concedida em razão de recurso de agravo de instrumento apresentado pelo autor popular (fls. 101 e 129).

A Câmara Municipal de São Bernardo do Campo apresentou contestação a fls. 144/157 alegando, preliminarmente, que não é cabível ação popular na hipótese dos autos, pela ausência de qualquer lesão ao patrimônio público.

Quanto ao mérito, diz que o ato não é ilegal, por não se fazer necessária licitação, diante do relevante interesse social.

Os documentos de fls. 155/374 acompanharam a contestação.

O Município de São Bernardo do Campo apresentou a sua peça de defesa a fls. 405/415 sustentando a inexistência de qualquer prejuízo ou lesão ao Erário Público com a concessão do direito real de uso.

A entidade que recebeu a concessão tem reconhecido idoneidade, além de atuar em área que visa profissionalizar jovens do sexo masculino, com a construção de uma "vila".

Sustenta a dispensa de licitação para a concessão do direito real de uso.

Juntou os documentos de fls. 416/441.

O Prefeito Municipal, William Dib contestou a fls. 443/469 alegando, preliminarmente, que a concessão de direito real de uso seguiu os trâmites legais, não sendo necessária licitação para tanto.

Relata, ainda, que não existe dano na concessão de direito real de uso, não havendo prejuízo ao patrimônio municipal.



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

PRIMEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Processo nº 159/2008

O réu juntou os documentos de fls. 480/643.

O Instituto Social das Irmãs de Maria de Banneaux apresentou contestação a fls. 667/698 alegando, preliminarmente, a inépcia da petição inicial, por ser impossível avaliar atos administrativos anteriores a 14 de junho de 2007, não se podendo pretender obter decreto da nulidade da lei que concedeu o direito real de uso.

No tocante ao mérito, diz ser absolutamente legal a concessão do direito real de uso de área municipal, sem licitação, e o fato do réu não estar sediado neste município não tem qualquer relevância para a hipótese dos autos.

Os documentos de fls. 701/787 acompanharam a contestação.

O autor se manifestou sobre as contestações apresentadas, a fls. 820/831.

O d.representante do Ministério Público se manifestou a fls. 837/838.

As partes atenderam, a fls. 841/844 e 849/850, ao chamado para especificar provas.

É o relatório.

DECIDO

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, sendo desnecessária a produção de outras provas, além das já acostadas aos autos, nos exatos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.

Inicialmente, merecem ser apreciadas e rejeitas as preliminares apresentadas pelo réu.

Ao contrário do que é sustentado pelo Prefeito Municipal na época, ainda que a lei que concedeu o direito especial de uso tenha seguido os tramites legais, certo é que pode a sua legalidade ser questionada pelo autor popular.

E, também, o fato da lei municipal ter seguido os tramites legais não impede o questionamento de sua legalidade pelo autor popular, que submete o seu questionamento ao Poder Judiciário.

A Câmara Municipal de São Bernardo do Campo é parte legítima para figurar no pólo passivo desta ação, na medida em que é questionada lei municipal, que foi objeto de aprovação pelo réu, devendo ele compor o pólo passivo da ação, diante de seu nítido interesse no deslinde da ação.

A ação popular tem o escopo de invalidar atos praticados pela Administração Pública com ilegalidade e que esta ilegalidade resultou em lesão ao patrimônio público.

E, no caso dos autos, tem-se que o ato indicado, que é a concessão de direito real de uso de bem público para a entidade "Instituto Social das Irmãs de Maria de Banneux", com prévia aprovação legislativa mas sem licitação não é ilegal ou, ainda, trouxe prejuízo ao erário público.

Certo é que o artigo 157, §§ 2º e 3º, da Lei Orgânica do Município estabelece que:

"§ 1º - O Município, preferencialmente à venda ou doação de bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

PRIMEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Processo nº 159/2008

autorização legislativa e licitação.

§ 2º - No caso do parágrafo anterior a licitação poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver relevante interesse público ou social, devidamente justificado”.

Tem-se, assim, que o ato questionado pelo autor tem amparo na legislação própria do município, pois a dispensa de licitação se deu por lei, sendo patente ser aquele que recebeu a concessão de uso, entidade assistencial que realiza um belo trabalho junto a menores carentes, sendo relevante o interesse público e social no projeto destinada à área em questão.

Resta saber que o dispositivo da lei municipal não colide com normas constitucionais e federais, em especial o que dispõe o artigo 17, § 2º, da Lei 8.666/93, para ser apreciada a questão primordial destes autos, no sentido de ser ou não possível a dispensa da licitação para a concessão de direito real de uso a entidade assistencial para ser utilizada em projeto de notório interesse social.

A questão sempre foi polêmica, como afirma Lúcia Valle Figueiredo e outro, na obra “Dispensa e Inexigibilidade de Licitação”:

“Controvertida a doutrina sobre a natureza jurídica dessas preceituações. Autores há que, divisando aqui comandos de Direito Administrativo, afirmam a inexistência de receptação obrigatória aos artigos 17 a 19 da Lei 8.666, por Estados, Municípios e Distrito Federal. Na vertente oposta situam-se os que, no ponto, afirmam trata-se de regramento principalmente de direito civil atinente ao direito de propriedade, por isso mesmo de cogente aplicação nacional, corrente à qual, ao menos por ora, nos filiamos” (Malheiros Editores, 3ª edição, pág. 68)

É indubitosa a menção na Lei 8.666/93 da necessidade de licitação para a concessão de direito real de uso, mas tal norma deve ser interpretada de forma a não abranger a hipótese nos autos.

E isto porque o artigo 17 do referido diploma legal abarca dois tipos de normas, as normas gerais, que vinculam todos os entes administrativos (União, Estado, Municípios e Distrito Federal) e aquelas outras de caráter não geral, que obrigam, somente, a União Federal.

E as hipóteses de dispensa de licitação para a concessão de direito especial de uso deve ser entendida como regra de caráter não geral, podendo os outros entes federativos atuar de acordo seu próprio interesse, sendo constitucional a lei própria deste município de São Bernardo do Campo, que dispensa a licitação para hipótese como a dos autos.

A questão é analisada de forma minuciosa e brilhante em acórdão da 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, ao apreciar recurso em ação popular em caso semelhante a destes autos:

“A Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, pela Lei Municipal nº 4.184, de 7 de abril de 1.994, autorizou o Poder Executivo a conceder direito real de uso de terreno de propriedade do Município para a Associação Cristã de Moços de São Paulo, entidade assistencial, destinado à construção de sua sede social, independentemente de concorrência pública, nos termos do artigo 159, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Município de São Bernardo do Campo, e a ser utilizada com a finalidade de desenvolver atividades educacionais e recreativas, priorizando a criança e o jovem.



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

**PRIMEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Processo nº 159/2008**

Consoante dispõe o artigo 159, § 1º, da referida Lei Orgânica: *"A concessão de bens públicos dominiais dependerá de lei e concorrência e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato. A concorrência poderá ser dispensada, mediante lei específica, quando o uso se destinar a concessionária de serviços públicos municipais, a entidades assistenciais sediadas no Município ou quando houver relevante interesse social ou público, devidamente comprovado e justificado".*

A beneficiária Associação Cristã de Moços de São Paulo, como se infere de seus Estatutos, é instituição filantrópica, de assistência social e de atividades culturais e educacionais, sem fins lucrativos.

O seu objetivo é a promoção e o desenvolvimento da pessoa humana, sob os aspectos espiritual, moral, cultural, físico e social, visando especialmente à infância e a juventude, tendo por norma os princípios do Cristianismo.

Assim, a concessão de direito real de uso outorgada à Associação Cristã de Moços de São Paulo, entidade reconhecida como de utilidade pública, nas órbitas federal, estadual e municipal, com dispensa de licitação, não poderá ser considerada ilegal, pois arrimada em dispositivo da Lei Orgânica Municipal.

O artigo 17, § 2º, da Lei nº 8.666, de 21.06.93, ao qual se apegava a apelante para argumentar que só poderá ocorrer dispensa de licitação do direito real de uso de bens imóveis quando se destinar a outro órgão ou entidade da Administração Pública, é de duvidosa aplicabilidade em relação aos Estados e Municípios.

Doutrina, a propósito, Marcai Justin Filho, que as regras contidas na Seção VI, do Capítulo I, da Lei nº 8.666/93, que cuidam das alienações, inserindo-se entre elas a concessão de direito real de uso de bens públicos "não podem ser consideradas vinculantes para as outras esferas da Federação, por envolverem questões intrinsecamente vinculadas à autonomia delas. Cada entidade federativa dispõe da faculdade de disciplinar o destino de seus bens, o que é inerente à sua autonomia. A Seção VI contém normas de natureza federal, aplicáveis exclusivamente à União e às pessoas da Administração Federal" (*Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 3a ed., AIDE Editora, pág. 101).

Efetivamente, com o advento da Lei nº 8.666/93 não foi revogado o artigo 159, § 1º, da Lei Orgânica do Município de São Bernardo, porquanto o § 2º, do artigo 17, daquela lei não pode ser considerado norma geral vinculativa para o Município, que dispõe de competência legislativa suplementar em matéria de licitação (Constituição Federal, art. 24, § 2º).

Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal deferiu, em parte, medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade nº 927-3, suspendendo até a decisão final dessa ação, quanto aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a eficácia da expressão "permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública", contida na letra "b", do inciso I, do artigo 17, da Lei Federal nº 8.666/93. E em seu voto concluiu o eminente Ministro Relator Carlos Veloso: "Empresto, pois, interpretação conforme à Constituição ao citado dispositivo - art. 17, I, b: a expressão - "permitida exclusivamente para outro



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

**PRIMEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**

Processo nº 159/2008

órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo" -- somente tem aplicação ao governo central, vale dizer, no âmbito da União Federal".

Resulta, pois, que se os Municípios podem doar bens imóveis com dispensa de licitação, também lhes é facultado, atendidos os requisitos previstos na lei municipal, conceder direito real de uso, independentemente do procedimento licitatório.

Como enfatizado no parecer ministerial "seria impossível admitir logicamente que o ente político—doasse sem licitação, presente o interesse público, e não pudesse conceder direito real de uso, presente também o interesse público. E a Lei Orgânica Municipal de São Bernardo do Campo (L.O.M.) não exige licitação em tais casos (art. 159, § 1º)".

Assim, não colhe a alegação de ilegalidade da concessão de direito real de uso em tela."(Apelação Cível nº 045.686-5/7 – Relator: Desembargador Celso Bonilha – j. 3.11.99)

Podemos destacar outro julgado, onde é reconhecida a legalidade de lei municipal que autoriza a concessão de direito real de uso a entidade beneficente sem licitação:

"Bem público municipal dominical - Concessão do direito real de uso, por 40 anos, gratuitamente, de área com 53.040,00 m² clube da capital, com cerca de 12000 associados, que se comprometeu a pagar os tributos incidentes sobre o imóvel e a franquear suas dependências às escolas públicas da região leste - Cessão autorizada por lei que dispensou a concorrência pública, mesmo porque o clube já ocupava a área desde 1930 - Ato autorizado, ainda, pelo DL 271/67, art. 7º - Dispensa de licitação autorizada pela Lei Orgânica do Município - Inexistência de afronta aos princípios da legalidade, impessoalidade e isonomia - Ato que se conformou aos respectivos motivos determinantes - Imóvel que também produz lucros ou retorno a sociedade, na medida que cumpre relevante função social - Eventuais débitos tributários devem ser cobrados pela» vias públicas - Clube que não ocupa apenas a área pública, mas a superfície de 114.040,00 m², com 8.585,55m² de área construída- Improcedência da Ação civil publica para * retomada do imóvel - Recurso não provido." (10ª Câmara de Direito Público - Apelação Cível nº 446.034-5/6-00 – Relator: Desembargador Urbano Ruiz – j. 7.8.2006)

Anoto, por derradeiro, que as modificações introduzidas pela Lei nº 11.481/2007 ao artigo 7º do Decreto-Lei nº 271/67 não tem qualquer repercussão na hipótese dos autos, pois a área não é da União Federal e, ainda, a sua utilização não se enquadra em qualquer das hipóteses referidas pelo mencionado dispositivo legal.

Pode o município conceder o uso de seus terrenos para hipóteses outras que não aquelas referidas, já que isto se insere dentro de sua autonomia municipal, que é garantida constitucionalmente, sendo legal e sem causar prejuízo ao erário público o ato questionado pelo autor, o que conduz à improcedência da presente ação popular.

Pelo exposto e por todo o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação e, em consequência, julgo extinto o processo, com resolução do seu mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

Deixo de condenar o autor ao pagamento de qualquer verba



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

PRIMEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Processo nº 159/2008

decorrente da sucumbência, em respeito a regra do artigo 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal.

Decorrido o prazo para oferecimento de recurso voluntário e com ou sem apresentação destes, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça – Seção de Direito Público, para o reexame necessário, nos termos do artigo 19 da Lei 4.717/65.

P.R.I.

São Bernardo do Campo, 26 de março de 2009.

Maria Laura de Assis Moura Tavares
Juíza de Direito



REQUERIMENTOS DE LICENÇA**Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 4**

RQM nº 476/2016	Raimundo Lira	RISF Art. 43, II	25/10/2016	Licença Particular.
RQM nº 477/2016	Cristovam Buarque	RISF Art. 43, II	De 25/10/2016 a 18/11/2016	Licença Particular. Participar da Reunião do Conselho Administrativo do Grupo Santillana (Madrid - Espanha); Participar como membro do Jurí do Prémio "Isa Award for Service to Humanity (Bahrain - Golfo Pérsico); Participar da Palestra no "2016 Annual Meeting of China Society of Emerging Economies and the 2016 Emerging Economies Forum" (China); Participar da Viagem de observação das mudanças em andamento na República Popular da China.
RQM nº 478/2016	João Alberto Souza	RISF Art. 13	14/09/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 479/2016	José Maranhão	RISF Art. 13	19/09/2016	Atividade parlamentar.



Requerimentos de Missão sem Ônus. Total: 1

Requerimento	Parlamentar	Dispositivo	Período	Evento
RQM nº 480/2016	Ana Amélia	art. 40, § 1º	De 31/10/2016 a 05/11/2016	Participar da Missão de Paz, no Líbano, a convite do Ministro da Defesa Nacional, Raul Jungmann.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Pinto Itamaraty** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Deca* (S)
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Pastor Valadares** (S)

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-12 / DEM-3 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Deca.	PSDB / PB
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Aníbal.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Pinto Itamaraty.	PSDB / MA
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13

PT-10 / PDT-3

Angela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Pastor Valadares.	PDT / RO
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR

Bloco Moderador - 12

PTB-3 / PR-4 / PSC-3 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Pedro Chaves.	PSC / MS
Vicentinho Alves.	PR / TO
Virginio de Carvalho.	PSC / SE
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zeze Perrella.	PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	19
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	13
Bloco Moderador.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Deca* (Bloco-PSDB-PB)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Eduardo Braga* (PMDB-AM)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
 Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)

Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 Kátia Abreu** (PMDB-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Pastor Valadares** (Bloco-PDT-RO)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
 Pinto Itamaraty** (Bloco-PSDB-MA)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Virginio de Carvalho** (Bloco-PSC-SE)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO
LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes Lindbergh Farias (34,66,69,101) Telmário Mota (4,30,41,50,68,94) Gleisi Hoffmann (67,72,75,95) Regina Sousa (40)</p> <p>Líder do PT - 10 Humberto Costa (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,66,69,101) Gleisi Hoffmann (67,72,75,95)</p> <p>Líder do PDT - 3 Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,68,94)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (37,61)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (89,97) Davi Alcolumbre (85,98) Ataídes Oliveira (86)</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (22)</p> <p>Vice-Líder do PSDB José Aníbal (93)</p> <p>Líder do DEM - 3 Ronaldo Caiado (9)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 9</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (24,28,103)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,83) Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do PSB - 6 Antonio Carlos Valadares (60,83)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,100) Roberto Rocha (43,63)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74,106,107)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28,103)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (11,52)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58)</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (14,16,39,51,55)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11,52)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 12</p> <p>Líder Fernando Collor - PTC (5,6,77,81)</p> <p>Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,80) Elmano Férrer (78,82) Eduardo Amorim (79)</p> <p>Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,82)</p> <p>Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (48,53,80)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54)</p> <p>Líder do PSC - 3 Eduardo Amorim (79)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,8,105)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,77,81)</p>	<p>PMDB - 19</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Waldemir Moka (88) Rose de Freitas (87)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,100) José Medeiros (10,18,27,99) Davi Alcolumbre (85,98) Hélio José (49,57,96) Ricardo Ferraço (89,97)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (34,66,69,101)</p>	



Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).



60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
66. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
79. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
80. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
81. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
82. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
83. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
87. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
89. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
93. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
94. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
95. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
97. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
102. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
103. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
104. O senador Cássio Cunha Lima está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 08/09/2016 a 04/01/2017.
105. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
106. O senador Cristovam Buarque está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 25/10/2016 a 18/11/2016.
107. O senador Cristovam Buarque está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 25/10/2016 a 18/11/2016.



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 13/07/2016 a 31/10/2016 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 01/11/2016 a 16/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 17/11/2016 a 23/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 24/11/2016 a 30/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁵⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

** Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

*** Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

**** Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

***** Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



10) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	2. Senador José Pimentel (PT-CE)
Maioria (PMDB) ⁽³⁾	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1.
	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁴⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽⁵⁾	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)

Notas:

1. Em 05.10.2016, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Acir Gurgacz e José Pimentel, suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 93/2016-GLBPRD).
2. Em 05.10.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 66/2016-GLPSDB).
3. Em 05.10.2016, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo PMDB (Of. 159/2016-GLPMDB).
4. Em 05.10.2016, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 52/2016-BLOMOD).
5. Em 05.10.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador José Medeiros, suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 30/2016-BLDPRO).
6. Em 05.10.2016, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz, indicado pelo Of. 93/2016-GLBPRD, estar de licença, nos termos dos Requerimentos nºs 649 e 651/2016.



11) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha
Wladimir Vinycius de Moraes Camargos
Marcos Motta ⁽²⁾
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma
Marcos Santos Parente Filho
Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514



14) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.

Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 22 titulares e 22 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(11,18)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(2,17)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	4. Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(4,8)
Maioria (PMDB)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁷⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	3.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁶⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT)	2.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(12,13)	3.
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽¹⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁰⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Moraes, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 18, de 05 de julho de 2016, designa o Senador Eduardo Braga como membro da Comissão.

***. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEDN).

1. Em 05.07.2016, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 79/2016-GLBPRD).

2. Em 05.07.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

3. Em 05.07.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

4. Em 05.07.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 06.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
6. Em 06.07.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
7. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).
8. Em 14.07.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 92/2016-GLBPRD).
9. Em 22.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 52/2016-GLBSD).
10. Em 01.09.2016, os Senadores Ciro Nogueira, Gladson Cameli e Sérgio Petecão foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 31/2016-BLDPRO).
11. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 649 a 651/2016.
12. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
13. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 58/2016-BLOMOD).
14. Em 05.10.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Pedro Chaves (Of. 60/2016-BLOMOD).
15. Em 05.10.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 61/2016-BLOMOD).
16. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
17. Em 19.10.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota. (Of. 108/2016-GLPRD).
18. Em 19.10.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 108/2016-GLPRD).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br



15) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

RELATOR:

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

** Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memo nº 1/2016-CECR)

1. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Fernando Collor para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

2. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Paulo Rocha para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

3. Em 06.07.2016, o Senador José Pimentel foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Jorge Viana, que passa a suplente (Of. 86/2016-GLBPRD)

4. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 86/2016-GLBPRD)

5. Em 07.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 46/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br



16) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.

**.. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEAPF).

1. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 85/2016-GLBPRD).

2. Em 06.07.2016, os Senadores Telmário Mota e Gleisi Hoffmann foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 85/2016-GLBPRD).

3. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).

4. Em 13.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 49/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



17) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

*** O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

**** O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

***** O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

***** O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁰⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO ⁽⁶⁾	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,8)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



2)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽²²⁾	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,15,19,21)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(4,23)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

****. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

*****. Em 05.07.2016, foi lido o Requerimento nº 517, de 2016, que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).
8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
23. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(1,3)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(46,52,54)
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(24,62)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO ⁽⁵³⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. VAGO ⁽⁵⁸⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43)
VAGO ^(17,28,34,45,59)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(47,51,60,61)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(56,57)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).



***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016-CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).

30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).

36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM).
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/2016-GLDBAG).
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB).
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/2016-GLDBAG).
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD).
57. Em 06.07.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 43/2016-BLOMOD).
58. Em 12.07.2016, o Senador José Maranhão declinou da sua indicação como suplente do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 137/2016-GLPMDB).
59. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
60. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
61. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
62. Em 04.10.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 102/2016-GLBPRD).
63. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ^(4,5)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
 5. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(7,19,34)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(11,21,37)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽³⁰⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,31)	
VAGO ^(14,15,23,27,35)	1. Senador Deca (PSDB-PB) ^(17,36)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(29,32,38,39)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).



4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB).
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
34. Em 22.08.2016, a vice-presidência fica vaga em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
35. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
36. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 65/2016-GLPSDB).
37. Em 21.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 98/2016-GLBPRD).
38. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
39. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (9,28,57,58)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽⁵⁷⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (52,55)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (33,62)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (26,27,39,45,56,63,64)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶¹⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (34,54)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (35)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (46,49,59,60)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
 37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
 38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).
53. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lídice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
55. Em 12.07.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá, que deixa de compor a Comissão (Of. 132/2016-GLPMDB).
56. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
57. Em 13.09.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
58. Em 13.09.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
59. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
60. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
61. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
62. Em 18.10.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 168/2016-GLPMDB).
63. Em 19.10.2016, o Partido Democratas cede a vaga de suplente ao Partido Social Democrático (Of. nº 52/2016-GLDEM).
64. Em 19.10.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Partido Social Democrático, em vaga cedida pelo Partido Democratas (Memo. nº 33/2016-GLPSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO ⁽²¹⁾	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO ^(18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,29)	
VAGO ^(14,15,20,26,33)	1. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) ^(13,35)
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁴⁾	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).
 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
 22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
 25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
 26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM).
 27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
 28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
 29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
 30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 51/2016-GLDBAG).
 31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).
 32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
 33. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
 34. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
 35. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 67/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,29)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO ⁽²⁰⁾	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ^(6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(24,26,27)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,12,28)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁰⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB).
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
30. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(1,3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
 2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
 3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
 4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
 5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
 6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 8. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
 9. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- ** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).

4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).

5. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).

6. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

** Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).

****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,28)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(3,33)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(23,32)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(19,26)	
VAGO ^(17,18,22,24,29)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(15,25,27,30,31)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM).
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
29. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 04.10.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente (Of. 103/2016-GLBPRD).
33. Em 04.10.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota, que passa a ocupar a vaga de titular (Of. 103/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(23,25,27,28)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾	2. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).



5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
28. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,36)	
VAGO ⁽²²⁾	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽³⁹⁾	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(18,33,37,38)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) ⁽³⁸⁾	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(15,16,33)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁰⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

***** Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).



3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima (Of. 58/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 64/2016-GLPSDB).
39. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 97/2016-GLBPRD).
40. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ^(18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO ^(18,28)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO ⁽²⁴⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,31)
Senador Deca (PSDB-PB) ^(5,16,38)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(37,38)
VAGO ^(6,13,17,26,30,31,36)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB).
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
36. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 60/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 63/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,20)	
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽²³⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(24,25)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
21. Em 03.08.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Of. 49/2016-BLSDEM).
22. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de ocupar o cargo de Vice-Presidente da comissão por licenciar-se temporariamente do exercício do mandato (RQS 651/2016).
23. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 100/2016-GLBPRD).
24. Em 05.10.2016, o Bloco Social Democrata cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 61/2016-GLPSDB).
25. Em 06.10.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Memo. 33/2016-BLDPRO).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽²²⁾	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(15,29)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) ⁽²⁸⁾	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(27,28)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(9,32)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(21,24,30,31)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD).
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 59/2016-GLPSDB).
28. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 62/2016-GLPSDB).
29. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 96/2016-GLBPRD).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
33. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 68/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Em 05.07.2016, é aprovada a criação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Memo. 102/2016-CCT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,24)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO ^(13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,23)	
VAGO ^(22,25)	1. VAGO ^(14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
25. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁴⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽¹³⁾

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

** Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

*** Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

**** Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

***** Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB).

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR).

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM).

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016

Notas:

1. Em 22.12.2014, o Senador Vital do Rêgo renuncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (Of. 23/2014DL-GSVREG).

2. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005 **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(1,20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(4,21)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁹⁾	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
VAGO ⁽²⁴⁾	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(10,11)	1. VAGO ^(5,6,18)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(6,25)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁶⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(7,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁹⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(12,13,15,22)	1.
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ^(14,16,17,23)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁽²⁴⁾	

Atualização: 08/09/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GSR SOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.

2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

3. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.
25. O Senador Cássio Cunha Lima licenciou-se por 119 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF e art. 56, inciso II, da Constituição Federal, a partir do dia 08 de setembro de 2016, conforme Requerimento nº 646, de 2016, deferido em 06.09.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
VAGO ^(2,3,4)

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)**VICE-PRESIDENTE:** ⁽³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PTVAGO ⁽²⁾**PSDB**

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PRSenador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾**PSD**

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTBVAGO ^(4,6)**PPS**

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,8,9,10)**REDE**

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.

3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
9. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
10. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(2,4)

VICE-PRESIDENTE: ⁽²⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽³⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,5,6,7)

REDE

Senador Randolfé Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência, O Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
5. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
6. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga.
7. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO
Representante da sociedade civil organizada	
	VAGO
Pesquisador com produção científica relevante	
	VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente	
	VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(2,4,5)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽³⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,3,4,5)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

3. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. n° 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(4,5,6)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.



Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

